



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

UBIRATAN AZEVEDO DE MENEZES

**FORMAÇÃO DA POLITICA E POLITICA DE FORMAÇÃO
DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

SALVADOR

2009

UBIRATAN AZEVEDO DE MENEZES

**FORMAÇÃO DA POLITICA E POLITICA DE FORMAÇÃO
DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Augusto César Rios Leiro

SALVADOR

2009

Menezes, Ubiratan Azevedo de
Formação da Política e Política de Formação do Programa
Esporte e Lazer da Cidade / Ubiratan Azevedo de Menezes - Sal
vador : 2009
139.: il

Orientador: Prof. Dr. Augusto César Rios Leiro

*Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e
Contemporaneidade.*

1. Política Social 2. Políticas Públicas 3. Formação do Educador
4. Lazer 5. Esporte | Título

Um trabalho com esse, a priori solitário, na verdade é uma escrita coletiva construída a várias mãos, assim dedico-o a todas as pessoas que teceram comigo a linhas que se segue.

TERMO DE APROVAÇÃO

UBIRATAN AZEVEDO DE MENEZES

FORMAÇÃO DA POLITICA E POLITICA DE FORMAÇÃO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) - da UNEB, pela seguinte banca examinadora:

Dr. Augusto César Rios Leiro/UNEB – **Orientador**

Dra. Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna/UNB

Dr. Fernando Reis do Espírito Santo //UFBA

Dra. Tânia Maria Hetkowski/UNEB

Salvador, 19 de setembro 2009

AGRADECIMENTOS

Agradecer, palavra nobre recheada de injustiça. Nobre por reconhecer a vida em comunidade, em necessidade continua da presença do ser humano no processo de humanização do próprio homem; nobre por compreender que sou constituído de muitas vozes e muitos silêncios, de muito eu e muito nós. O lugar da injustiça está na possibilidade da falta de sensibilidade em atribuir reconhecimento a quem me ajudou a chegar até aqui e não se fará registrado. Assim, ao agradecer confesso minha incompletude e falibilidade.

Então, inicio agradecendo aos professores da Universidade do Estado da Bahia que compõem o programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, sobretudo aos que se detiveram no meu processo de Seleção. Refiro-me, em especial, aos professores: Elizeu Clementino Souza, Verbena Maria Rocha Cordeiro, Maria de Lourdes Soares Farias e Augusto César Rios Leiro. Agradeço também aos demais professores que se dispuseram a me ensinar, nas disciplinas e nos fóruns. Muito obrigado aos educadores, Jacques Jules Sonnevillle, Arnaud Soares de Lima Junior, Cristina Maria d'Avila Teixeira Maheu, Liana Gonçalves Pontes Sodré, Lynn Rosalina Gama Alves, Maria Olivia de Matos Oliveira, Sandra Regina Soares, Tania Maria Hetkowsk. Agradeço também aos educadores de outras linhas de pesquisa com quem tive contato acadêmico: Antonio Dias Nascimento, Ivan Luiz Novaes, Nadia Hage Fialho, RONALDA BARRETO SILVA, Delcele Mascarenhas Queiroz, Jaci Maria Ferraz Menezes, Katia Maria Santos Mota, Lívia Alessandra Fialho da Costa, Marcus Luciano Lopes Messeder e Wilson Roberto de Mattos.

Agradeço aos meus colegas de turma, pessoas dotadas de inúmeras qualidades e que me acolheram gentil e amorosamente no grupo, ensinando-me solidariamente. É impossível chegar nesse momento e não lembrar de Elilia, Felipe (Bobbio), Zélia, Rita, as Lucianas, Patricia, Julio, Ton Zé, Gerusa, Berna, Selma, Ivonete, Flavia, Neurilene, Cristina (SINPRO), as Monicas, Patricia, Juliana...

Do ambiente de trabalho, quero agradecer aos professores e companheiros do SINPRO-BA, por compreender e permitir-me melhores condições para desenvolver os estudos necessários a esta pesquisa. Obrigado a Cris, Ana, Tania, Bonfa, Serginho, Jande, Marli, Helô e Chico Pedro.

Agradeço, ainda, aos colegas de todas as instituições em que trabalhei até o momento, por terem me proporcionado campo de aprendizagem e de experiências fundamentais para minha trajetória profissional e acadêmica. Obrigado: CERV, Escola Municipal Cleriston Andrade, Escola Estadual José Luiz de Oliveira, Colégio Estadual Edvaldo Brandão, Colégio Miró, Brincando e Construindo, Lápis de Cor, Criação, Lua Nova, Colégio Oficina, Villa Lobos, FacDelta, UNIJORGE, UNEB- Alagoinhas e a FETRAB.

Agradeço às minhas queridas professoras do jardim de infância, da escola Chapeuzinho Vermelho, e a todos os educadores do ensino fundamental, tanto da escola Dom Avelar Brandão Vilela, quanto da escola Estadual Desembargador Pedro Ribeiro; aos professores do ensino médio da Escola Estadual Duque de Caxias, da UFBA, onde fiz a graduação em Educação Física e da Especialização na própria UNEB.

Agradeço aos meus amigos de Cajazeiras, pela confiança e respeito que sempre tiveram por mim, com especial destaque a Ana Lídia, minha primeira coordenadora pedagógica, Jorge, Ana, Cone, Talmir, Almir, Vera e Toinho, meus irmãos de coração; a Roberto Jaca, Roberto Mongó, Dean, Ademário, Claudio, Dum, Joseval, China, Claudinei, Mumu, Paulo, Zé Mario, Seu Breno, Julinho e Tipilique parceiros inseparáveis de baba.

Agradeço aos amigos Wellington Araujo(Bambam), Claudio Lira, Paulo Rocha, Iron, Zé Roberto, Siri, Pedro, Nilson, César, Ari, Arnaldo, Luiz Rocha, por se propuserem a fazer da resenha pós-baba momentos de intensa e descontraída troca de conhecimentos sobre a realidade brasileira, sobretudo no aspecto político, acadêmico, cultural e futebolístico.

Aos velhos e especiais amigos de faculdade, T.E, Alan, Patricia, Eder, Luis Bolinho, Alberico, Arcente, Pimenta, Andreia Neto, Rosinha, Sócrates, Gerson, Gleides, pela convivência incentivadora que tivemos. Aos novos amigos Rosa Mesquita, Paulo Cobas e Claroca que têm me proporcionado momentos de grande qualidade de existência.

Agradeço, pelo apoio irrestrito a mim no processo de pesquisa, a: Leidiane Sena, Cintia do Rosário, Gilmar e Martha Benevides, Wellington Silva, Neuber Leite, Luiz Rocha e Mauricio Maltez.

Agradeço aos participantes da pesquisa, os gestores e os formadores do PELC.

Agradeço aos estudantes dos cursos de Pedagogia e Educação Física da UNIJORGE e da UNEB, por me estimularem à práxis cotidianamente.

Agradeço aos professores membros da banca, Professora Tania Hetkowski, Dulce Suassuna e Fernando Reis do Espírito Santos por terem a humildade em me ajudar como pesquisador aceitando dialogar com esse estudo.

Agradeço ao meu orientador, pessoa amiga que tem estado presente em momentos importantes de minha trajetória, pela confiança que sempre teve em mim.

Agradeço, especialmente, a energia que defino como Deus, por me acompanhar ininterruptamente com o conforto e amorosidade, que me impulsiona a avançar na labuta do dia a dia com paz de espírito.

Agradeço a Teko, Popola, Xande, Jó, Ivan, Luis, Nana, Carlinhos, Elba, João, Lia, Vavá, Elisia, Betinho, Nize, Garrido, Eré, por estarem sempre juntos a mim. Sentimento extensivo a todos os sobrinhos e afilhados. Agradeço a meu tio Euclides, minha avó Edel e minha Prima Elaine, pelo carinho que dispensaram a todos da família durante suas passagens na terra.

Agradeço profundamente a minha família, base de apoio para tudo que me constituo. A minha, mulher de sabedoria e força interior do tamanho de seu amor por seus filhos; às minhas irmãs, Cal, Cica e Nad, por me fazerem senti um irmão privilegiado; ao Meu Pai, Sr. Bira e ao Meu irmão Guto que se encontram em outro plano e continuam suas caminhadas.

À minha querida Elane, esposa amada e companheira para todas as horas, pela paciência e amor gratuito que dispensa a mim e aos nossos filhos. E a eles, Emile Vitória, João Pedro e João Paulo, meus principais motivos de ser.

No ato de escrever sinto-me dono de meu próprio texto. Posso mudá-lo a qualquer momento, destruí-lo até. Quando, porém, ele ganha mundo, quando passa ao domínio público, sinto que me fugiu, emancipou-se, escapou de meu alcance. Uma sensação muito viva e estranha: a de só agora ver a cara de meu filho ao mesmo tempo que dele me despeço; vê-lo cair na vida, ausentar-se entregue à indiscrição de quem não conheço, a destinos que fogem a meu controle.

(Marques, 2008. P.27)

LISTA DE SIGLAS

BID-	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
CEDES-	Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.
CEDIME –	Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte
Cenesp –	Centro de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas.
CIMDDCAMP-	Centro de Integração Dalva Campos
CONBRACE –	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
DECTE-	Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
ExNEEF -	Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física
FACED-	Faculdade de Educação
FINATEC-	Fundação de Financiamentos Científicos e Tecnológicos
GEPEFEL-	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IMAQ –	Instituto Maria Quitéria
LABN-	Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional
M.E –	Ministério do Esporte
NECON –	Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza
NEPEL –	Núcleo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer
ONG –	Organização Não Governamental
ONU –	Organizações das Nações Unidas
PCN –	Parâmetros Curriculares Nacionais
PELC –	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PRONAC –	Programa Nacional de Apoio a Cultura
PRONASCI-	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.
PPA –	Plano Pluri Anual
PPGEDUC –	Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade
SBPC –	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
SESC-	Serviço Social do Comércio
SESI –	Serviço Social da Indústria
SEPM –	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SICONV-	Sistema de Convenio UFBA – Universidade Federal da Bahia
SINPRO-BA –	Sindicato dos Professores da Rede Privada da Bahia
SMEL-	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SUDESB-	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
UESB –	Universidade do Sudoeste da Bahia
UFRG –	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UMDME-MT- do Mato Grosso.	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Estado do Estado
UNB –	Universidade de Brasília.
UNEB –	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO – Cultura	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
UNIJORGE -	Centro Universitário Jorge Amado
UFBA –	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Proposta de ampliação dos conceitos do PELC	57-59
QUADRO II – Enfoque qualitativo de pesquisa	65-66
QUADRO III – Organização Ministerial	76
QUADRO IV – Secretaria de Alto Rendimento	77-79
QUADRO V – Secretaria Nacional de Esporte Educacional	80-81
QUADRO VI – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	81-83
QUADRO VII – Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte	83-84
QUADRO VIII – Formatação Metodológica do PELC	97-98
QUADRO IX – Classificação da Entrevista quanto a forma	107-108

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia e investigou a formação das políticas públicas sociais no âmbito do esporte e lazer e seus desdobramentos na política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), do Ministério do Esporte. Compreender como as políticas públicas sociais de esporte recreativo e de lazer repercutem nas ações dos formadores do PELC se constituiu no principal desafio investigativo. Para tanto, foi preciso reconhecer as principais referências teóricas sobre políticas públicas sociais, educação em espaço não-formal e aprofundar o diálogo com os estudos no campo da formação de educadores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso do tipo descritivo e que elegeu o levantamento documental, a entrevista semi-estruturada com os principais gestores do PELC e um questionário com os formadores do referido programa, como procedimentos metodológicos. Após o estudo, ficou evidente que a política pública em foco tem significativo potencial social e que setorialmente imprimiu importante avanço para a afirmação do esporte e lazer como direito do cidadão e dever do Estado. Contudo, as limitações orçamentárias, as contradições teórico-metodológicas e a falta de transparência nos procedimentos, concorrem negativamente na política de formação do PELC. A ampliação do programa, a articulação intra e interministerial, a política de formação permanente dos educadores do lazer e a articulação com grupos de estudos e pesquisa são passos estratégicos indicados pela pesquisa.

Palavras-chave: Política Pública Social, Formação do Educador, Esporte e Lazer

ABSTRACT

The present study was developed at the Post-Graduation Program in Education and Contemporarity at the University of the State of Bahia and investigated the formation of social public politics in the field of sport and leisure and its development in the politics of formation of the Program of Sports and Leisure of the City (PELC) of the Sports Ministry. Understanding how the social public politics of recreational sports and leisure affect the actions of the educators of the PELC was the main investigative challenge. For that matter, it was necessary to acquaint the main theoretical references on social public politics, education in non-formal spaces and increase the dialogue with the studies in the field of the educators' formation. This is a qualitative research and a descriptive study of case that chose the documental assessment, the semi-structured interview with the main administrators of the PELC and a questionnaire with the educators of the program, as methodological procedures. After the study, it was clear that the aimed public politic has significant social potential and that it has made important local advances for the affirmation of sports and leisure as citizens' right and State duty. However, the budget limitations, the theoretical and methodological contradictions, and the lack of transparency in the procedures, have a negative impact on the politics of formation of the PELC. The increasing of the program, the intra and inter-ministerial articulation, the politics of permanent formation of the educators and the articulation with the groups of study and research are strategic steps indicated by the research.

Key-Words: Social Public Politics, Educators' Formation, Sports and Leisure

SUMÁRIO

1. TRAJETÓRIA, MOTIVAÇÕES E OBJETO DE ESTUDO	15
1.1 A caminho do objeto	19
2. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS	25
2.1 O esporte recreativo e o lazer nas políticas públicas sociais brasileiras	28
2.2 Políticas públicas sociais de esporte recreativo e lazer: a questão da acessibilidade	33
2.3 Programa esporte e lazer da cidade: primeiras aproximações	37
3. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER: A QUESTÃO DA FORMAÇÃO	40
3.1 Formação no espaço não-formal	42
3.2 Considerações acerca da formação no âmbito do esporte recreativo e do lazer no Brasil: Breve histórico e conceito	45
3.2.1 O trabalhador do lazer	48
3.3 Experiências formativas no campo do esporte recreativo e do lazer no Brasil	50
4. O CAMINHO TRAÇADO E O CAMINHO PERCORRIDO	63
4.1 Pesquisa qualitativa	65
4.2 O estudo de Caso	69
4.3 Técnicas de Pesquisa	71
4.3.1 Levantamento Documental	72
4.3.2 Revisitando o PELC	74
4.3.3 Referencia Conceitual	87
4.3.4 Desdobramentos conceituais na estrutura do PELC	90
4.3.5 Agentes de mediação do PELC	94
4.3.6 – Rede CEDES e CEDIME	99
4.4 A entrevista	104
4.4.1 Entre(vistas) com os gestores PELC	108
4.4.2 A respeito do referencial teórico-metodológico	111
4.5 Questionário: a construção do instrumento	113

4.5.1 A palavra dos formadores sobre o PELC	117
5. DESAFIOS POLITICOS E FORMAÇÃO PUBLICA EM ESPORTE E LAZER	126
5.1 Considerações finais	131
REFERENCIAIS	132
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com os Gestores do PELC	137
APÊNDICE B – Questionário aplicado junto aos formadores do PELC	139

1. TRAJETÓRIA, MOTIVAÇÕES E OBJETO DE ESTUDO

“como professor crítico, sou um ”aventureiro responsável”

Paulo Freire

Ao iniciar minha dissertação, senti a necessidade de dizer da minha trajetória acadêmica, dizer quem sou, de que lugar eu falo, do que me constituo, e assim ajudar no entendimento sobre o que disserto. Dissertar não é algo externo, ainda que transite por padrões acadêmicos presentes em qualquer dissertação de mestrado, subliminarmente anuncia quem é o sujeito que disserta. E é na esperança da ambiência amorosa, numa perspectiva freiriana, que peço licença e anuncio-me.

É deste mestre e educador que me salta a consciência da minha incompletude, e, fazendo uso de suas palavras na epígrafe, quero dizer que minha existência é determinada nas relações que estabeleço e assim me constituo professor e pesquisador, com o compromisso de aventurar-me responsabilmente, dando conta de meus limites, mas ousando colocar-me como ser cultural e histórico do meu tempo.

A história que me conduz a esta dissertação, começa antes mesmo do vestibular, no início dos anos 90, quando tive a oportunidade de ser porteiro de uma cooperativa educacional e conhecer um professor de Educação Física que muito influenciou na minha decisão de ser educador.

Falo com muito orgulho do Professor, hoje Doutor, Luis Vitor Castro Júnior, que com sua humildade e afeto foi quem primeiro me mostrou o significado de ser um professor de Educação Física - queria ser como ele: alegre e comprometido com a educação, trabalhador e, ao mesmo tempo, lúdico na relação que estabelecia com seus alunos e demais profissionais daquela cooperativa. Enquanto muitos pareciam maiores do que eu, Vitão se colocava como parceiro, acreditando que éramos “iguais” e, por isso, me incentivava a encarar o desafio e torcia por mim. Lembro do quanto ficou feliz ao saber que fui aprovado no vestibular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a

ponto de, antes mesmo da matrícula, levar-me à Faculdade de Educação (FACED) e apresentar-me aos futuros colegas que lá estavam em reunião do Diretório Acadêmico.

Trocar o “status” oferecido pelas aulas que ministrava em escolinhas de bairro pela portaria desta cooperativa não foi um retrocesso, pelo contrário, foi assim que objetivamente tive a condição de custear meus estudos num curso pré-vestibular – aliás, desde a conclusão do ensino médio, no Colégio Estadual Duque de Caxias, este foi o meu primeiro emprego. Até então, vivia condições de trabalhador informal: vendi salada de frutas na praia, fui representante de metalúrgica, office boy e garçom, entre outros bicos.

Ao entrar na UFBA, no ano de 1993, sequer tinha dimensão do que aquela instituição representava no cenário acadêmico e social mundial. Para mim, era apenas a conquista do ingresso na faculdade, e o curso pelo qual havia optado apontava para a possibilidade de ser finalmente jogador de futebol, como sonhava desde a primeira infância.

À medida que fui conhecendo o curso e a área, fui paulatinamente desfazendo-me do sonho de ser atleta e construindo o sonho de ser educador, o que foi favorecido pela ligação do curso às ciências humanas e pela íntima relação com a educação. Até porque, como o curso funciona (até hoje) dentro da FACED, tive a oportunidade de compreender o quão amplo era o campo de estudo e de intervenção do professor.

Provavelmente, por ter ingressado em um momento de grande efervescência conceitual e encontrado um grupo de professores e alunos vivendo uma tensão político-pedagógica dual, envolvendo progressistas e tecnicistas, rapidamente me inseri no debate e iniciei minhas preocupações com as políticas públicas. Participei de cinco gestões do Diretório Acadêmico, como representante estudantil, entre os anos de 1994 e 1998; fui representante da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF), tendo exercido cargos como Coordenador Geral do Nordeste (1995) e Coordenador de Imprensa e Divulgação da Ex-NEEF (1996). Estas experiências proporcionaram-me pensar, construir o curso coletivamente e, junto ao Diretório Central dos Estudantes da UFBA, discutir, mobilizar e encaminhar políticas universitárias.

Costumo dizer que a experiência no movimento estudantil funcionou em minha formação como o currículo “oculto”, aquele que não está pré-escrito no marco conceitual ou marco estrutural do curso, mas tem vida e dinâmica próprias. No meu caso, acredito que esta vivência tornou-me mais tolerante e sensível às diferenças, mais amoroso e convicto de que mudar, além de preciso, é possível.

Durante a graduação, tive oportunidades, raras à época, de ser monitor de disciplinas, atuar na prática esportiva junto a estudantes dos mais diversos cursos da universidade e participar do primeiro Núcleo de Pesquisa do Curso de Educação Física (NEPEL) da UFBA, apesar de breve, muito significativo para a minha formação. Além dessas experiências, como todo bom estudante, trabalhei em campos diversos da Educação Física: atuei com musculação, ginástica, natação, futsal, futebol de campo; trabalhei em escola e em comunidades no campo do esporte e do lazer recreativo.

Em 2009, completo onze anos de formado. A escola é o espaço de intervenção em que mais atuei e me realizei até aqui. Fui professor em escolas públicas e privadas; trabalhei com todos os segmentos etários, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos.

Com dois anos de formado, percebi que era preciso avançar em minha formação, que a possibilidade de intervenção seria ampliada com a formação continuada. Assim, incentivado pelo professor Augusto César Rios Leiro, fiz o curso de especialização na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Metodologia de Ensino da Educação Física e do Esporte. Esta qualificação rendeu-me objetivamente o ingresso na Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), na cidade de Jequié, há aproximadamente 370 km de Salvador, na condição de professor substituto. Foi nesse momento que firmei a decisão de construir condições para lecionar no ensino superior público e ratifiquei meu interesse pelas políticas públicas no campo do esporte e do lazer recreativo. Na oportunidade, participei de um projeto de extensão que envolvia toda a comunidade de Jequié nos jogos promovidos pela universidade. Concomitantemente, atuava como professor efetivo do município de Salvador, tendo sido classificado em primeiro lugar no concurso público realizado no ano de 1999.

Em 2002, fui convidado a participar do grupo fundador do curso Normal Superior da Faculdade Jorge Amado, hoje UNIJORGE. Como as aulas eram noturnas, e, nesse turno, eu atuava no município, ao aceitar o convite pedi exoneração deste, convicto de que voltaria a atuar no ensino público mais à frente. Avaliei que a oportunidade colocava-me no cenário de um espaço em expansão na Bahia e asseguraria maior qualidade de vida para minha família.

A oportunidade não demorou. Ainda na condição de professor substituto, fiz o concurso público para professor auxiliar na UESB, sendo aprovado em 2º lugar, e declinei da possibilidade de assumir a vaga que existia, por conta de uma compreensão particular. Era a segunda vez que abria mão do setor público, mas fazia-o por motivos

nobres e tinha a esperança de conseguir atuar um dia, plenamente, no espaço de trabalho público. Terminados os dois anos de contrato, como professor substituto na UESB, fiz uma outra seleção pública; desta vez na UNEB, campus de Alagoinhas, onde, também para professor substituto, fui aprovado em primeiro lugar - era início do ano de 2003.

Terminando o contrato na UNEB no ano de 2005, concorri à vaga de professor auxiliar para o curso de Educação Física na mesma universidade, em Alagoinhas. Aprovado em primeiro lugar, alcançava um objetivo e realizava um sonho que abria maiores possibilidades de crescimento profissional e humano. Pedi demissão das escolas privadas onde ainda lecionava, continuando apenas na UNIJORGE, onde, no mesmo ano, compus uma comissão que foi convidada a escrever o projeto político-pedagógico e implementar o curso de Educação Física.

Convocado no ano de 2006, pela Universidade do Estado da Bahia, busquei avançar em pelo menos três direções: na formação continuada, na participação no cenário político e na qualificação da formação docente. A respeito da qualificação da formação discente, considero-me fundador do curso de Educação Física da UNEB – Campus Alagoinhas - por participar do mesmo desde sua inauguração, tendo ingressado já na primeira turma – fui o primeiro professor concursado para o curso que nascia. Ao ingressar no curso, participei da fundação do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (GEPEFEL) - organização de importância primordial para o desenvolvimento do projeto que possibilitou o acesso a este mestrado, sobre o qual agora me debruço.

Quanto ao entrelace político, tendo construído uma história como professor na rede privada, buscando aliar a competência técnica ao compromisso político, tão falado por Paulo Freire e visto no cotidiano do professor Fernando Reis do Espírito Santo, em 2006 fui convidado a participar de um grupo sério e ético de educadores que se lançavam a dirigir o Sindicato dos Professores da Rede Privada da Bahia (SINPRO-BA), onde atuo no segundo mandato.

A terceira ambição é a mola mestra desta dissertação, na medida em que se avança na discussão sobre conceitos, como políticas públicas sociais, e discute-se a questão da acessibilidade e democratização no âmbito geral e também restrito ao esporte recreativo e ao lazer. O investimento contínuo em minha formação favorecerá as condições de interferir nos rumos da história da formação de sujeitos históricos - hoje discentes do curso de Educação Física e demais licenciaturas - acreditando

freirianamente que meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém, como sujeito de ocorrências.

1.1 A CAMINHO DO OBJETO

A dissertação que ora inicio é, antes de tudo, resultado da tensão entre os desejos pessoais que me impulsionam na temática da formação humana e as observâncias históricas que a vida social vem me proporcionando. Com esta dupla motivação, caminho em direção ao que pouco conheço, tendo como horizonte um trilhar que busca coerência, clareza e pertinência.

Trata-se de uma pesquisa de Mestrado em Educação, desenvolvida na linha de Educação, Tecnologias Intelectuais, Currículo e Formação do Educador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) - da UNEB. O estudo em foco tomou, no campo das políticas públicas sociais, aquelas que fazem do esporte e lazer palco maior de investigação, e recortou a formação de educadores do lazer como objeto particular de pesquisa.

Nessa perspectiva, elegi o Programa do Ministério do Esporte, **Esporte e Lazer da Cidade**, como objeto privilegiado do estudo, dado o seu intento popular e conseqüente implicação com minha trajetória de vida, e desejo histórico de mudanças sociais. Assim, reconhecendo o abismo entre os direitos sociais e a realidade objetiva em que cresci¹ é que me lanço no lugar de pesquisador comprometido com as causas populares, na aventura acadêmica de entender e interpretar o real concreto e contribuir na proposição de caminhos que efetivem o lazer como direito histórico dos cidadãos e cidadãs.

Considerando que a constituição de 1988 é um marco recente na história do Brasil e, ainda, reconhecendo a titulação do documento “Constituição Cidadã”, por estabelecer uma ruptura histórica com o pensamento eminentemente conservador de sociedade, no campo da educação, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

¹ Sou oriundo da classe popular, filho de uma empregada doméstica aposentada e um fotógrafo de fofoto que por mais de 20 anos esteve desempregado - sempre tiveram dificuldades econômicas para nos sustentar. Morei por muitos anos em bairros periféricos de Salvador, em especial no conjunto habitacional Cajazeiras que hoje tem população estimada de cerca de 750 mil pessoas.

(LDBEN)² que assume o papel desta ruptura. Entretanto, o tempo histórico e as ações humanas ainda não foram suficientes para que o documento se notabilizasse na valorização das diversidades e alteridade no cotidiano dos brasileiros. Nas localidades mais pobres deste país, o direito constitucional tem sido continuamente ignorado e em grande medida as políticas públicas limitam-se a breves concessões de governos. Não faz muito tempo que era hegemônico o mando dos coronéis, das oligarquias que decidiam os rumos da vida social à revelia da população. Entendo que o dinamismo da história, pautado em suas contradições, tem dado mostras de resistências e avanços, contudo, do meu ponto de vista, sem alterar significativamente a realidade.

Nasci e cresci num desses bairros, sem a presença efetiva das principais políticas públicas, seja nas áreas mais tradicionais, como educação, saúde, habitação, transporte, segurança, cultura, trabalho e renda, seja em áreas emergentes, como esporte e lazer. Na condição de quem experimentou dificuldades, escassez em todos estes segmentos, já teria razões suficientes para mobilizar meus limites e possibilidades históricas de tentar intervir nesta árida realidade.

Na mesma realidade que me subtraiu direitos, encontrei possibilidades objetivas de formação e de consciência política. Nessa fenda social, cursei o ensino básico e superior público, participei dos movimentos estudantis e sindicais, e como professor venho atuando criticamente na formação de professores e vivendo experiências de enfrentamento da sociedade capitalista.

Com formação inicial em Educação Física, busquei estar cotidianamente atento às questões do corpo em movimento, através de uma perspectiva de produção histórico-cultural, produzidas por mulheres e homens e que encontram nas políticas públicas suporte para o alastramento às massas, em que pese a atenção entre as tensões históricas de interesses, correlações de forças, como desafios postos à cidadania na contemporaneidade.

Neste sentido, valorizo a experiência da convivência prazerosa e frutífera com as pessoas e o Mestrado em Educação e Contemporaneidade da UNEB, por propiciar-me, nos debates, o enfretamento de limitações particulares sobre leitura de mundo, de ser humano e do sentido de uma produção no nível de mestrado que fizesse jus às minhas perspectivas societárias. Foi nesse espaço acadêmico que pensei criticamente sobre o objeto de minha pesquisa, que o ressignifiquei inúmeras vezes, que compreendi a

² LDBEN – Lei e Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Nº 9394/96

necessidade de preencher algumas lacunas e que tive a convicção de suas transitoriedades, mas, sobretudo, por vislumbrar possibilidades de contribuir com a sociedade.

Assumindo como ponto de referência a minha formação profissional, vejo, no acúmulo das experiências como professor em todos os segmentos da educação básica, na rede pública e do segmento privado, também por atuar no ensino superior público e privado, nos cursos de formação de professores, e mais precisamente nos debates sobre políticas públicas sociais de formação no campo do esporte e do lazer, no âmbito do GEPEFEL, do Departamento de Educação da UNEB - Alagoinhas, que amadureci a idéia da pesquisa.

O quadro controverso aponta a educação, o esporte e o lazer como fenômenos culturais, direito de todos e dever do estado, e na contemporaneidade tem ganhado notória atenção pelos poderes públicos que buscam oportunizar o acesso das pessoas. Assim, produzo uma proposta de pesquisa e tenho aprovação do PPGEduc da UNEB.

A rigor, o interesse pela discussão sobre as políticas públicas sociais no âmbito do esporte e lazer, com especial atenção à questão da formação humana, nasce como parte destas vivências e do necessário distanciamento da leitura do senso comum para uma leitura crítica do quadro situacional, no qual as políticas públicas para o esporte e para o lazer estão imersas com suas contradições - em que pesem as nuances entre direitos e privilégios, entre política de governo e política de estado.

Na esfera do esporte recreativo e do lazer, a fim de afirmar esses direitos e consolidar políticas públicas no âmbito federal, o governo brasileiro implantou, a partir do ano de 2003, um conjunto de experiências. Uma dessas experiências é o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

O estímulo à pesquisa se amplia pela observância da tímida abrangência deste programa em solo baiano, onde, segundo o site³ oficial do Ministério do Esporte, entre os anos de 2007 e 2008, foram aprovados para a celebração de convênio com o PELC os seguintes organismos: Instituto Maria Quitéria (IMAQ), referente ao Núcleo de Esporte Recreativo e Lazer na cidade de Feira de Santana, e no núcleo Vida Saudável, Polícia Militar de Lauro de Freitas, Polícia Militar de Ibititá e Universidade do Estado

³http://portal.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporte_lazer/AnexoII_Portaria.pdf, trata-se da divulgação dos pleitos aprovados para imediato início de processo de convênio. acesso às 20 horas no horário de Brasília, em 14 de janeiro de 2009 e http://portal.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporte_lazer/resultado_final_chamada_publica.pdf, trata-se da portaria 16 de 31 de janeiro de 2009, acessado às 20 horas no horário de Brasília, em 14 de janeiro de 2009

da Bahia, todos em 2007. Já para o ano de 2008, temos a seguinte configuração: Núcleo de Esporte e Lazer: Polícia Militar de Jequié, enquanto que no Núcleo Vida Saudável temos: Polícia Militar de Juazeiro e Universidade do Sudoeste da Bahia.

Somado às poucas iniciativas do governo estadual, através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) - e à recente extinção da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL)⁴ - da Prefeitura Municipal de Salvador, levando em consideração o tamanho geográfico e demográfico do estado, atesta-se a sua timidez. Desta forma, a nossa compreensão da relevância está pautada na própria prática cotidiana, na qual as manifestações de esporte e lazer acontecem à revelia do estado e sempre estiveram presentes na vida das pessoas, comumente mediadas por sujeitos que gozam de certo prestígio e legitimidade nas comunidades.

Assim, aproximei-me do PELC, que dentro da Secretaria Nacional do Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte (SNDEL)⁵ apresenta à sociedade uma proposta que anuncia o respeito à diversidade, pluralidade e intergeracionalidade, imputando destaque à formação humana, e concebendo o Esporte e o Lazer no mundo contemporâneo como instâncias de emancipação e desenvolvimento humano.

Por outro lado, investir neste desafio requereu de mim a clareza de que o campo político é um campo de disputa e poder. Como campo de disputa e poder, um aspecto que se revela na formação é de ordem ideológica. Considerando que a educação para a cidadania acontece nos mais diferentes espaços sociais, e convicto de que o esporte e o lazer, como conhecimentos históricos e culturais, podem e devem estar

⁴ A esse respeito o Professor Doutor e pesquisador Augusto César Rios Leiro, escreveu nota no jornal A TARDE, no espaço OPINIÃO, no dia 09.01.2009, tecendo críticas contundentes à administração municipal: "... o sólido discurso eleitoral e os direitos inscritos na Lei Orgânica do Município da urbe de sóter se desmancharam no ar, e as pequenas conquistas na ambiência das políticas públicas de esporte e lazer deram mais um passo atrás. Há perigo na esquina e estamos mais uma vez sendo desafiados: gestores, jornalistas, professores de educação física, atletas, dirigentes de clubes e federações a responder científica e politicamente às crescentes demandas por políticas públicas de esporte e lazer da cidade da Bahia. (...) O fazer esportivo e de lazer necessita de espaço institucional permanente com gestão e quadros técnicos especializados e dotação financeira capazes de materializar políticas públicas como Salvador exige. Nesse sentido, a extinção da SMEL no lugar do seu fortalecimento como pólo de atração de projetos federais e estaduais se constitui uma visão conservadora do papel estratégico do Estado. Uma secretaria de esporte e lazer, tecnicamente ágil e qualificada, conceitualmente transversal e politicamente articulada, não é gasto. É investimento em qualidade de vida e cidadania. (...) Sem estrutura e sem política, a dívida social do esporte e lazer na nossa cidade tende a aumentar, empurrando, principalmente, as populações de menor renda para a TV, com ou sem plasma, e para a "drogatização" e erotização precoce, em vez de inúmeros projetos de ocupação lúdica e solidária do tempo comunitário de crianças, jovens e idosos."

⁵ Foi criada pelo Decreto n. 4.668 de 09.04 de 2003.

a favor do projeto de minoração das desigualdades e da edificação de identidades individuais e coletivas, o que se inaugura muito recentemente é o paulatino reconhecimento do estado, que concede a compreensão para além de conceber o esporte e o lazer como direitos constitucionais, constituindo um ministério, e buscando aproximar-se e “legalizar”⁶ as legitimações desses sujeitos e dessas práticas culturais mediadas. Para isso, a política pública social em foco apresenta uma infra-estrutura, inclusive no que tange à formação dos agentes sociais, disponibilizando profissionais vinculados ao programa para a “capacitação” dos gestores e agentes sociais de esporte e lazer. Os intitulados formadores do *PELC*.

A opção pelos gestores e formadores do PELC como principais sujeitos de diálogo se deu por considerar o papel estratégico de disseminação que ocupam na tarefa de estreitar as relações entre o poder constituído e a população. Cientes das limitações temporais e teóricas que contextualizam o cenário desta produção, muito poderia investigar em função da jovialidade do objeto. Contudo, me detive a buscar respostas para a seguinte questão: *Como as políticas públicas sociais de esporte e lazer repercutem nas ações dos formadores do PELC?*

Centro-me nessa questão com os seguintes objetivos:

- **Levantar dados e analisar a política setorial do PELC;**
- **Compreender a repercussão da política social na ação dos formadores do PELC.**

Levando em consideração as ambições e características deste estudo, pela própria natureza das motivações e de sua implicação social, é imperioso investigar a realidade da experiência do PELC como política pública social, o que significa que somadas as literaturas oficiais (e não oficiais) aos dados estatísticos, estão presentes nesta dissertação os processos contextuais objetivos da formulação e implementação da política de formação.

Este estudo pretende contribuir no debate em torno das políticas públicas sociais, refletindo a formação de sujeitos envoltos numa política pública federal e apontando possíveis consensos, discensos, alcances, limites e desafios estratégicos para a infra-

⁶ “Legalizar” entre aspas por ter sido empregada com o sentido de reconhecimento, no caso específico de sujeitos que têm tomado para si, de certa forma, iniciativas que deveriam ser dos poderes públicos constituídos.

estrutura, equipamentos e formação de educadores, para atuarem no esporte e lazer, como dimensões setoriais da qualidade social de vida.

Para tanto, trilhei um caminho estruturado em cinco capítulos, a começar por dizer da minha trajetória, motivações e objeto de estudo, já descrito; em seguida, no segundo capítulo, discuto teoricamente as políticas públicas sociais, propondo reflexões acerca das políticas públicas setoriais de esporte e lazer no Brasil, abordando a questão da acessibilidade e caracterizando o PELC. No terceiro capítulo, discorro sobre a questão da formação na educação não formal e reflito sobre as experiências formativas no campo das políticas sociais de esporte e lazer. Já no quarto capítulo, apresento o caminho metodológico da pesquisa, digo sobre os procedimentos utilizados para levantar informações e analisar os dados. Por fim, discuto as considerações conclusivas da experiência investigativa e relaciono as referências, anexos e apêndices.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

O PELC, como programa que busca materializar uma política de governo, e neste sentido assume a condição de política pública, reflete correlações de forças e interesses em níveis global, nacional e local em todo o seu desenvolvimento, ou seja, desde sua idealização, passando por sua implantação e implementação, merecendo, com sua caracterização e propósitos políticos, um capítulo que possibilite estruturar a discussão conceitualmente e em tempo, capaz de atender às demandas interpretativas de um programa com características sociais.

Focado nas políticas públicas sociais, com ênfase no lazer, apresento reflexões críticas sobre uma importante característica das políticas sociais, a saber, a democratização do acesso, e finalizo as reflexões deste capítulo, apresentando o programa esporte e lazer da cidade, objeto de referência do estudo.

Início pelo significado da palavra e pelo conceito de políticas públicas. Para Bonetti (2006), a expressão “política pública”, num primeiro momento, pode estabelecer uma redundância, uma vez que a palavra “política” nos dicionários refere-se ao que é público, e aí estaria a redundância. Entretanto, ainda segundo Bonetti, quando se trata de políticas públicas faz-se uma distinção entre o que é público e o que é privado, considerando o ponto de vista orçamentário, o que para ele significa coerência na expressão que traduz uma ação destinada ao público e que envolve recursos públicos.

Bonetti (2006) chama a atenção para a visão reducionista e funcionalista, que historicamente tem contemplado a compreensão da expressão “políticas pública”. Essa visão reduz as políticas públicas a critérios de investimento econômico e resultados práticos. A assertiva tem respaldo na nova configuração mundial de transição da sociedade, industrial para informacional, acarretando mudanças significativas nos campos da economia, cultura e política, com incidências diretas nas políticas públicas, que comumente desconsideram as tensões, circunstâncias e historicidade em torno das quais as mesmas são construídas.

Ainda sobre o conceito de “políticas públicas”, Durli (2008) dialoga com Bianchetti (2005, p. 88) e diz que são estratégias promovidas a partir do nível público com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. A esse respeito, o modelo atrelado aos interesses hegemônicos do modo de produção capitalista apresenta-se como única forma de se pensar as relações sociais de produção, o que é reforçado nas

análises de Montanõ (2007), que vê as políticas públicas sociais na contemporaneidade em consonância com o processo de reestruturação do capital, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços, políticas sociais assistenciais universais. Por outro lado, Shiroma (2002) explicita a contradição entre as características próprias de um estado submetido a interesses gerais do capital, de um lado, e às pressões, conflitos emergidos dos agrupamentos sociais, de outro, contrapondo-se à tese de única via.

Essa tensão leva-me a pensar em políticas públicas num contexto complexo, cujos interesses, desde sua idealização, digladiam-se numa correlação de forças desiguais entre o capital e as necessidades humanas. Assim, necessariamente, as transformações nas comunidades, ao mesmo tempo em que estão submetidas às lógicas, a elas alheias, não se materializam como pensadas, justamente por causa do componente comunidade-necessidade, que imputa uma dimensão de pluralidade e diversidade, impossível de ser contemplada por qualquer política pública que parta desta lógica.

Considerando, portanto, que as políticas públicas resultam do embate de interesses, mas conscientes de que vivemos num cenário de globalidade, quebra de fronteiras, desregulamentações e reafirmação da ideologia do capital, Bonetti (2006, P.47) aponta na atualidade uma nova perspectiva societária, a sociedade em rede:

[...] a partir do paradigma da sociedade em rede, entende-se que existe uma complexidade estrutural em torno do domínio do espaço produtivo, sustentada sobre uma base física informatizada ligada a rede por meio de fluxos. [...] conforme o paradigma da sociedade em rede, a lógica atual do modelo produtivo relativiza as fronteiras entre países e regiões, o que supera até os entraves culturais e ideológicos

Do meu ponto de vista, isso significa que o jogo, no processo de formatação das políticas públicas, é configurado, sobretudo nos anos 90, como é o caso do esporte recreativo e lazer, a partir de uma construção que ultrapassa a esfera econômica, invade as dimensões culturais e mobiliza símbolos sociais cooptando os sentidos, antes e durante o processo de construção e implementação de políticas públicas.

Bonetti (2006) *apud* Hetkowski (2008) considera que os agentes definidores das políticas públicas localizam-se na representação do estado, classes sociais e sociedade civil, ou seja, por representações de sujeitos com demandas variadas, o que legitima a correlações de forças. Nesse sentido, Vieira (2002), citado por Durli (2008), estabelece três momentos, na história das políticas públicas de caráter social no Brasil, que atestam o contexto conflituoso da construção de políticas públicas sociais.

O primeiro momento intitula de Período de controle da política, marcado pelo ideal populista da era Vargas. Na sequência vem Período de política de controle, período que corresponde aos anos de 1964 até 1988, quando as políticas de caráter social são marcadas por ações fragmentadas, setoriais, com o forte apelo ideológico de reafirmar os governos e, por último, destaca o Período de políticas sociais sem direitos, construção, a partir da Constituição de 1988, que traz uma grande contradição, uma vez que o documento avança e reconhece direitos à educação, saúde, segurança, esporte e lazer, entre outros, e materializa reivindicações democráticas oriundas da tensão entre os agentes formuladores das políticas; contudo, nesses campos da vida social, as mesmas políticas não se efetivam em sua plenitude, aumentando o fosso da inacessibilidade para a maioria da população.

O PELC é notoriamente uma política pública que enfrenta esse tensionamento na atualidade, entre o direito e a efetivação do mesmo, até porque é estruturado a partir de diretrizes, princípios e metodologia próprios para a disseminação de um dado valor a respeito do esporte recreativo e do lazer, pensado e proposto na tensão entre a esfera governamental (considerando a questão gerencial e entendendo que abrange de forma distinta sujeitos representantes de diversas organizações), que encontra contrapontos no diálogo concreto com cada comunidade, onde o programa funciona.

Nos estudos de Vieira (2002) e Boneti (2006) o distanciamento entre a política e o direito dá-se por conta da tensão, que tem na classe dirigente do estado suas representações, seja no âmbito nacional ou global. Assim, avançar na política e no direito é de fato uma tarefa hercúlea para os setores da sociedade civil.

O DNA de uma política pública guarda como aspectos relevantes sua complexidade, operacionalização e “caráter” Boneti (2006). Sobre a complexidade, podemos afirmar que estão presentes nas políticas públicas os interesses internacionais postos a partir de uma perspectiva etnocêntrica, de domínio e de relevância, em favor da expansão do capitalismo internacional, com incidência direta no processo de operacionalização da política, e que dissemina princípios, movendo as estruturas sociais envolvidas com fins ideológicos bem postos, quer seja pela dependência econômica, quer seja pelos parâmetros de acompanhamento e avaliação das políticas. Outro fator para a complexidade são os entraves nacionais, nos quais as elites econômicas, via de regra, defendem os interesses do capital global, medindo forças com as organizações sociais de classe ou não. O que pode ser explicitado em Boneti (2006, p.16):

Fica claro, portanto, que as elites globais e as classes dominantes nacionais se constituem de agentes determinantes na elaboração e implementação das políticas públicas, mas não são as únicas. A pluralidade política dos dias atuais faz com que agentes outros originados na organização da sociedade civil, como as ONGs, os movimentos sociais, etc.

É nessa tensão, entre os interesses do capital internacional - validado pelas elites nacionais, principalmente em países periféricos ou emergentes, de um lado, e as instâncias de poder local (ONGs, movimentos sociais, etc.), como principais executoras das políticas, de outro – que se pode dimensionar o domínio e o alcance das políticas públicas. Assim, faz-se importante pontuar o lugar ocupado pelos sujeitos formadores do PELC.

2.1 O ESPORTE RECREATIVO E LAZER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS BRASILEIRAS.

A história das políticas públicas faz distinção entre o esporte e o lazer no Brasil, sendo o primeiro mais visualizado historicamente, sobretudo, na dimensão do alto rendimento, e o segundo, o lazer é um fenômeno mais emergente. Aqui, o esporte receberá tratamento de fenômeno pertencente ao campo do lazer, cujas principais características estão na dimensão recreativa e educacional.

Antes, porém, é possível afirmar que a política pública de esporte e lazer no Brasil se harmoniza com a dinâmica das tensões globais, como já vimos, portanto, ao mesmo tempo em que guarda características universalizantes, têm configuração própria, que anuncia sua identidade. Em relação às configurações próprias, Pinto (2008) faz uma síntese das políticas de lazer no Brasil, sinalizando quatro distintos momentos históricos, a começar dos anos 30 e 40 que considera época da legalização do Tempo Livre na política assistencialista de bem-estar social, marcada na política pela ditadura “estadonovista” de Vargas que significa um avanço no processo de centralização institucional, e de efervescência jurídica com as promulgações das constituições Federais de 1934⁷ e 1937, a efetivação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como a declaração universal dos direitos do homem⁸, por volta de 1848.

⁷ O art 121, parágrafo 1º fala de um “tempo de não trabalho”

⁸ Art .24 diz que todo indivíduo tem direito ao lazer

A política social de lazer foi marcada pelo assistencialismo com privilégios para os trabalhadores que diante da expansão da indústria nascente, tiveram em organizações como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) espaços de controle da improdutividade do trabalhador, como recompensa pelo trabalho. A cooptação do imaginário coletivo dava conta do entendimento de que o lazer precisava estar atrelado diretamente ao trabalho, assim, quem não estava empregado o lazer ganha contorno de desocupação.

Já os anos 60 e 70 a autora afirma que a política baseada no mérito, na seletividade e na ação burocrática, a busca é pelo estado de bem-estar social – *welfare state* –, compreendido como o lugar ocupado socialmente e renda adquirida na teia produtiva. No campo do lazer instituiu-se a cultura de eventos, a exemplo de “Ruas de Lazer”, como materialidade da política social, implantando no imaginário coletivo a idéia de participação passiva nas atividades de lazer, desconsiderando as pessoas como seres sociais com demandas diferentes, por fim, trata-se de um período em que as políticas públicas demarcam o fosso entre as elites por mérito e assistencialismo para os segmentos empobrecidos da população.

Ainda segundo a autora, os anos 80 marca uma época com grandes contradições no campo do esporte recreativo e do lazer, pois o cenário nacional aponta para a queda do regime autoritário e início de processo de redemocratização com a constituição de 1988, que reconhece o direito ao lazer para todos e não apenas para os trabalhadores. Essas conquistas no modelo de produção capitalista instituiu a indústria cultural, que provoca um novo abismo social pelas desigualdades alimentada pela perspectiva do mercado em detrimento da formação humana criativa, inventiva, autônoma, diversa e plural.

A partir dos Anos 90 há o reconhecimento do Lazer como direito social nas políticas sociais democráticas e tensão entre duas tendências no Brasil: uma que, motivada pelas reformas constitucionais, anuncia instrumentos de democracia direta e oportuniza a participação cidadã na administração pública, e outra, motivada pelo modelo econômico, isentando os governos de investimentos em obrigações públicas, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil.

Desenvolvimento com equidade é a bandeira, não só do ponto de vista econômico, mas também social, ambiental e humano, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população e a um mercado orientado pela universalização do acesso aos bens e serviços oferecidos. Há um encorajamento de políticas pautadas por

valores de sociabilidade, cooperação e associativismo, articulando as instâncias do estado, com o setor estatal não governamental e também pelo setor corporativo, cabendo ao estado a regulamentação do lazer e o provimento de condições mínimas de acessibilidade ao mesmo.

Da parte das entidades não governamentais e corporativas, cabe o desenvolvimento de políticas, programas e projetos de lazer, conscientes de seu dever sócio-educativo; e por parte das comunidades e famílias, o dever de participar e colaborar com as ações desenvolvidas em diferentes setores, também criando oportunidades de tempo e espaço educativos, para que os sujeitos possam vivenciar o lazer com autonomia. O lazer ganha status de direito transversal e intersetorial, uma vez que aparece em uma série de documentos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - (1990), o Estatuto do Idoso (2003), a Política Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (1989), o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), LDBN (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - (2000).

Por outro lado, admite-se distanciamento entre as formulações legais e a realidade objetiva das políticas sociais de lazer, chamando a atenção para a falta de uma estrutura que dinamize e dê base concreta para a população vivenciar o lazer, seja por falta de consciência e responsabilidade individual e/ou coletiva no jogo social, que acarreta a exclusão de muitos das vivências disponíveis em nosso meio, seja falta de gestão participativa e transparente que passa pela dificuldade de financiamento e de formação adequada para elevar a qualidade de serviços prestados.

Assim, a Criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer é na perspectiva da autora um marco histórico da participação direta da população, por meio de conferências municipais, estaduais e nacionais.

A compreensão lógica, a partir de Pinto (2008), é de que a história das políticas públicas no Brasil, no âmbito do lazer, poderia ser resumida considerando as transformações da sociedade globalizada, do estado nacional e da representação de cidadania brasileira – transitando, desde uma perspectiva eminentemente assistencialista, positivista, funcional e centralizadora, cuja postura dos sujeitos sociais é de passividade e alienação, para um estado paulatino e em curso de autonomia, participação de diversos setores da sociedade civil, num modelo descentralizado, transparente e participativo. Essa leitura, entretanto, não inviabiliza outros olhares históricos sobre as políticas públicas de lazer no Brasil.

Considerando que a autora acima citada é membro do corpo gestacional do PELC e, portanto, está imersa na vivência com a política social de lazer da atualidade, trago como contraponto estudos que fazem críticas contundentes ao ideário das políticas sociais, mundiais, destacando a emergência do terceiro setor, no qual se encontra representada a sociedade civil organizada, como alicerce para a implementação da reestruturação do capital, após a crise da década de 1970, estado de bem-estar social, e que segundo Montañó (2007:17)⁹ conta:

[...] a ampliação da acumulação e de reversão dos direitos conquistados pelos trabalhadores no contexto imediatamente anterior, e chega-se ao chamado “terceiro setor”, como embate ideológico, ora produzindo no interior dos interesses do grande capital (seguindo postulados neoliberais), ora surgido numa fração da esquerda resignada, mas de (eventual) “intenção progressista”, porém inteiramente funcional ao projeto neoliberal

Aqui há uma explícita crítica aos setores de esquerda que ocupam espaço de comando na esfera governamental, mesmo reconhecendo o movimento como progressista, para o autor não avançam na emancipação humana, no máximo domesticam e tentam humanizar a lógica do capital. Da mesma forma, Montañó faz críticas à idéia de estado de bem-estar social no Brasil, reconhecendo na história dois momentos em que seria possível atribuir tal status, não fossem os contextos em que aconteceram. O primeiro, data ainda do período Getulista no governo, em que os direitos sociais dos trabalhadores avançaram sob a égide do autoritarismo populista; e o segundo, após a tentativa da Constituição de 1988, que condensava resultados de enfrentamentos históricos, como direitos sociais e dever do estado, num processo democrático que acabou por esbarrar na conjuntura mundial que questiona justamente o papel do estado.

Os momentos de quase existência do estado de bem estar social no Brasil, se afina com o discurso de (MASCARENHAS, 2007) que admite a idéia de estado interventor sob a perspectiva de uma sociedade capitalista garantiu por certo tempo níveis mínimos de bem estar a sua população incluindo o lazer, entretanto essa experiência se quer foi vivida pelo Brasil ou mesmo por qualquer país da América latina. Por aqui vingou a ideologia que representava promessas de melhoria na vida das pessoas.

Assim, a nova hegemonia liberal (neoliberalismo) avança nos países centrais nos anos 80 e 90, e como rolo compressor, dita regras para todo o planeta que à época vivia

⁹ Livro: Terceiro Setor e a questão social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social. Ed. Cortez.

eventos como a queda do muro de Berlim, simbolizando para os neoliberais o fim do socialismo real, o fim da história. Desta forma, as conquistas pré-escritas na Constituição Federal de 1988 sofrem um processo de descontinuidade, uma vez que a burguesia rompe o contrato com os trabalhadores e uni-se às exigências globais (MONTAÑO, 2007). Essa compreensão abre margens à interpretação de que, de fato, não vivemos no País um *welfare state* e muito menos temos, nas garantias constitucionais, políticas que as materializem conforme os princípios de sua construção.

Por outro lado, no mesmo caminho trilhado por Pinto (2008), Rodrigues (2008, p.182) acredita que, na atualidade, as políticas públicas sociais no campo do lazer trazem desafios, tanto para a esfera governamental como para a população de modo geral, propondo o estabelecimento de um “novo pacto social que não perca de vista a universalização do esporte e do lazer, combinado com a garantia de inclusão com equidade. Mais adiante diz: [...] desafios que exigem que o estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, tornando imprescindível a participação desta em ações integradas, buscando multiplicar seus efeitos e chances de sucesso.

Essa consideração convida-me a pensar em ações conjugadas, não apenas com a sociedade civil, mas, sobretudo, com o conjunto de setores de um governo que favoreça ações conjuntas e que envolvam a dimensão do esporte recreativo e do lazer, por sua característica de transversalidade.

A esse respeito, entretanto, (SUASSUNA, 2007) em observação às atuais políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, reconhece que há um esforço no sentido de diminuir distâncias entre setores no governo. Contudo, o que ainda impera nessas políticas é o caráter setorial, explicado pelo ranço do modelo de gestão imediatamente anterior, que defendia as ações setorializadas.

Por fim, compreender a necessidade da continuidade de ações e programas como o PELC, pressupõe necessário o estabelecimento de políticas de estado, implicando na definição de um planejamento contínuo, que favoreça à intersectorialidade, diferenciando-se das políticas focais, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação permanente, com vistas a corrigir distorções em tempo real e a garantir a participação efetiva na gestão das políticas (ALMEIDA,2007) e (ROQUETE 2007)

Partindo, do entendimento de que a política pública social só tem sentido e significado com ampla participação da sociedade organizada, com fins de emancipação

social, questões essenciais, defendidas na formulação das políticas sociais de lazer no Brasil, na atualidade, precisam ser reconhecidas teoricamente para subsidiar a interpretação do PELC como política pública. Refiro-me às questões da acessibilidade e da formação de pessoas, elementos imprescindíveis para a emancipação humana e acolhimento da diversidade e pluralidade nacional.

2.2 POLITICAS PÚBLICAS SOCIAIS DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER: A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE

Refletir sobre acessibilidade às políticas públicas sociais requer que seja retomado o sentido da existência da própria política pública, qual seja o de garantir partilha pública de direitos sociais inalienáveis à condição humana, na forma de educação formal e em espaços não formais, saúde, segurança, habitação, saneamento, emprego, e o esporte e o lazer, entre outros – portanto, ações efetivas do complexo social, a partir das demandas sociais.

Entretanto, o fato das políticas públicas servirem, a princípio, para o atendimento das demandas coletivas, estas não é uniforme, nem tão pouco homogênea, pelo contrário, sob o ponto de vista territorial apresentam peculiaridades que questionam os princípios e a efetivação das próprias políticas públicas, por se aproximarem (ou distanciarem) das múltiplas realidades que existem no espaço geopolítico-econômico e cultural de cada localidade onde a política pública tende a se materializar em ações.

Partindo deste princípio, lanço-me a refletir sobre a acessibilidade, considerando a categoria espaço/território como central na direção defendida por SANTOS (2007), reforçada nos estudos de FIALHO (2009) e HETKOWSKI (2008), autores que, em que pesem focalidades de estudos em cenários diferentes, apresentam conceitos de espaço e território numa perspectiva de ruptura com a geografia clássica, a qual definia, por exemplo, território como limites imutáveis, linhas demarcatórias de agrupamentos sociais, enquanto espaço limitava-se à compreensão de se estar num espaço geográfico. Assim, anunciam o conceito de espaço e território como complementares, sendo possível inclusive dar margem à nova categorização, intitulada como espaço/território.

Nos estudos de Fialho (2009, P.23), quando se apropria do conceito espaço/território para refletir sobre a desigualdade da pesquisa e da pós-graduação em Educação no Brasil, tem como referência o que se passou a chamar nova geografia.

[...] recente no Brasil deu início a uma fase inédita onde os fenômenos deixam a idéia de paisagem fixa (e o pesquisador abandona a postura de contemplação) **-destaque do autor-** e passam a ser estudados em função das relações, social e historicamente construídas, que o homem mantém com a natureza.

A autora toma a idéia simbiótica de espaço/território como o território usado, ou seja, local onde a vida social é constituída pelos sujeitos históricos. No caso do referido estudo, o conceito serviu para reposicionar o papel da universidade no espaço/território em que está inserida, reclamando a relevância e obrigação de diálogo e interlocução com os sujeitos sociais do entorno universitário, considerando fundamentalmente a diversidade e necessidades locais - o que para nós importa dizer que a presença da universidade em dado local, implica em um reordenamento do espaço, o que passa pela formação das pessoas daquela localidade. Portanto, esse conceito de espaço/território nos será imprescindível para a compreensão do impacto da política pública do PELC nas ações dos formadores.

HETKOWSKI (2008) utiliza os conceitos de espaços instituídos e espaços instituintes, para discutir a acessibilidade/inclusão sócio-digital¹⁰, e o faz a partir do que chama de espaço instituídos que, via de regra, representa o sistema político-ideológico hegemônico, organizado com diretrizes, metas e valores próprios dos interesses da sociedade capitalista de consumo, e define como espaço instituinte o contexto onde são vividas as possibilidades de transgressão postas nas entrelinhas deste mesmo processo, abrindo margens para a emancipação humana. Esse processo é intitulado pela autora como dialética interna – presente, em todos os reclames de acessibilidade, como é o caso das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

Já Santos (2007, p 140)¹¹, um dos maiores estudiosos do conceito “espaço e território” da contemporaneidade, chama a atenção para o valor do indivíduo na dependência do lugar e das condições em que vive, como fator decisivo para o exercício

¹⁰ Políticas Públicas e Formação de Professores: Uma provocação aos espaços instituídos e instituinte. Pode ser encontrado no livro Políticas Públicas e Inclusão digital, editora: EDUFBA – Salvador-Ba, 2008.

¹¹ O professor Milton Santos, nasceu em Brotas de Macaúbas – Ba, Geógrafo que recebeu o título de doutor *Honoris Causa*, premio Nobel de Geografia, faleceu em 14 de junho de 2001, aos 76 anos de idade.

de cidadania. “As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade de valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive”.

Nesse contexto, a política pública como mecanismo reparatório, garantidor de acessibilidade mínima aos atributos de direitos legais, aos quais toda a sociedade está submetida, mas que por uma combinação de forças econômicas e espaço político forjam bolsões de pobreza, principalmente nas periferias dos territórios sociais.

Faz-se urgente uma política pública efetivamente redistributiva, na qual as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem. Não pode prescindir do componente territorial, capaz de reconhecer como direitos indiscutíveis todas as prestações sociais basilares de uma vida digna, não mediada pela lógica do mercado e, sim, como dever do todo social, incluindo aí o próprio estado.

TEIXEIRA (2002) vê nas políticas públicas a oportunidade de atendimento as demandas mais carentes da sociedade, capaz de mediar os conflitos de interesses e compensar lacunas deixadas pela esfera econômica, considerando, entretanto a distância entre as intervenções e as intenções de vontade da própria política pública. É nesse cenário que se instala o PELC, ou seja, num cenário de desníveis sociais graves, onde reuni pessoas com amplo acesso aos bens e serviços e pessoas sem a mínima condição de acessibilidade, tanto aos bens como aos serviços - públicos e privados. Um cenário em que a centralidade hegemônica privilegia coisas, dinheiro e consumo ao invés de privilegiar centralmente o humano, homens e mulheres dos espaços territoriais.

A luta pelo acesso, pela inclusão, traz em seu bojo a denúncia da inacessibilidade e da exclusão. A esse respeito Martins (2002, p. 25)¹² favorece um profícuo debate sobre a exclusão, que vai na contramão dos estudos mais corriqueiros sobre a questão, e que estão presentes, em maior ou menor grau, nas políticas públicas.

O autor faz críticas à substituição dos conceitos de pobre, marginalizado e trabalhador pelo conceito de excluído, por considerar este último não verificável na prática, na vivência dos chamados “excluídos”, como é possível, por exemplo, na categoria, trabalhador, o assalariado. E afirma ser a “exclusão” uma categoria criada no desenvolvimento da sociedade capitalista.

Na verdade, a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do

¹² Livro: A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sócias. Vozes Petrópolis-RJ, 2002. Texto: Reflexão crítica sobre o tema da “Exclusão Social”.

desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea.

Incertezas e inseguranças são princípios do sistema capitalista, que em seu histórico processo de reinvenções chega à contemporaneidade assegurado jurídica, política e socialmente, tendo, pelo processo de correlações de forças, alterado substancialmente as relações sociais, de modo tal que o mercado assume posição central na tomada de decisões, naturalizando as incertezas, as inseguranças, ampliando a mais valia transformando a força de trabalho, antes de propriedade do trabalhador, em mercadoria, pelas exigências e escassez mercadológicas, gerando, assim, legiões de ciclos de “excluídos”, como aspecto estruturante para a manutenção do sistema.

No processo de transformação da realidade social capitalista os custos recaem sobre a coletividade, antes circunscritas nas organizações de classe, agora reduzida à coletividade familiar - a contrapartida do trabalho livre é a isenção do modelo econômico. O autor faz crítica à essência do fenômeno da exclusão, dizendo que: primeiro, excluído não é uma classe social e sim um conceito abstrato, sem possibilidades históricas nas pessoas ou grupos sociais submetidos a esta rotulação; segundo, que os discursos sobre a exclusão partem dos não excluídos, que julgam determinada situação social como situação de exclusão. Martins, (2002, p. 31) diz:

O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem. Dificilmente se pode ver nele um discurso anticapitalista, embora ele certamente seja um discurso socialmente crítico.

Os integrados são, para o autor, a classe média burguesa que vê o fenômeno da exclusão a partir de sua própria ótica e não da ótica dos ditos excluídos, como forma de explicar as mazelas sociais contemporâneas. Martins (2002, p.43)

A categoria “Exclusão” expressa, ao mesmo tempo, uma verdade e um equívoco. Revela o superfluo e oculta o essencial. (...) o que procuro mostrar, no fundo, é que a *exclusão* não diz respeito aos “excluídos”. É, antes, uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram “incluídos” (humanizados) e não o são de fato.

O autor aqui sugere tratar-se esse de um processo de auto-enganação, até porque admite as boas intenções dos preocupados com os pobres, mas afirma que a barreira da falta de conhecimento sobre a concepção funciona como uma armadilha que reproduz o processo vigente do capitalismo. Mais adiante reconhece que o contexto hostil também

abriga espaço de transformação e superação da realidade atual, contudo a classe média em sua opinião está num tempo do imediato e do interativo.

Para mim, trata-se de uma interatividade enviesada, justamente por pressupor a resolução dos problemas pela ótica dos que não vivem o problema - fato observado nas políticas públicas com frequência. O autor, a esse respeito, diz que no fundo o que se quer é livrar-se do problema e não construir o novo, no máximo. A postura dos que cunham o conceito de “inclusão” é conservadora e nega a história, nega à vítima de exclusão a possibilidade para construir historicamente seu próprio destino.

O meu entendimento sobre as assertivas dos autores dá-nos conta da necessária correlação de forças para a manutenção ou transformação da realidade social; que há uma dificuldade imensa em conceituar e categorizar os excluídos e definir se estes formam categorias palpáveis a intervenções em forma de políticas públicas; conceber a consciência social sobre o tema, seja na direção da manutenção, seja na direção da transformação da própria realidade em níveis micro e macro, através de políticas públicas; saber o lugar dos excluídos no processo de formulação e implementação das políticas públicas.

2.3 PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A intenção por hora é situar o leitor sobre os aspectos gerais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, até porque no decorrer do trabalho de pesquisa reservo espaço privilegiado de compreensão do mesmo mais detalhadamente.

Em linhas gerais o PELC nasce em uma nova conjuntura de desenvolvimento de políticas de esporte e lazer no Brasil. Se, até pouco tempo os organismos responsáveis pelo esporte estavam vinculados a Secretarias e Ministérios, como o da Educação e Cultura, a partir do ano 2003 o esporte e o lazer passaram a ganhar status, com relevância suficiente de política setorial estratégica para a gestão governamental, que pela primeira vez na história deste

país, constituiu um Ministério¹³ com a finalidade de prover políticas públicas para o esporte e o lazer nacional.

Consta no site oficial, que o Ministério do Esporte é constituído por três Secretarias Nacionais, a saber: Secretaria de Esporte e Alto Rendimento; Secretaria de Esporte Educacional e Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. Cada secretaria atua numa dimensão diferente do esporte, com o intuito de, no conjunto das ações, materializar um sistema nacional de esporte.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade aparece nessa estrutura como uma ação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, que preza pelo desenvolvimento de políticas públicas sociais no âmbito do esporte recreativo e do lazer, com a compreensão de tratarem-se de direitos sociais e deveres do estado. Para o incremento do programa foi preciso reconceituar o esporte numa dimensão de lazer, fazendo entender a proposta num viés de emancipação popular, segundo Castellani Filho, (2007¹⁴)

Intentava-se sinalizar, dessa forma, para a inversão da lógica da presença do Estado no cenário esportivo, atribuindo-lhe prioritariamente caráter subsidiador dotado, contudo, de outro sentido que não aquele reforçador do modelo concentrador representado graficamente pela estrutura piramidal, que traz em seu vértice o esporte de alto rendimento e em sua base e centro, respectivamente, o esporte recreativo e o escolar subordinados aos objetivos do “de cima”, mas sim o de implementador de um modelo exemplificado por círculos autônomos e ao mesmo tempo interdependentes onde o esporte recreativo, o escolar e o de alto rendimento sejam respeitados em suas especificidades e, ao mesmo tempo, possam manter canais de comunicação sinalizadores de um conceito de sistema esportivo construído em relações isonômicas e não hierarquizadas

¹³ O Ministério do Esporte foi criado em janeiro de 2003, antes, data de março de 1937 a primeira aparição institucional no Brasil, dentro de uma estrutura de Divisão de Educação Física. Nos anos 70, assumiu a forma primeira de Departamento vinculado ao Ministério de Educação e Cultura e depois como Secretaria no Ministério de Educação. Notadamente, a partir dos anos 90 é que o esporte nacional ganha maior atenção, constituindo-se estruturalmente em Secretaria de Desporto da Presidência da República, na gestão Collor de Melo. Após sua saída da presidência, volta a ser vinculado ao Ministério de Educação. Em 1995, podemos considerar um marco do reconhecimento do esporte nacional com a criação do Ministério Extraordinário do Esporte, ainda que mantendo vínculos orgânicos com o Ministério da Educação e depois, ao desvincular do Ministério de Educação, FHC vincula o esporte ao turismo, criando em 1998, o Ministério do Esporte e do Turismo. O passo decisivo para a autonomia no desenvolvimento de políticas públicas para o setor do Esporte, acontece apenas no governo Luiz Inácio Lula da Silva, quando separa a pasta de Turismo da pasta do Esporte. Para saber mais. www.ministeriodoesporte.br, bem como Castellani filho (2007).

¹⁴ Entrevista concedida pelo professor Lino Castellani Filho, ex- Secretário da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do esporte (2003 – 2006)

Essa compreensão: primeiro, fundamenta o entendimento do esporte como manifestação cultural e, portanto, constituinte da cultura corporal do povo numa dimensão de lazer; e segundo, está aliada à idéia de política numa concepção ampliada de estado, que se afirma indutora de inclusão social, com participação popular, controle social e gestão democrática. A organização das políticas em foco é resultado de conferências, reuniões nacionais e reuniões regionais com gestores, formadores e agentes sociais envolvidos no programa¹⁵.

Os convênios de parceira do PELC são firmados com prefeituras, estados, organizações não governamentais, movimentos sociais e outros ministérios, numa ação intersetorial, e atende especificamente a duas demandas sociais: uma formada por pessoas dos diversos segmentos etários, o chamado PELC, e outra voltada a pessoas com idade a partir dos 45 anos, conhecida como PELC Vida Saudável. A secretaria dispõe de recursos materiais, na forma de kit esportivo e recreativo, bem como recursos humanos que atuam na formação de gestores e agentes sociais de esporte e lazer. Para isso, apresenta a construção de um sistema de formação de agentes e uma metodologia modular de formação. A parceira prevê ainda controle social e acompanhamento ministerial na forma de relatórios dos formadores e dos núcleos existentes.

¹⁵ As conferências se refere às 1ª e 2ª conferências nacionais de esporte, ver referências.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER : A QUESTÃO DA FORMAÇÃO

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”
(FREIRE,1987:23)

Os esfarrapados do mundo estão espalhados nos seus tantos cantos, à sua maneira significam e ressignificam a cultura por um processo de educação e formação constante, para além dos muros escolares. É com essa compreensão que o estudo localiza-se nas comunidades, portanto, o enfoque educacional e formativo centra-se no espaço territorial não formal, mas que, por outro lado, guarda possibilidades de interlocução com a educação e formação no ambiente formal, até porque no contexto da política pública social em tela é a academia que comumente tem sistematizado princípios, caminhos e perspectivas de tal processo de educação e formação de sujeitos no espaço comunitário.

GONH (2005,p.92) considera o fenômeno da educação não formal que, do ponto de vista da cultura política, aproxima-se muito da história das preocupações com as políticas de lazer no Brasil. Ela conta que até os anos 80 do século passado, não se atribuía grandes atenções à educação não formal e com claras intenções de controle social, como se pode observar.

Os conteúdos a serem adquiridos na aprendizagem via educação não-formal, [...] incluíam; atitudes positivas em relação à cooperação familiar, colaboração para o crescimento nacional, progresso etc.; a alfabetização funcional; o conhecimento de habilidades funcionais para o planejamento familiar, sustentação econômica e participação cívica.

Tomando Paulo Freire (1987) como referência, o processo acima descrito concorre contra um processo de educação e formação com vieses libertários, críticos e autônomos, muito visto nas políticas públicas de esporte e lazer como utilitarista e assistencialista. A partir dos anos 90, com a configuração da globalização, as mudanças aconteceram para além da questão econômica, que sem dúvida tem lugar privilegiado nas transformações das relações sociais, mas, no tocante à educação e formação em espaços não escolares, acompanham esse movimento de mudanças globais organismos como a Organizações das Nações Unidas (ONU) e a UNESCO, além de ONG's, que

num contexto de minimização da participação do estado e ampliação da responsabilidade social para a sociedade civil, meio que institucionaliza a educação não-formal. Gonh (2005, p. 93)

A partir da definição de necessidades básicas da aprendizagem, vistas como “ferramentas essenciais para a aprendizagem” e de seus novos “conteúdos básicos”, abrangendo, além dos conteúdos teóricos e práticos, valores e atitudes para viver e sobreviver, e a desenvolver a capacidade humana, os documentos da conferência ampliam o campo da educação para outras dimensões além da escola.

A lógica, portanto, da ampliação de visão sobre a educação, *pari passu* com o novo contexto mundial, apregoa exigências de habilidades que não são desenvolvidas no ambiente escolar, que garantem aos que acessam organismos não formais a possibilidade de inserção na lista de exigências contemporâneas, como duplicidade lingüística, razoável domínio tecnológico, capacidade de liderar e conviver em grupo, criatividade e atitude pró-ativa. Se, por um lado, as habilidades e capacidades aqui relatadas otimizam o estar no mundo, sobretudo no universo do mundo do trabalho, o fato de tais aprendizagens vincularem-se meramente à preparação para o ingresso no mercado de trabalho, tende a desviar o foco das relações de interesses capitais, que camuflam a realidade e apontam no indivíduo a responsabilidade exclusiva de seu estar no mundo. A esse respeito Gonh (2005, p. 95) diz:

O enfoque na problemática da aquisição de novas habilidades desloca a questão social do desemprego do âmbito das políticas públicas governamentais. [...] para os indivíduos, enquanto trabalhadores, caracterizando-os como mão de obra despreparada.

Neste sentido, a educação e formação de pessoas por vias não formais serve ao atendimento da reprodução do sistema produtivo vigente e, dessa forma, não favorece a possibilidade de ruptura em seu anúncio. As possibilidades de ruptura, entretanto, poderão ser otimizadas pela ampliação da consciência social, como sugerem os estudos de MARTINS (2002, p.26), quando argumenta que “as pessoas podem viver numa situação social adversa e, ao mesmo tempo, ter dela uma compreensão insuficiente. [...] ou podem ter dela uma compreensão apropriada, num certo sentido objetiva, ou pela reflexão sobre a práxis cotidiana, como sugere Freire (1987, p.31), em Pedagogia do Oprimido, quando questiona:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação de não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento de lutar por ela.

As citações de Martins e Freire guardam em seus bojos a centelha da transgressão, da capacidade de reinventar do homem, mesmo em condições inóspitas. Daí que o movimento de expansão da educação e formação no espaço não formal é uma legítima construção histórica de tensão entre querer e possibilidades díspares dos que neles atuam e vivem.

3.1 FORMAÇÃO NO ESPAÇO NÃO-FORMAL

SANTOS (2007), ao definir “espaço” como objeto central da geografia e fundamental para a compreensão da dinâmica humana no território global, vale-se dos conceitos de fixos e fluxos, que resumidamente significam um entrelace necessário entre a quantidade e qualidade da oferta de bens e serviços (fixos) e a qualidade e peso político que dela deriva (fluxo), o que, do meu ponto de vista, significa dizer que não basta apenas que os serviços e bens estejam postos no território, é preciso verificar as condições objetivas de qualidade, quantidade e acessibilidade da população, que ocupa espaços em distintos locais dentro do território.

Desta forma, ao pensarmos a educação não formal, é preciso levar isso em consideração, tendo a clareza de que como preocupação na forma de política pública, faz um recorte territorial, localizando nos periféricos¹⁶ o espaço de sua concretização, em tempo que também é preciso considerar o peso político como fator definidor de acesso da política pública.

Dito de outra forma, os espaços onde se dá a educação e a formação não formal contemplam a tensão de espaço instituído e instituinte HETKOWSKI, (2008), sendo esse campo fértil para ingerências da rede global, cujos interesses

¹⁶ Periféricos, aqui considerados como aqueles que estão à margem do processo produtivo, não têm acesso aos bens produzidos pela humanidade e sobrevivem num limiar de risco de dignidade, pela situação histórica de dependência dos serviços e políticas públicas.

primordiais encontram-se na reprodução do *status quo*. Estas reflexões contribuem para o entendimento da estrutura da educação não formal no contexto social.

GONH (2005) concebe a educação não formal atrelada ao conceito de cultura, portanto, produção humana cotidianamente construída, colocando-se socialmente como uma possibilidade não excludente de desenvolver ensino e aprendizagem ao lado de outras formas sociais de educação, como é o caso da educação escolar. Entretanto, não significa dizer que não haja limites explícitos entre as formas de organização educacional. (AFONSO, 1989, P.78 Apud GARCIA, 2001, P. 150-151), faz a seguinte definição:

Por *educação formal* entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a *educação informal* abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a *educação não-formal*, embora obedeça também a uma estrutura e uma organização... (...) diverge ainda da educação formal no que respeita à não –fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (grifo meu)

A educação não formal, cumpre assim um papel educacional e formativo, comprometido com a demanda do espaço onde se dá. Mantém uma estrutura orgânica, mas não segue diretrizes gerais institucionais, como o que acontece na educação escolar.

A literatura crítica sobre a educação não formal reivindica a manifestação de seu caráter transformador. GONH (2005), por exemplo, aborda seis dimensões de abrangência para a educação não formal, são elas: a aprendizagem política do cidadão; capacitação dos indivíduos para o trabalho; aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal escolar; a educação desenvolvida na e pela mídia, em especial a mídia eletrônica; e, por fim, educação para a vida e para a arte do bem viver.

Garcia (2001, p.152) socializa a caracterização defendida por AFONSO (1989, p.90), para a educação não formal transformadora, em 9 pontos: 1) Apresentar caráter voluntário; 2) Promover sobretudo a socialização; 3) Promover a solidariedade; 4) Visar ao desenvolvimento; 5) Preocupar-se essencialmente com a mudança social; 6) Ser pouco formalizada e pouco hierarquizada; 7) Favorecer a

participação; 8) Proporcionar a investigação e projetos de desenvolvimento; e 9) Ser, por natureza, forma de participação descentralizada.

A caracterização e a abrangência trazidas pelos autores mencionados questionam veementemente o modelo de organizações reprodutoras e assistencialistas por natureza; de modo inverso, reclama pela possibilidade teórica de se encarar a constituição de um projeto de educação não formal radicalmente cidadão, revitalizando valores próprios de inspiração de sociedade com outros princípios de produção e, sobretudo, de relações sociais. Aqui, a participação da comunidade não pode ser considerada mera figura carimbada, ela é orgânica, o que pressupõe que a relação entre fixos e fluxos só tem sentido com a anuência da comunidade envolvida.

Outro aspecto fundamental a considerar é a relação de fixos e fluxos que estrutura um projeto de educação não formal, seja ela em associações, instituições ou organizações - não é raro disparates entre as expectativas dos formadores e a realidade dos formandos. Como foi abordado anteriormente, o processo de mudança e/ou conformação está diretamente relacionado ao processo de formação e este intrinsecamente atrelado ao centro de interesse dos membros da comunidade.

Nesse contexto, os conflitos de ordem metodológica e procedimental afetam o desenvolvimento das aprendizagens e por extensão da formação dos sujeitos. O fato de boa parte das experiências formativas partirem de membros da academia pressupõe um nível de organicidade no processo de ensino e aprendizagem muito mais próximo da educação formal que do espaço não formal.

Segundo GARCIA (2001), a base pedagógica que a formação oferece, contribui para a estruturação do espaço educacional, de um lado, de outro, as amarras pedagógicas que essa formação também possibilita, fazem com que os educadores não compreendam uma outra possibilidade de relação educacional, que não tenha em seu bojo a cobrança de posturas disciplinares e submissas. As Diferenças de expectativas geram muitos conflitos entre os adolescentes e os educadores, o modelo metodológico escolar é rejeitado pelos adolescentes que reagem às vezes com desrespeito aos educadores.

Uma outra dificuldade apontada pela autora reside em o educador não perceber outras dimensões do trabalho pedagógico que não sejam ensinar a técnica para a qual foi contratado, além das freqüentes divergências de encaminhamentos entre o organismo central financiador (estado) e a gerência da instituição parceira

(ONG's; associações; no caso do PELC, prefeituras; etc.) dificulta a materialização da proposta bem como há um impacto negativo no processo de formação em função da escassez orçamentária.

O elenco de situações certamente não esgota as possibilidades de fluxos conflituosos na estrutura e funcionamento dos organismos de educação e formação no campo não formal. Invariavelmente, nos assentamentos de tais organismos estão presentes práticas corporais traduzidas na forma de esporte e de atividades de lazer. Assim, a problemática da formação está presente, o que nos remete a estreitar o enfoque da formação para o campo das políticas públicas focais de esporte e lazer, a fim de ampliar a compreensão do universo complexo em que as políticas se dão.

3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E CONCEITO

Falar sobre formação no âmbito do esporte recreativo e do lazer no Brasil, traz a necessidade de primeiro esclarecer que, apesar da jovialidade temática (o lazer, muito já se tem produzido a esse respeito por pesquisadores de diversas áreas, como os da Sociologia, Antropologia, Turismo, e também da Educação Física. Discute-se política de formação na educação geral, em espaço escolar e não escolar - lazer como fenômeno histórico, cultural, política pública - mas ainda são tímidas as produções sobre políticas públicas sociais para formação dos sujeitos que trabalham no/com lazer.

No presente estudo, abordarei com maior intensidade a questão da formação, a partir das produções no campo da Educação Física, por considerar que, além de ser uma disciplina com um volume interessante de produções, existem na gestão do PELC pessoas com esta formação, e porque os escritos desta área de conhecimento comumente se apóiam em análises que envolvem especificidades das demais disciplinas supracitadas.

Para definir arquétipos de formação é preciso ter como base concepções conceituais de lazer, projeto de formação e de atuação dos sujeitos envolvidos. A

respeito do conceito de lazer é sabido da remota preocupação humana com a questão, desde a antiguidade (dedicação filosófica ao ócio), mas é, sobretudo, a partir do pós-guerra, já no século XX, que as investidas sobre o lazer se ampliam, seja nos países capitalistas ou socialistas (MARCELLINO, 2002). Como a história social do Brasil confunde-se com a história eurocêntrica, Dumadizier é o estudioso que mais influencia a percepção do lazer no Brasil. Em nosso solo as preocupações com o lazer datam dos idos dos anos cinqüenta, com o lançamento do livro de José Acácio Ferreira, em 1959, intitulado *Lazer Operário: um estudo da Organização Social das Cidades*, dá pistas de que aqui o lazer impunha-se junto ao fenômeno da urbanização das grandes cidades, diferentemente da Europa, que pelo menos 50 anos antes denotava preocupação com o lazer, ligado diretamente ao trabalho industrial.

Contudo, a efervescência conceitual no Brasil data dos anos 70, sob influências que, nos moldes já tratados neste estudo, variavam desde o assistencialismo, funcionalismo, adequação ao modelo de produção, até as concepções de aspirações críticas e emancipatorias, no conteúdo e na forma de lidar com o fenômeno do lazer - compreendido numa dimensão muito mais complexa do que outrora. Etimologicamente falando, o termo “lazer” provém do latino *licere* (ser lícito) e ganha como sinônimos: ócio, folga, vagar, passatempo, tempo disponível para se fazer alguma coisa devagar, entretenimento, divertir, distrair e recrear (ANDRADE, 2001).

Concepções de lazer baseadas na perspectiva dos três “D”, de Dumazedier (1987), na forma de descanso, diversão e desenvolvimento, que reduz a prática social a um cumprimento funcional de um momento no tempo do trabalhador oposta ao trabalho ou ainda, alicerçada na concepção burguesa¹⁷ de lazer, são concepções a serem superadas no atual contexto da educação popular, considerando que a primeira esteve diretamente ligada aos interesses militaristas e a segunda, está alinhada com a idéia do consumo desenfreado, do individualismo e da mais pura alienação do ser humano ao modelo social vigente.

¹⁷ baseada no pensamento liberal, que caracteriza o lazer como subjetivista com argumentação de que o lazer garante um estado de liberdade e expressão da personalidade, individualista, considerando que pertence ao indivíduo e não a coletividade social e liberal, pois defende que o lazer é um tema privado e a sociedade não pode determinar o seu emprego pessoal. (Munné, 1984) Apud Mascarenhas, (2001, p.04),

Por conta disso, busquei dialogar com concepções que ao seu modo buscam a transformação da realidade social, com a compreensão de que o lazer é um direito inalienável dos brasileiros e deve prestar o papel na condição de elemento da cultura de conscientização e mudança nas relações sociais. Ao fazer essa opção, além de deixar claro o sentido do trabalho, estabeleço parâmetros para a avaliação do PELC, que se anuncia com intenções emancipatorias. Duas definições que representam o seguimento crítico na contemporaneidade pode ser vistas nas contribuições de Mascarenhas (2003.P.97)

Um fenômeno tipicamente moderno, *resultante das tensões entre capital e trabalho*, que se materializa como *um tempo e espaço de vivências, lugar de organização da cultura*, perpassando por *relações de hegemonia*

Ou ainda em (SILVA e SILVA, 2004:19 Apud TAFFAREL)¹⁸

(...) *contrapondo as atividades burocráticas, alienantes e heterodeterminada pelo mercado* do entretenimento, o lazer crítico deverá promover um processo de tomada de consciência histórica da realidade e impulsionar o surgimento de círculos populares e democráticos capazes de organizar de forma “autodeterminada” seu tempo de lazer, *ao mesmo tempo em que se engaja na luta política pela democratização da cultura, no bojo de uma sociedade justa e igualitária.*

Fiz os grifos para sinalizar pontos de congruência entre as definições, compreendendo possíveis divergências no campo teórico-metodológico da concepção do lazer, o que se expressa, por exemplo, na denominação do trabalhador do lazer: para alguns, animadores culturais; para outros, militantes culturais; outros ainda, educadores sociais, animadores sócio-culturais e o agente social... – isso, obviamente, reflete concepções próprias e diferenciadas dos sujeitos da ação do lazer.

Do meu ponto de vista os conteúdos chamam a atenção para três aspectos importantes do conceito de lazer, que defendo neste momento. O primeiro é o reconhecimento de que se trata de um fenômeno moderno (resultante das tensões entre capital e trabalho, [...] contrapondo as atividades burocráticas, alienantes e heterodeterminadas pelo mercado); o segundo aspecto é o reconhecimento de que todo fenômeno social, como é o caso do lazer, contém uma dinâmica dialética,

¹⁸ Extraído do endereço eletrônico http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/ acesso em 30 de junho de 2009. Grupo LEPEL-UFBA.

capaz de tencionar hegemonia e contra-hegemonia [...] lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia. [...] ao mesmo tempo que se engaja na luta política pela democratização da cultura, no bojo de uma sociedade justa e igualitária.); e o terceiro aspecto fundamental é que garante às pessoas a possibilidade de, coletivamente, construir uma cultura autônoma, com reservas às relações de influências locais, nacionais e globais (um tempo e espaço de vivências. [...] capazes de organizar de forma “autodeterminada” seu tempo de lazer.)

A formação precisa primar pela capacidade de leitura crítica e sensível da realidade, na qual os sujeitos do processo definam em comunidade os rumos da educação social a que esta vinculada e que a lida com a prática social do esporte recreativo e do lazer não lhes seja uma imposição da qual não se possa fugir, seja antes e acima de tudo espaço de construção de identidades e ressignificação da cultura e da condição de se estar no mundo.

3.2.1 TRABALHADOR DO LAZER

Recorrendo à história, encontramos pessoas trabalhando com o lazer, com ou sem formação acadêmica, em espaços privados como hotéis, clubes, parques temáticos, em espaços públicos, como praças, praias, parques públicos e etc. Há, portanto, trabalhadores do lazer na ambiência das organizações governamentais, não governamentais, instituições com ou sem fins lucrativos.

Diante da precarização do trabalho, das desregulações e vulnerabilidade social, para cada espaço de atuação parece que o trabalhador do lazer precisa assumir uma determinada postura. Em alguns espaços deve ser muito crítico e engajado politicamente, capaz de fazer uma leitura ampla das questões sociais e políticas postas como limite para o desenvolvimento de cidadania emancipatória e enfrentamento das mazelas sociais como sugerem os estudos de (MELO 1999) e (SUASSUNA,2007). Em outros contextos, esse sujeito camufla a própria precariedade de trabalho a que está exposto, e assume a lógica de anulação de identidade pessoal e profissional em nome da satisfação do cliente (MARCELLINO,2001).

Não quero dizer com isso que os espaços de atuação do trabalhador no lazer é onde se localiza o problema e portanto devam ser extintos, pelo contrário, reconheço sua legitimidade, porque são resultados de labutas histórico-sociais, legítimos, portanto - ainda que sobre a batuta de um modo de produção excludente -, se constituem em postos de trabalho. É, nesse sentido, espaço de possibilidades conflituosas, rico em sua essência.

O que chamo a atenção é que o conjunto que forma o coletivo de trabalhadores do lazer tem pontos complexos de partida e de chegada distantes, a partir da realidade posta no mundo do trabalho, muito em função do espaço do trabalho, dando margem à interpretação de secundarização das bases de formação dos sujeitos atuantes.

Pensar em formação num cenário tão diverso, balizado por lógicas a princípio tão diferentes, não é uma tarefa fácil. Com o caráter voluntário ou não esses sujeitos são chamados de “profissionais do lazer”, como se essa profissão de fato existisse, tivesse uma organização própria e plural que atendesse aos diversificados contextos de atuação. Profissional do lazer é uma denominação recente, historicamente, e como dito anteriormente nasce num cenário de terceirização, desregulamentação, supressão de direitos previstos na CLT, num contexto de coisificação do trabalho e do trabalhador.

Somado a isso estão às dificuldades em responder quem forma esse “profissional”. Se for verdade que os bancos universitários têm sido os protagonistas dessa formação, sobretudo, quando se trata de inserção numa política pública como o PELC; e, se ainda for verdade o aumento significativo de grupos, núcleos e linhas de pesquisa no campo do lazer, em geral, é verdade também que na formação inicial universitária o lazer corresponde a apenas um componente curricular, em meio a tantos outros, com carga horária insuficiente para dar conta da complexidade do campo, igualmente às demais. Mas o fato é que os oriundos das universidades não têm em sua formação consistência teórica-prática para lidar com a complexidade da questão do lazer (MARCELLINO, 1995)

Pensando o Brasil como referência, o cenário aponta para a formação de um número incalculável de sujeitos que atuam em diferentes setores, a partir do desejo apenas, da vivência ou da formação acadêmica, formação crítica e formação alienante (do tipo pacotes de atividades prontas). Estou fazendo aqui um segundo

recorte no estudo, ou seja, a atenção será dispensada para formação que envolva um organismo central e a comunidade, nos moldes do PELC.

3.3 EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO CAMPO DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER NO BRASIL

A literatura apresenta um cenário de experiências plural e em distintas regiões do Brasil. Inicialmente trago A EXPERIÊNCIA DO MORRO DO BOREL¹⁹. Essa experiência é contada pelos professores Nascimento (1999) e Melo (1999-2003). Tratou-se de uma Capacitação de “Animadores Culturais” - expressão designada pelos próprios, que equivale a Agentes Sociais do PELC - na Associação Projeto RODA VIVA, financiada por organizações internacionais, como o BID, Fundação Ford, Mac Arthur, Kellog, Unicef.

A capacitação durou três anos, aproximadamente, de 1995 a 1998, baseada na perspectiva crítico-superdora²⁰ e teve como principal objetivo, contribuir com o conhecimento teórico-prático, específico ou não, da recreação/lazer, visando potencializar a atuação desses animadores, bem como supervisionar o desenvolvimento das atividades, estabelecendo um processo de diálogo entre a atuação cotidiana e os conteúdos que procuravam trabalhar nas sessões de capacitação.

Os animadores eram estudantes universitários ou recém-formados em Educação Física e jovens da própria comunidade, portanto, sem formação acadêmica. A organização didático-metodológica foi composta por dois encontros semanais com duração de 3 horas, cujos conteúdos programáticos previa discutir aspectos teóricos acerca do lazer e do papel do animador cultural, o papel do esporte na sociedade contemporânea, ordem social atual, especificidade e características das faixas etárias alvo, oficinas diversas e possibilidades de intervenção, reflexão sobre as especificidades da comunidade; monitoramento reflexivo de trabalhos dos educadores.

¹⁹ O Morro do Borel localiza-se na zona norte do município do Rio de Janeiro. Configura-se como um complexo de favelas no bairro da Tijuca, local de grandes desníveis sociais, com elevada margem de risco social e baixa qualidade de vida. Ver MELO, Victor Andrade de, São Paulo: IBRASA, 2003.

²⁰ Tendência pedagógica da educação física, baseada no materialismo histórico dialético. Ver COLETIVO DE AUTORES, Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992

Os conteúdos foram escolhidos em virtude de tratar-se de um grupo extremamente heterogêneo, que acreditava que todos deveriam ter conhecimentos sólidos para a atuação como Animador Cultural.

A formação teve como orientação geral a qualidade das discussões, a idéia era apresentar estudos e autores do âmbito do lazer e da recreação, para que os animadores pudessem estabelecer relações com sua realidade. O debate não podia ser simplista. Os animadores culturais deveriam apropriar-se da discussão. Outra orientação foi a compreensão e o respeito pelas especificidades da comunidade, nada de pacote pronto, a comunidade produz a cultura. O descobrimento da cidade e de suas possibilidades também a parece como orientação com intenção de ampliação do horizonte e leque cultural das pessoas envolvidas no projeto, favorecendo o conhecimento da cidade e as possibilidades de lazer que oferece, e o movimento de práxis. Se num primeiro momento os educadores foram convidados a pensar a partir das teorias do lazer, agora partiriam da prática para o encontro da teoria.

A organização didático-metodológica põe-se teoricamente num contexto de perspectiva crítica, demonstra solidez teórica, por tentar garantir o conhecimento que extrapola a dimensão técnica de ser Animador Cultural, discutindo o papel desse sujeito na conjuntura social e importância na comunidade - comunidade essa, convidada a se integrar à experiência, com vez e voto nas deliberações das oficinas, mesmo quando os autores denunciam a organização dos projetos fragmentados pela imposição da lógica do capital, representada pelas instituições financiadoras, Melo (2003, P.168)

Na verdade, o relacionamento com essas fundações sempre nos incomodou. Parece-nos claro que tais instituições não estão interessadas efetivamente em promover uma mudança estrutural da sociedade brasileira, mas sim atenuar algumas desigualdades sociais que de alguma forma incomodam os países de origem, conseguir incentivos fiscais em seus países, além da construção de uma boa 'imagem' das empresas; uma imagem voltada a um suposto 'compromisso social.

Os autores admitem que o desenvolvimento do projeto sempre esteve na berlinda, na medida em que dependiam dos "parceiros" internacionais que, não muito raramente, deixavam de honrar compromissos econômicos com a associação e, por extensão, com os trabalhares do lazer "Animadores Cultural". Localiza-se aí a principal razão para a ruptura com a formação continuada em serviço, que já durava, mesmo com todos os problemas, há três anos.

Constituiu-se também em aspecto negativo, no desenvolvimento do trabalho, a rotatividade dos Animadores Culturais, devido ao encerramento de contratos e às dificuldades de se pensar na totalidade (pressuposto da perspectiva da cultura corporal). Os autores argumentam que havia diferentes projetos sendo desenvolvidos simultaneamente, mas não havia um diálogo entre os projetos. Eles propuseram esta organização a partir de um tema gerador, mas relatam que não saiu do papel e da retórica. Trago este destaque por ter sido fruto de uma ação de proposição para a formação dos trabalhadores do lazer.

Um outro aspecto interessante nessa experiência foi o cuidado de possibilitar a ampliação da percepção de direitos, espaço e território, quando propõem a ampliação do conhecimento dos espaços postos no território da cidade, como diferentes, mas como direito de todos; não só para uso, mas também como elemento de reivindicação, além de lidar com a elevação da auto-estima daqueles que se imaginam no direito de circular em sua própria cidade. Bem como o princípio da práxis, favorecendo situações nas quais os participantes e, principalmente, os animadores vislumbrassem a possibilidade da “contra prova”, ou seja, a possibilidade de compreender o fenômeno do lazer na relação íntima e indissociável entre conhecimentos teóricos e fatos apresentados no cotidiano do trabalho.

Outra experiência que merece destaque trata do olhar de MARCELLINO (2001) a respeito da formação contida num texto de título Políticas de Lazer: Mercadores ou Educadores? Mais precisamente, no tópico “Política de formação e desenvolvimento de quadros”. A escolha desse texto dá-se basicamente por dois motivos. Primeiro, por se tratar da questão da formação de animadores com apresentação de uma proposta; e segundo, pelo reconhecimento de notoriedade do pesquisador no cenário nacional, inclusive como consultor atual do PELC.

Como principais aspectos abordados pelo autor estão a banalização da profissão, para o autor, no contexto atual, o profissional do lazer sofre o que considera dupla alienação, que reúne a idéia de “eterno bom humor” como produto e camuflagem da realidade; o perfil dos animadores é o de bobos da corte. Reconhece em algumas administrações populares de democráticas, mas faz duras críticas às condições materiais para o desenvolvimento do trabalho, fala da comum confusão entre militância política com atuação profissional, na qual se sacrifica a própria qualidade de vida em função da qualidade de vida de outrem.

Sobre a formação, Perfil da formação: discursos de campanha de lazer emancipadores devem ser acompanhados de verba, infra-estrutura e atuação profissional, compromissada politicamente, sim, mas com competência e profissionalismo. Reclama uma postura mais participativa e crítica do profissional do lazer, fala da necessidade de estudo, percepção intersetorial e interdisciplinar. A formação universitária: deve primar pelo equilíbrio de quatro eixos complementares: teorias do lazer, relatos de experiências refletidas de profissionais, vivência dos conteúdos culturais, políticas e diretrizes gerais do campo. O que, para o autor, permitirá que o estude da especificidade do lazer, sua “disciplinaridade”.

Não é difícil aceitar as argumentações de Marcellino, por tratarem de preocupações pertinentes, contudo é preciso reservar espaço para ponderações já fundamentadas no corpo deste estudo. Concordo com a fala do lugar ocupado pelos “profissionais do lazer” na sociedade - como dito anteriormente, nasce num cenário de desregulamentação e terceirização da força de trabalho e, por extensão, do próprio trabalhador, sobretudo num campo tão emergente e tão diverso como o do lazer.

Compartilho também, a princípio, da idéia de que as administrações públicas de perfil popular e democrático tendem a se anunciar, em todos os sentidos, como inovadoras e próximas dos anseios das classes trabalhadoras e minoritárias. Entretanto, tenho clareza do limite posto, numa conjuntura neoliberal global, e quanto ao perfil da formação, a crítica vai a esse estudo de Marcellino, no sentido de considerar indissociáveis as dimensões da competência técnica e do compromisso político, ainda que reconheça tratar-se de elementos possíveis de fragmentações.

A linha entre uma e outra demanda é muito tênue e nas decisões dos sujeitos animadores estarão postas. Quanto à segunda parte, sobre o perfil da formação, vejo distorções entre o marco teórico e o marco estrutural, por parte do autor, quando apresenta a estrutura piramidal para a formação no âmbito do lazer, em cujo vértice encontram-se os animadores de competência geral; no centro: os de competências específicas; e na base: animadores voluntários. Marcellino (2001, p.22)

Os primeiros, no meu entender, encarregados gerenciamento, digamos assim, da coordenação de políticas e supervisão dos planos e projetos. Os de competência específica, planejadores, há também, mas basicamente executores e avaliadores das ações em cada um dos conteúdos culturais do lazer, e suas conseqüências socioculturais. E finalmente, a base encarregada da ligação da ação com a cultura vivida nas comunidades nas quais está inserida.

As distorções ficam por conta da incompreensão de como a estrutura proposta - que pressupõe uma hierarquia bem posta entre os que pensam e os que executam na formação - pode dar conta de uma formação que se estabeleça nas ações dos sujeitos mais participativos, que critique, que implique avanço nos estudos, nas percepções intersetorial e interdisciplinar, quando a estrutura pareça funcionalista; ou seja, com papéis bem destacados e diferenciados na estrutura piramidal, que em seu conjunto daria conta de atender às demandas gerais.

A terceira experiência aqui relatada é a de formação de agentes sociais desenvolvida pelo Núcleo de Estudos do Corpo e natureza (NECON) da UNB²¹. Com experiência formativa no âmbito formal e baseada na perspectiva crítico-superadora em educação física, desenvolveram um programa de formação continuada para os educadores populares²² de esporte e lazer, com a intenção de favorecer a construção de uma visão crítica acerca do esporte e do lazer, de identificar as possibilidades de trabalho, tendo o lazer como campo de intervenção e conhecimento bem como possibilitar o entendimento do lazer como espaço de educação popular, seu monitoramento, avaliação, construção e consolidação de metas a serem trabalhadas no programa.

Didático-metodologicamente propôs a divisão de tempo total previsto para a formação dos educadores populares. Assim, o tempo para o módulo introdutório²³ (32 horas) oficialmente é distribuído em três etapas:

- Primeira etapa: 4 horas para os encontros descentralizados - encontros que acontecem no espaço de trabalho dos educadores populares.
- Segunda etapa: 24 horas para os encontros centralizados - encontros que acontecem num local específico e que reúnem todos os participantes da formação.
- Terceira etapa: 4 horas para novos encontros descentralizados.

²¹ A descrição completa dessa experiência pode ser encontrada em SUASSUNA, Dulce Maria F de A e AZEVEDO, Aldo Antonio de (org's) *Política e Lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007 – 211 a 232.

²² Encontra-se referências à expressão, em obras de Paulo Freire (1987), Fernando Mascarenhas (2003) e em Silva e Silva (2004). Nota-se que a nomenclatura dos trabalhadores no lazer se altera, mas não impede o convênio.

²³ O grupo seguiu a orientação da SNDEL que defini 32 horas para o módulo introdutório do PELC.

O grupo acredita que com esse modelo possa acompanhar melhor o processo de formação, podendo um módulo ser fragmentado no tempo, garantindo contatos mais regulares com os núcleos e os educadores, e, em última análise, a formação continuada.

Nesse sentido, a carga horária prevista para o módulo introdutório é estendida para o tempo cronológico do módulo de ampliação, o mesmo acontecendo no módulo de aprofundamento, em que algumas horas são destinadas aos encontros descentralizados (12 horas), depois ao encontro centralizado, na forma de seminário. Nesse relato de experiência foi construído o II Seminário Esporte e Lazer: Realidade e necessidades de superação, como resultado do processo vivido e da demanda emergida.

Nos encontros centralizados eram discutidos conceitos básicos sobre esporte e lazer; conceitos e perspectivas do Esporte e Lazer da Cidade; o esporte ao longo da vida; planejamento participativo; oficinas temáticas que discutem o esporte e o lazer socialmente; questões de modelos sociais (gênero, violência, discriminações e degradação ambiental).

Já nas atividades descentralizadas discutiam o modelo de práxis, intervenção nos direcionamentos de contextualização da prática docente; os articuladores (formadores) estimulam a pensar sobre a prática criticamente, tentam articular pressupostos teóricos aos conhecimentos da experiência; e contribuíam na sistematização das demandas a serem enfrentadas pelas coordenações.

Como forma de acompanhamento e avaliação foram construídos relatórios semanais, registros de experiências, fatos ocorridos, detecção de condicionantes sociais, refletindo no comportamento dos participantes, motivação dos participantes, da comunidade, dificuldades encontradas, superações estabelecidas, etc., acompanhado de um plano de intervenção na realidade, com base no planejamento coletivo, o agente comunitário tinha que levar em consideração a elaboração de objetivos, valorizando as dimensões sócio-afetiva, cultural e histórica, bem como a metodologia, recursos materiais e a avaliação prevista no plano.

Descrita a experiência a avaliação geral dos articuladores sobre o processo demonstrou que os agentes compreendem a importância de os objetivos relacionados à intervenção educativa priorizarem valores humanos e a transformação social, viram necessidade de maior entendimento do lazer, por parte do agente social, numa perspectiva da construção da consciência crítica e mobilização da comunidade, avaliaram positivamente a estratégia dos encontros descentralizados, constataram que o esporte ainda vem sendo entendido na dimensão do treinamento e da competição,

sinalizam que deveria haver maior organização setorial de Esporte e Lazer no que diz respeito à organização de atividades comuns às entidades e questionam o referencial teórico, seus limites e necessidade de aprofundamentos nas potencialidades de um estudo avaliativo e propositivo da formação continuada dos educadores e educadoras de esporte e lazer.

Esse relato faz transparecer uma lucidez na proposta de execução do processo de formação dos trabalhadores do Lazer. O destaque da proposta, no meu ponto de vista, é a busca da garantia de uma formação continuada em serviço, na medida em que efetivamente o grupo de articuladores/formadores, que na experiência aqui sintetizada contou com 12 pessoas,²⁴ pois a diversidade do coletivo e das condições objetivas da formação tem na fórmula modular uma certa precarização e possibilidades de solução de continuidade. O fato do convênio de formação parecer envolver um grupo e não um elemento do grupo, somado à distribuição geográfica dos núcleos, apontada pelo texto num raio de 40 km da capital, certamente foveceu a estrutura metodológica aqui narrada.

A quarta experiência vem do Norte do país foi socializada pelo professor Ari Lazzarotti Filho²⁵ também como fruto da parceria com a SNDEL e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Mato Grosso (UNDME-MT), que lidou com o processo de formação de 110 agentes sociais de esporte e lazer de 19 núcleos diferentes.

O professor Ari Lazzarotti apresenta concordância com as orientações metodológicas do PELC, não a modifica, mantendo, portanto, a estrutura modular com o aproveitamento das horas tal como sinaliza o PELC. O que traz de diferente é a orientação teórica e a organização didática para efetivar a formação. Primeiro, abstrai dos estudos de MUNOZ PALAFOX (2002), voltado para a realidade escolar, os conceitos de: seqüenciador de aulas, unidade de avanço programático e registro de contingência - o que ele queria com isso era que o modelo servisse de parâmetro para os núcleos pensarem suas propostas metodológicas de planejamento e de avaliação das ações.

²⁴ 2 coordenadores ligados à rede CEDES e 10 articuladores, formados por estudantes em processo de especialização, especialistas, mestrados e integrantes de um outro projeto de pesquisa - refiro-me ao Projeto Cultura Corporal e Educação Ambiental., também desenvolvido no NECON.

²⁵ A descrição completa pode ser encontrada no livro Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais, Campinas: SP, Autores Associados, 2007. Lá o título que retrata a experiência é "Formação para a Ação: a experiência do Esporte e Lazer da Cidade no "Nortão" do Mato Grosso", por Ari Lazzarotti Filho, p 105 - 138

O objetivo principal da formação foi o de desenvolver a formação continuada dos agentes sociais de esporte e lazer com base em uma concepção de gestão pública e democrática, visando ao trabalho de diagnóstico crítico da realidade, da ampliação do conhecimento e da elaboração de possibilidades de intervenção. Para isso, o professor elencou subtemas²⁶: O primeiro diz respeito ao diagnóstico crítico da realidade quando foi feita a apresentação da proposta de formação, foram colocados os objetivos do curso, como o trabalho seria organizado e sua dinâmica, estabelecimento de contrato didático, disciplinando as relações e dividindo responsabilidades.

Também foi feito Diagnóstico dos Participantes e das suas experiências, o perfil do grupo foi composto por acadêmicos, professores, agricultores e líderes comunitários. Já a perspectiva com a formação demonstrou forte influência do modelo esportivo, uma heterogeneidade interessante para o processo de aprendizagem significativa coletiva. Por fim, nesse primeiro momento foi Apresentado o Programa Esporte e Lazer da Cidade, seus objetivos, com foco nas ações da SNDEL.

O segundo subtema tratava da ampliação dos conceitos fundamentais da política de esporte e lazer, para e da cidade para tanto apresentou 9 subitens:

1. Diagnóstico das possibilidades de intervenção no campo do lazer;
2. Os interesses culturais do Lazer;
3. Espaços e equipamentos possíveis de serem utilizados pelos Núcleos PELC;
4. Esporte, lazer e cultura: conceitos e relações;
5. Educação popular, minorias sociais e inclusão social;
6. O duplo aspecto educativo do lazer;
7. Tudo se transforma;
8. Padrões de organização da cultura;
9. Futebol de rua.

QUADRO I – PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DOS CONCEITOS DO PELC

²⁶ Foram destacados os que julguei mais relevantes para o estudo. Além destes tem-se: diagnóstico crítico da realidade: o ex-atleta, o esporte e lazer como direito social, o poeta aprendiz;

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Diagnóstico das possibilidades de intervenção no campo do lazer;	Após aplicação de questionário, o grupo apontou as possibilidades de intervenção no lazer. Ex: teatro, jogos e brincadeiras, fanfarra, reciclagem, hidroginástica, artes manuais, esporte, etc
Os interesses culturais do Lazer;	<p>Com base teórica na classificação de DUMAZEDIER (1999), organizou as atividades por interesses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Interesses físicos</u> – caminhada, corrida etc; • <u>Interesses artísticos</u> – a imagem, o sentimento; • <u>Interesses sociais</u> – convívio e articulação por busca dos direitos sociais; • <u>Interesses intelectuais</u> – reflexões críticas sobre a sociedade, palestras, cursos; • <u>Interesses manuais</u> – capacidade de manipulação e transformação de objetos - artesanato, pintura; • <u>Interesses turísticos</u> – busca de novas paisagens e pessoas, etc.
Espaços e equipamentos possíveis de serem utilizados pelos Núcleos PELC;	<p>Base teórica: DUMAZEDIER (1999) e MARCELLINO (2000) sinalizaram os equipamentos disponíveis nos núcleos para o desenvolvimento do trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Microequipamentos especializados, teatro, cinema; • Equipamentos médios: centro comunitário; • Macroequipamentos: colônia de férias, parques e camping;
Esporte, lazer e cultura: conceitos e relações;	<p>Dialogou com os autores abaixo para definir os conceitos do trabalho</p> <p><u>Concepção de esporte</u>: BRACHT (1997) - instituição moderna de caráter competitivo, caracterizada pela luta contra um elemento definido.</p> <p><u>Concepção de lazer</u>: MASCARENHAS (2003) - fenômeno moderno, resultado de tensões entre o capital e o trabalho, espaço de vivência lúdica e lugar da organização da cultura.</p> <p><u>Concepção de cultura</u>: MILTON SANTOS E MELO(2003) - manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações do futuro... é o cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra ameaças de deformação ou dissolução das quais podem ser vítimas.</p> <p><u>Conceito Cultura Corporal</u>: COLETIVO DE AUTORES (1992) - produção cultural ao longo da história, na qual as práticas corporais manifestam-se como linguagem, sistematizadas na forma de jogo, esporte , ginástica e lutas, entre outros.</p>
Educação popular, minorias sociais e inclusão social	Utilização do filme “A lenda da Árvore Sagrada” como elemento provocador de discussão sobre educação popular, minorias sociais e inclusão social.
O duplo aspecto	Baseado em MELO (2003) - discutiu o conceito de <i>Educação</i>

educativo do lazer;	<i>pele lazer</i> , que significa aproveitar o potencial das atividades para trabalhar valores, condutas e comportamentos; e <i>Educação para o lazer</i> , como o aprendizado para o uso do tempo livre.
Tudo se transforma	Baseia-se na classificação elaborada por Besbard, aceita por Gomes em BERNET (1987) e apresenta três paradigmas de intervenção para a formação dos agentes sociais do lazer. <u>Paradigma tecnológico</u> - intervenção verticalizada, com uma supervalorização do conhecimento acadêmico. Ex: colônias em que tudo já está programado em pacotes, sem possibilidade de construção. <u>Paradigma interpretativo</u> – entendido como a formação cultural para a possibilidade de acesso aos bens construídos historicamente, não para a transformação. As coisas se mantêm como estão; museu. <u>Paradigma dialético</u> – acredita na transformação de realidades e está pautado no dinamismo histórico da construção humana, no individual e no coletivo.
Padrões de organização da cultura	Baseado em MELO (2003), o formador apresentou três padrões possíveis de organização da cultura, considerando a fluidez entre elas e as manifestações culturais, mas tida como ótimo exercício para os núcleos: <u>Cultura erudita</u> - manifestações culturais às quais tem acesso quem normalmente tem maior poder aquisitivo; <u>Cultura de massa</u> - produção da indústria cultural, em larga escala, criadora de modismos e estimuladora de hábitos de consumo acrítico; <u>Cultura Popular</u> - produção local, ligada à tradição. A intenção foi de difundir os elementos da cultura, descobrir novas linguagens, difundir e recuperar elementos da cultura popular e ajudar numa leitura crítica sobre a cultura de massa.
Futebol de rua	Atividade de “fixação” das relações estabelecidas durante a formação.

O terceiro e último subtema foi o de desenvolvimento de possibilidades de intervenção, a partir do planejamento, com ênfase na organização e capacidade de proposição do grupo. O formador, a partir do referencial de ZINGONI (2003), buscou dar conta da discussão sobre gerenciamento/planejamento. Se utilizou dos conceitos de: Modelo tradicional - ênfase no discurso da competência técnica, centralizador, impessoal; valor só no resultado do trabalho, a dimensão econômica sobrepõe-se à dimensão social; Modelo burocrático - modelo em que prevalece a troca de favores como elemento central; valoriza as relações afetivas e a intuição, ausência de planejamento global das ações - estas são assistencialistas; Modelo participativo -

caracterizado pela descentralização, valoriza a aprendizagem em grupo, decisões coletivas, ações desenvolvidas por projetos, não pela personificação.

Exalta a importância do planejamento. Afirma que o ato de pensar a prática, organizar as idéias e tomar decisões sobre a ação a ser realizada já é planejamento. Planejamento é considerado uma previsão metódica de uma ação a ser desencadeada, envolvendo a racionalização dos meios para atingir os fins. Elenca quatro questões centrais para pensar o planejamento: O que pretendemos realizar; O que vamos fazer; Como vamos fazer; O que e como devemos analisar a situação.

No ato do planejamento deve-se atentar para a necessidade (vontade, desejo, estado de consciência); para o objetivo (ideação, prefigurar a ação de fazer) e para o Plano de ação (forma de atingir os objetivos) num sentido de ir e vir

Sobre a questão de preparação de projetos, baseando-se em FREIRE(1983) apud MASCRENHAS(2003), o formador trabalhou com o conceito de temáticas significativas através de ciclos temáticos:

- Seleção de um tema gerador: surge a partir de problemas diagnosticados na realidade;
- Seminários de planejamento: servem como autoeducação dos agentes sociais, até o planejamento das atividades;
- Atividade introdutória: garante a familiarização com o tema e a geração de mobilização em torno do mesmo;
- Atividades temáticas: são centrais na dinâmica da organização do ciclo temático, garantem o desenvolvimento em números;
- Festival temático: atividade de encerramento do ciclo – socialização da produção dos diversos projetos;
- Atividades avaliativas: sistematização e discussão dos trabalhos desenvolvidos e momento de novo tema gerador.

A percepção dos agentes sociais sobre o processo de formação vivida foi positiva no sentido de ampliar a possibilidade de acesso a conhecimentos sobre o esporte e o lazer; foi possível fazer uma análise da realidade e estudo do projeto nesse contexto; houve aceitação e compreensão da metodologia (filmes, músicas, conto etc); importante também por valorizar o resgate da cultura popular. Apresentaram como

principais dificuldades, a auto-avaliação e a falta de mais atividades práticas. Para o formador, foi gratificante participar da história das políticas públicas sociais do Brasil e perceber que aos poucos as políticas estão chegando à população.

Essa experiência foi descrita com riqueza de detalhes e teve como principal característica a sistematização do conhecimento, desde a apresentação da proposta até a avaliação. Cada passo do formador foi pensado, estudado e referendado em experiências de autores que se dedicaram ao estudo da educação popular. Preservou também todas as orientações oficiais do PELC.

As experiências não esgotam a questão da formação, mas sinaliza que na materialidade de uma proposta como a do PELC ainda que se preserve orientações gerais, fica evidente que há uma polifonia teórica metodológica. Essa polifonia é ratificada, por exemplo, na experiência de formação de militante cultural, denominação defendida, por exemplo, por (TAFARREL, MIMÉO, s/d. p 1 Apud SAMPAIO e outros, 2007, p. 214), que definem que a ação do militante deve ter como base os dados da realidade para poder, ao compreendê-la, nela intervir:

[...] Pertencer ou não, estar incluído ou não, estar excluído ou não, na escola, nas atividades culturais, sejam quais forem elas, em uma sociedade organizada em classes sociais requer sabermos a que classe social estamos nos referindo. Estamos nos referindo aos detentores dos meios de produção ou aos que vendem a sua força de trabalho para poderem sobreviver? Estamos falando dos 20% da sociedade que detém mais de 70% dos bens, ou dos demais 80% que detém menos de 30% dos bens e dependem para sobreviver de um forte protagonismo do estado na implementação de políticas públicas?

Esse sujeito chamado de militante cultural deve, portanto, primar por uma intervenção que aponte objetivamente sua postura social, no sentido de apontar qual a sociedade que precisa ser transformada e reclamar o papel do compromisso político com tal transformação social, contra as desigualdades e injustiças sociais. Em síntese, a atuação do militante cultural tem como horizonte a superação da sociedade capitalista e a implementação do projeto socialista de sociedade.

O que a princípio pode parecer utópico, surreal, ou coisa que o valha, na verdade tem sido construído no Brasil, sobretudo nos agrupamentos do campo, mais precisamente nos acampamentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra²⁷.

Os estudos de Garcia (1995, p.33) fazem também a defesa do militante cultural, entretanto após criterioso estudo da carga semântica do termo, desde os aspectos

²⁷ Um bom relato desse tipo de experiência pode ser encontrado no endereço: http://www.faacged/ufba.br/rascunho_digital/textos/543.htm.

pejorativos a ele direcionados, como os aspectos de completude provisória, que em sua opinião melhor o definem e imputam um perfil na sua formação:

(...) Todo aquele que realiza ações no plano da cultura, no tempo livre dos indivíduos, seja para estimulá-lo à produção de bens culturais, seja para ampliar a sua participação na apropriação desses bens, tendo como motivação básica tanto o prazer de dedicar-se a algo com que se identifica fortemente, quanto valores pessoais que conferem á cultura papel importante para o desenvolvimento de pessoas, dos grupos, das comunidades e da sociedade em geral.

Para o autor, que admite que tanto a nomenclatura quanto o conceito são genéricos e que não consegue dar conta da diversidade da ação no espaço cultural (lazer), o que traz de provocador é a desmistificação de que o termo militante cultural seja sinônimo de pessoa mal humorada, rude, pronta para a guerra armada ou coisa desse gênero. O que ele defende é que a ação define o sujeito e não a nomenclatura que ele recebe, apesar de compreender a carga ideológica trazida na expressão.

O contraponto apresentado por Garcia ao referencial do militante cultural pode também ser verificado nas experiências vinculadas à política oficial da SNDEL. No caso das narrativas das experiências da UNB e do Mato Grosso, as diferenças de referenciais e estratégias didático-metodológicas sinalizam, como dito anteriormente, para a grande diversidade e interpretações diferentes da política pública em foco: materializando a idéia de transgressão posta a toda ordem instituída no viés do legalismo; abrindo possibilidades de releituras sociais do esporte e do lazer, e intervenções na direção das crenças dos aglomerados formativos.

4. O CAMINHO TRAÇADO E O CAMINHO PERCORRIDO

A ciência, por sua vez, é um corpo de conhecimentos sistematizados, formulados metódica e racionalmente, ou seja, a ciência é um tipo especializado de conhecimento que, em constante interrogação de seu método, suas origens e seus fins, procura obedecer a princípios válidos e rigorosos, almejando, especialmente, coerência interna e sistematicidade. (SETTI, 2006: 13)

A citação acima serve para a constatação do caminho percorrido até aqui, seu caráter, sua estrutura e suas necessidades. Início a investigação por mim mesmo, recheado de olhares viciados no cotidiano, no meu cotidiano. Narro a paulatina necessidade de avançar, de compreender a realidade. Dedico atenção ao PELC como objeto de estudo: nele vislumbro entender como a política setorial de esporte e lazer da cidade funciona e como se faz presente nas ações dos formadores do programa. Sinto a necessidade de aventurar-me pelos caminhos do estado da arte, tanto das políticas públicas gerais como focais na formação; nesse momento amplio minhas possibilidades de compreensão e intervenção, percebo que avanço, mas não o suficiente para dar conta de meu intento. É preciso mais do que já fiz. É preciso superar, sem negar, o senso que me trouxe até aqui. O senso comum.

Abordar sobre os meandros, as entrelinhas do fenômeno estudado, só possibilitará chance de êxito se partir por um caminho mais seguro, testado, compreendido como para além dos instintos, lógico, racional, intuitivo, com passos claros, fundamentados, coerente com a trilha escolhida. Em suma, o caminho até aqui percorrido coloca-me diante de algumas possibilidades de continuar caminhado, o que desejo fazer tendo a citação de Setti como parâmetro e horizonte a ser alcançado.

Muitas foram as possibilidades de trilhar o caminho dessa pesquisa, entretanto quero registrar que a opção final foi por uma pesquisa no campo das ciências sociais e humanas, de perfil social e qualitativo, cuja estratégia metodológica foi a do estudo de caso do tipo descritivo, que reuniu os dados empíricos a partir de três procedimentos básicos: investigação documental, entrevista e questionário.

Definir entre caminhos diferentes não deve ser algo fortuito, preso ao acaso, antes, deve ser reflexo de uma compreensão. Por isso, quero registrar o meu pensar

(hoje) sobre a ciência, sobre o método, sobre as técnicas, sobre minhas opções investigativas.

A compreensão que tomo como ponto de partida sobre a ciência é a de que ela não é o caminho da verdade absoluta, como se pensa a ciência clássica positivista. Na verdade, as verdades são transitórias e frutos de leituras de mundo, vistas de um determinado lugar; por outro lado, isso não significa que tudo valha ou seja verdade; se assim o fosse, desnecessário seria o estatuto de ser científico. Segundo Minayo (2008, p.9): “A ciência é apenas uma forma de expressão dessa busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva”. Portanto, a ciência advoga um valor legítimo e nos meios acadêmicos, via de regra, é a linguagem reconhecidamente hegemônica.

A ciência como irrefutável é uma perspectiva de conhecimento que Thomas (KUNK, 1987 Apud SETTI, 2006, p.15) chamam de Ciência Normal e definem como sendo a interpretação da realidade, a partir de pressupostos e esquemas conceituais estabelecidos - tendem a considerar a ciência como acabada, refutando tudo que for novo como não científico. Já a chamada Revolução Científica é o reconhecimento de que dado paradigma científico não dá conta de explicar, de resolver problemas deixados em aberto.

Por intermédio da ciência revolucionária, emerge um novo paradigma, o que provoca uma transformação paulatina de toda concepção do mundo que, até então, era aceita como verdadeira, inaugurando um ângulo novo de visão da realidade.

Posso afirmar que o intuito é o desenvolvimento da pesquisa numa perspectiva revolucionária, nos moldes acima apresentados, pois, sobretudo no tocante às políticas públicas sociais, as “verdades”, os paradigmas, são historicamente voláteis, muito em função do coletivo político hegemônico de cada momento histórico. Para tanto, isso impõe que o caminho já percorrido e a ser percorrido deva ser feito criteriosamente, posta à mesa sua logicidade teórica.

A logicidade teórica que apresento questiona o modelo experimental de se fazer ciência, baseado num padrão único de pesquisa para todas as ciências, calcado no modelo de estudo das ciências da natureza (CHIZZOTTI, 2009) e exatas; e vai na direção defendida por MINAYO (2008), na qual a cientificidade tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos.

Assim, a autora citando DEMO (1995) considera que o objeto das ciências sociais é histórico, cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e organiza-se de forma particular e diferente de outras, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo. O objeto possui consciência histórica, ou seja, o nível da consciência histórica das ciências sociais está referido no nível de consciência histórica da sociedade de seu tempo, na qual todos os envolvidos dão significados às suas ações. Advoga por uma identidade entre o sujeito e o objeto, a pesquisa lida com seres humanos que, por diversas razões, têm um substrato comum com o investigador e é ao mesmo tempo intrínseca e extrinsecamente ideológica, a relação do investigador com seu campo de estudos é definitiva. A visão de mundo está implicada em todo o processo de conhecimento e, por último defende que o objeto é essencialmente qualitativo, onde os códigos das ciências, que por sua natureza são sempre referidos e recortados, são incapazes de conter a totalidade da vida social.

As características citadas acolhem nosso intento investigativo, na medida em que o nosso objeto de estudo nela se encaixa: por também ter uma raiz histórica, um acumulado de produções humanas em torno de si - políticas sociais e formação humana; por comportar a qualidade de intencionalidade, propositividade e por reconhecer, colocar-se como possuidor, de instrumentos e teorias capazes de fazer aproximações, reconhecendo os limites da realidade contida e estendida no PELC.

4.1 PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa é marcada por fortes resistências no campo da ciência, no seu nascedouro, enfrentando dificuldades, principalmente por (num primeiro momento) romper bruscamente com o pilar da ciência clássica de matriz filosófica positivista, baseada na matemática e, por extensão, nos enfoques quantitativos. TRIVIÑOS (1987) afirma que em oposição ao modelo de ciência quantitativa de matriz positivista, emerge na América Latina nos anos 70 as matrizes da fenomenologia e do marxismo, e também do estruturalismo, apoiados no enfoque qualitativo. Faz as seguintes distinções:

QUADRO II – ENFOQUE QUALITATIVO DE PESQUISA

Subjetivista-compreensivista	Crítico-participativo com visão histórico-estrutural	Estruturalista
Privilegiam aspectos da consciência subjetiva (percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural); da realidade (a)histórica, de relevância dos fenômenos, a partir dos significados que eles têm para o sujeito. Representantes: Schleiermacher, Weber, Dilthey e Jaspers, Heidegger, Marcel, Husserl e Sartre);	Dialética da realidade social, parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexões e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (Marx, Engels, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm, Habermas, etc)	Estrutural-funcionalista, etnográficas de Malinowski – ordem, hierarquia, visão estática da realidade e, fundamentalmente, sua idéia de considerar a educação como socialização e adaptação à estrutura existente.

Como se vê, os três enfoques inviabilizam uma definição única em função das bases em que estão apoiadas. Demonstram percepção diferenciada e no campo qualitativo as de matrizes fenomenológicas (subjetivista-compreensivistas) e a do marxismo (histórico-estrutural dialético) são as que mais representam a pesquisa qualitativa. Marcadas com as devidas proporções por tendências definidas, de natureza reificadora dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano; rejeição de neutralidade da ciência como traço fundamental.

Em se tratando das abordagens fenomenológica e marxista, (BOGDAN. R.C & BIRTEN.S.K, 1982, p.27-30 Apud TRIVIÑOS 1987, p.128) apontam como características da pesquisa qualitativa:

1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.

- Fenomenologia: considera o ambiente especialmente constituído por elementos culturais;

- Materialismo histórico e dialético: pensa o meio como uma realidade muito mais ampla e complexa, distinguindo nele uma base, ou infra-estrutura e uma superestrutura.
- Ambas partem do fenômeno social concreto. Mas para a fenomenologia, o importante e verdadeiro é o conteúdo da percepção; para o materialismo, sua aparência e essência, que em seus significados são avaliados na prática social.

2ª) A pesquisa qualitativa é descritiva

- Fenomenologicamente falando, tem por base a percepção do fenômeno num contexto.
- Histórico-estrutural, dialético: busca captar, além da aparência do fenômeno, sua essência, causas da existência; explicar sua origem, suas relações, suas mudanças; e esforça-se por intuir as conseqüências que terão para a vida humana.

3ª) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

- Apesar de ambas valorizarem o processo, a perspectiva fenomenológica faz uma interpretação (a)histórica e limitada às circunstâncias imediatas que envolvem o fenômeno.
- Já a investigação histórico-estrutural aprecia o desenvolvimento do fenômeno, não só em sua visão atual, que marca apenas o início da análise, como também penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico.

4ª) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.

- O fenômeno social também está presente em ambas as teorias. Enquanto na investigação histórico-estrutural e dialética é indutivo-dedutivo e compreendido em sua totalidade, inclusive, intuitivamente, na fenomenologia, por não ter hipótese verificável empiricamente, tem uma concepção delimitada a priori.

5ª) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

- A fenomenologia considera que os significados, atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno, dependem essencialmente dos pressupostos culturais próprios do meio que alimentam sua existência.
- A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético, buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais.

As abordagens diferentes para cada característica da pesquisa qualitativa apresentam posições diferenciadas entre estudiosos de metodologia científica. Como referência destaco as posições de Triviños e Minayo.

TRIVIÑOS(1987) advoga pela pesquisa qualitativa de cunho marxista por acreditar que: considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade, que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais. Nesse sentido, o enfoque histórico-estrutural, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e conseqüências dos problemas, suas contradições, relações, qualidades, dimensões quantitativas, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa.

Já MINAYO (2008) apresenta críticas não só ao enfoque marxista com também ao estruturalismo e à fenomenologia, advogando a importância de trabalhar com a complexidade, a especificidade e as diferenciações internas dos nossos objetos de pesquisa, que precisam ser ao mesmo tempo contextualizados e tratados em sua singularidade.

O que os autores têm concordância, e que eu faço coro, é a possibilidade de trato do objeto, considerando aspectos quantitativos e qualitativos como elementos de

compreensão do objeto, sem hierarquias, como nas ciências clássicas, mas com a preocupação de compreender criticamente o significado do que apresenta a realidade.

Considerando a complexidade das bases filosóficas e a necessidade de mergulho mais aprofundado em suas essências, a busca por um trabalho coerente, como e é princípio da pesquisa qualitativa, faz-se possível nesse momento, sugerindo-me ater às características das perspectivas críticas apresentadas, delineando substancialmente cada passo em direção ao objeto da pesquisa.

4.2 O ESTUDO DE CASO

O Estudo de Caso como método na pesquisa social carrega desconfianças na comunidade acadêmica, por ser considerado destituído de rigor suficiente e que, portanto, peca em precisão. Esse estereótipo é contrastado com a observação, na mesma comunidade científica, do uso do método cada vez maior, tanto nas disciplinas mais tradicionais - como no caso da Sociologia, Antropologia, etc - quanto em áreas como Administração Pública, Política Pública, Trabalho Social e Educação (YIN, 2005).

Tenho convicção da escolha metodológica em função de estar tratando, nesta dissertação, de um objeto que transita entre a política pública, o trabalho social e a educação. Contudo, fazer a opção metodológica de proceder na perspectiva do Estudo de Caso, requer conhecer suas características e variação de abordagens, sob pena de fugir de equívocos procedimentais que possam comprometer a apresentação e análise dos dados do objeto sobre o qual me debruço.

Um outro fator decisivo para a opção pelo estudo de caso encontra-se em YIN (2005), quando apresenta cinco estratégias diferentes de pesquisa: Experimentos, Levantamentos, Análise de Arquivos, Pesquisas Históricas e Estudo de Caso. Chama a atenção para três condições fundamentais ao decidir que estratégia melhor se encaixa nos estudos: o tipo de questão de pesquisa proposta, a extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais atuais e o grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos, em oposição a acontecimentos históricos.

Ao defender a escolha pelo Estudo de Caso, recupero, como base de análise, a pergunta-guia deste estudo: *Como as Políticas Públicas Sociais de esporte e lazer repercutem nas ações dos formadores do PELC?* Em primeiro lugar, a palavra

como dá margem a estudos que necessitam extrapolar dados estatísticos ou exame de arquivos, o “como” pressupõe adentrar as entrelinhas do desenvolvimento do fenômeno. Portanto, a questão-guia do estudo encaixa-se perfeitamente nas ambições da pesquisa. Em segundo lugar, por se tratar de compreender um fenômeno contemporâneo – PELC, como política pública social - com a possibilidade de lidar com uma ampla variedade de evidências (documentos, artefatos, entrevistas e observações), o que denota suas condições de controle dos eventos comportamentais e o grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos - no Estudo de Caso o pesquisador pode ter pouco ou nenhum controle.

Ainda um terceiro motivo é que o Estudo de Caso, mesmo quando trata de um caso único, é um método que permite generalizações teóricas. O PELC é um exemplo de caso em que - a despeito dos múltiplos núcleos existentes em todo o Brasil e das diversidades regionais – são seguidos princípios comuns, tanto na concepção de política pública como nas orientações para a formação dos trabalhadores do lazer. Portanto, confere um nível de impacto na ação dos formadores, o que permite generalizações teóricas da política setorial.

Definido pela pesquisa qualitativa como um estudo de caso, restou-me a clareza do tipo de Estudo de Caso a tomar, como orientador do trabalho. Nesse sentido, GIL (2008) apresenta três níveis de pesquisa, segundo a finalidade: a pesquisa exploratória, a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa. As abordagens para cada finalidade remeteram-me aos objetivos da pesquisa em curso:

- **Levantar informações e analisar a política setorial do PELC;**
- **Compreender a repercussão da política social na ação dos formadores do PELC;**

Diante disso, enfrentei outra grande dificuldade ao ter de decidir entre os enfoques exploratório, descritivo ou explanatório (tratado pelo autor como explicativo). O estudo de caso exploratório, segundo Gil (2008, p.27) favorece:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema

escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

O PELC é um programa inédito na história do Brasil, embora haja registro de programas e políticas públicas a respeito do esporte e do lazer, como afirmei no início do trabalho. Sobre aspectos relacionados à formação, são tímidas as produções, historicamente, daí que a pesquisa presta-se a contribuir com o debate em torno da questão. Por outro lado, ainda segundo Gil, um outro fator que caracteriza esse nível de pesquisa é que, costumeiramente, não faz uso de amostragem e de técnicas quantitativas, o que vai de encontro à pesquisa que se utiliza tanto de amostragem quanto de dados estatístico quantitativos, embora o enfoque seja qualitativo.

Já o Estudo de Caso do tipo descritivo, GIL (2008, p.28) afirma que tem como principal objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. e continua algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação de relações de variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”.. Do meu ponto de vista, o Estudo de Caso descritivo foi a melhor opção metodológica para a minha investigação, por atender aos meus anseios investigativos e à natureza do problema de pesquisa.

4.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

Os instrumentos utilizados numa pesquisa deixam as marcas da caminhada em direção à intimidade do objeto, forma com a qual sutil e criteriosamente se revela e se transforma aos olhos do investigador. Com esse sentimento foi que se deu a caminhada da pesquisa. Ao tratar dos instrumentos utilizados no processo investigativo, sinto necessidade de esclarecer a opção metodológica do estudo de maneira sintética para daí contextualizá-los.

A pesquisa qualitativa de Estudo de Caso admite uma diversidade muito grande de elementos que se traduzem em instrumentos ou fontes de coleta de informações que fundamentem o caso estudado. Por conta disso, não há um consenso entre os estudiosos sobre uma estruturação única para esse procedimento, uma ou outra divergência nos pontos de vistas é flagrada na literatura.

Por exemplo, enquanto YIN (2005) sistematiza seis pontos de evidências - documentação, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos - Gil (2008) apresenta: 1) observação com subdivisões em simples, participante, sistemática; 2) entrevista: informal, focalizada, por pauta, estruturada, face a face e por telefone, individuais e de grupo; 3) questionário. Já NETO e TRIVIÑOS (1999) consideram como instrumentos para a pesquisa qualitativa: a observação, a entrevista estruturada, semi-estruturada e não-estruturada, e o questionário. SEVERINO (2007) chama de técnicas de investigação: a documentação, a entrevista não-diretiva, a entrevista estruturada, a história de vida, a observação e o questionário.

Pelas características da natureza dessa pesquisa e pela constatação de uma regularidade em alguns instrumentos ou fontes, ou técnicas de informação na literatura especializada, fui aos poucos, no desenrolar da própria pesquisa, edificando os instrumentos. A pesquisa acolheu como instrumentos três fontes de dados, a saber: a documentação, a entrevista e o questionário.

4.3.1 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

A dinâmica de um processo de investigação, apesar de seguir um rigor, um roteiro, não é linear. Assim, os procedimentos de apreciação de documentação, por exemplo, atravessaram todo o processo de pesquisa, desde a fase mais exploratória - em que lia tudo o que fosse possível sobre políticas públicas, educação não formal, formação de trabalhadores no lazer e, principalmente, o PELC, através de artigos, livros, relatórios, etc. - até a fase de apreciação mais refinada, fundamental para a realização do estudo-, assim foi o processo.

Sobre documentação, como técnica ou instrumento de levantamento de informações, YIN (2005, P 113) destaca que: “O uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes”. Importa, portanto, a clareza de que sozinhos os documentos não são suficientes para revelar o meu objeto. Para YIN (2005, p.114) deve-se “tratar as inferências somente como indícios: [...] em vez de serem tratadas como constatações definitivas, já que as inferências podem se

revelar mais tarde como sendo falsas indicações”. Com esse olhar foi que apreciei centralmente o PELC na página oficial do Ministério do Esporte.

Concordo com SEVERINO (2008, P.147), quando afirma: “[...] fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas”. A Concordância é por dois aspectos básicos: o primeiro, por terem sido verdadeiras (em meu caso) as situações de constrangimento, ao me deparar com alguns personagens no processo da pesquisa.

O segundo aspecto centra-se nos subsídios que os documentos oficiais do Ministério do Esporte deram para a elaboração das perguntas do questionário aplicado. GIL (2008) destaca como vantagem na utilização de documentos a possibilidade de baixo custo. Como boa parte da pesquisa documental teve como veículo a Internet, certamente foram bastante reduzidas às despesas com viagem, hospedagem, alimentação, quando da investigação em campo.

Ainda sobre a documentação, os estudiosos em pesquisa qualitativa de Estudo de Caso convergem em fontes como jornais, revistas, filmes, livros, atas, etc. - aqui, considero todas as fontes utilizadas como fonte documental por seu mérito, ou seja, serviram-me como possibilidades, com estética e linguagens diferentes que forneceram indícios a respeito do que pretendia investigar.

Assim, o sítio²⁸ funcionou como fonte primária de informações sobre o programa. Estabeleci diálogos também com duas literaturas que centram atenção especificamente no PELC e na experiência de gestão da política pública de esporte e lazer do Ministério, no período entre os anos 2003 e 2006.

Contei também com depoimentos em conversa informal, mas registradas, com duas pessoas que assumiram a condição de formadores no PELC e contribuíram para esclarecer questões importantes. Num dado momento da pesquisa, abrir a escuta foi um procedimento acertado dado à espontaneidade e interesse dos depoentes, assim como o conteúdo dos depoimentos. Além disso, tenho ainda o conteúdo de um vídeo que mostra o desenvolvimento do PELC no norte do país.

²⁸http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp

Metodologicamente falando, ao passo em que apresento com mais detalhes o PELC, vou estabelecendo relações com as fontes citadas e com os referenciais teóricos que embasam o trabalho.

4.3.2 REVISITANDO O PELC

Com o compromisso de uma escrita dinâmica e pautada na história, apresento o PELC, no diálogo constante com o site oficial do Ministério do Esporte²⁹, com a obra publicada pelo primeiro Secretário da Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, o Professor Dr. Lino Castellani Filho³⁰, intitulada “Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais”, produção que se pretende síntese da experiência no campo da gestão do PELC, entre os anos de 2003 e 2006 – portanto, documento extremamente importante para o estudo. além de artigo intitulado “O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência, & Tecnologia no âmbito da política pública nacional de esporte no 1º governo Lula – 2003 a 2006”³¹, que marca posição sobre as construções no primeiro mandato do Governo Federal na gestão da SNDEL.

Como foi abordado no capítulo II, o PELC existe nessa estrutura como uma ação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. Vale aqui apresentar a organização administrativa do Ministério do Esporte³², suas principais ações e programas, considerando este, um procedimento que contribui com a compreensão do arcabouço organizacional das políticas de esporte e de lazer do país.

²⁹ <http://portal.esporte.gov.br>

³⁰ Foi Secretário entre os anos de 2003 a 2006, publicou em 2007 o livro supracitado. Para meu estudo destaco, sobretudo, o conteúdo do artigo de sua autoria: O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação.

³¹ Documento construído pelo coletivo formado por: Lino Castellani Filho, ex-Secretário da SNDEL (2003-2006); Luiz Fernando Camargo Veronez, ex-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte – DCTEC/SNDEL.M.E (2003-2006); e Roberto Lião Junior, ex- Assessor da SNDEL (2003-2006). O texto ainda não publicado por via expressa pode ser encontrado no endereço eletrônico: www.foromercosurlatino.blogspot.com.

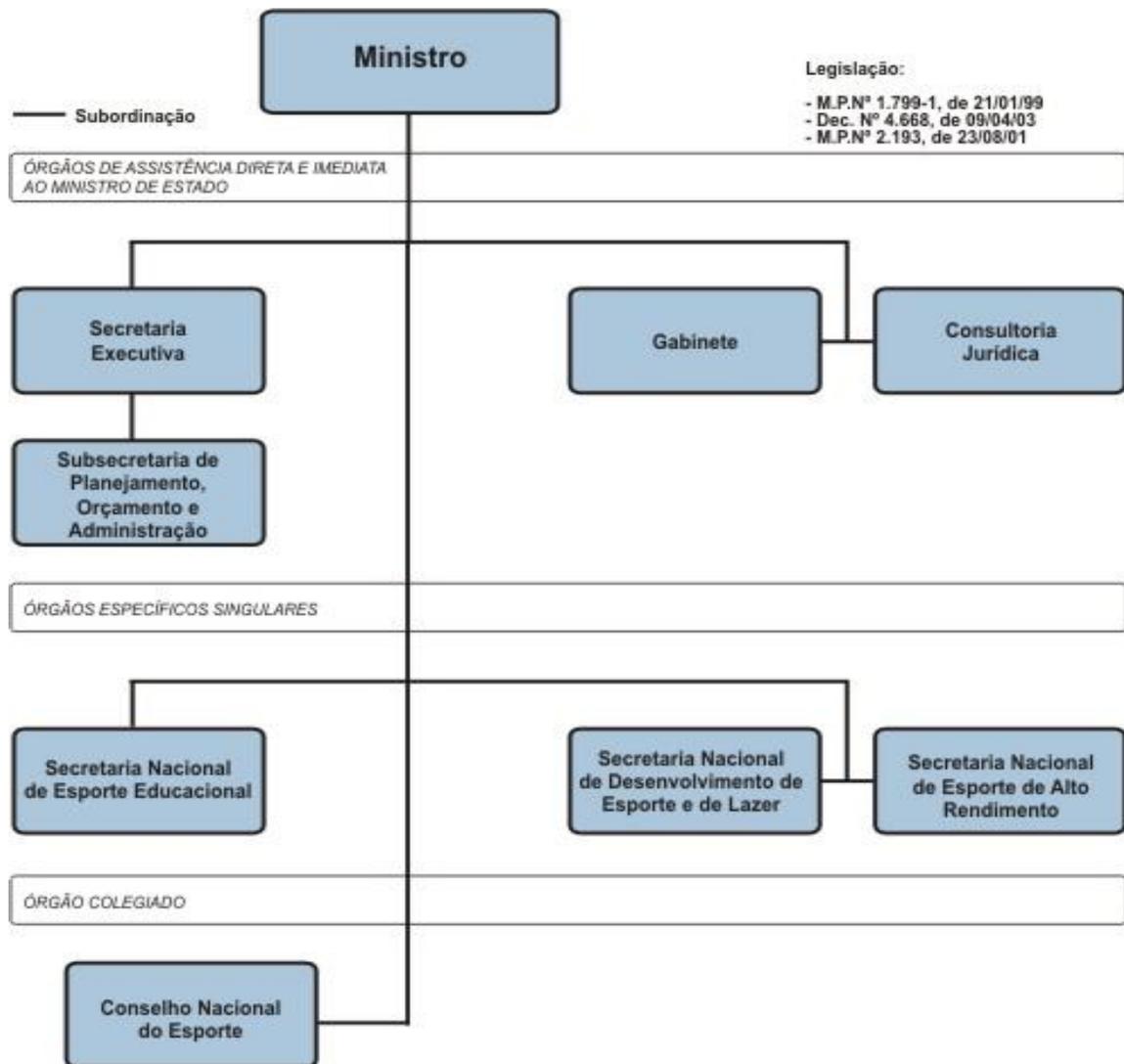
³² Esta estrutura foi extraída o site oficial do ministério do esporte no endereço: <http://portal.esporte.gov.br/institucional/organograma/organograma.jsp> em 20 de dezembro de 2008, às 15:30 minutos.

O Ministério do Esporte³³ é constituído por Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado, formado pela Secretaria Executiva e por uma Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Pelo Gabinete do Ministério e Consultoria Jurídica. É formado também pelos Órgãos Específicos Singulares, onde encontrei as Secretarias, e entre elas a Secretaria à qual o PELC está vinculado, além do Órgão Colegiado, formado pelo Conselho Nacional de Esporte³⁴.

³³ Vale o registro dos atuais gestores do Ministério do Esporte e da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer; O ministro é o Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, assessorado pelo Sr. Waldemar Manoel Silva e Souza – Chefe de Gabinete do Ministro; Sr. Wladimir Emanuel Pereira Rangel – Assessor especial de controle interno; Assessores, os Srs. João Luiz dos Santos, Cibely Carvalho Silva e Sousa e Cleone José Garcia; Assessoria Técnica formada por Sra. Conceição de Maria Silva Nunes e o Sr. Henrique Bruzzi Morais Cândido; Assessor Parlamentar, o Sr. Victor Antônio Cavalcante Palmeira; Assessor Internacional, Sr. José Leite de Assis Fonseca; Assessora de Comunicação Social – ASCOM, Sra. Márcia Oliveira Gomes e o Assessora Técnica – ASTEC, Sra. Valdete Augusta Costa Pessoa; Sra. Rejane Penna Rodrigues, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, conta em sua equipe com: Sra. Jane Teresinha da Costa Diehl – Chefe de Gabinete; com a Assessora, Sra. Ana Maria Félix dos Santos; Com Claudia Regina Bonalume, Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer; Com o Sr. Paulo Henrique Miotti de Oliveira, Coordenação- Geral de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer; Com o Sr. Mario Dutra Amaral, Coordenação-Geral de Apoio, Capacitação e Eventos Esportivos, Com a Sra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte; Sra. Maria Leonor Brenner Ceia Ramos, Coordenação- Geral de Fomento à produção e Difusão do Conhecimento Esportivo e por fim conta com a Sra. Patrícia Zingoni Machado de Moraes na Coordenação-Geral de tecnologia, Cooperação e Intercâmbio.

³⁴ Trata-se de um órgão colegiado com atribuição de deliberação, a normatização e o assessoramento, diretamente vinculado ao Ministério do Esporte e parte do Sistema Brasileiro de Desporto. Tem assento neste colegiado: Ministro de Estado do Esporte, Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretário Nacional de Esporte Educacional, Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, Representante do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, Representante da Comissão Nacional de Atletas – CNA, Representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer, Representantes dos Secretários e de Gestores Municipais de Esporte e Lazer, Representante dos Clubes Sociais, Representante do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, Representantes do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, Representante de Comissão Desportiva Militar Brasileira – CDMB, Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – ONED, Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, e por seis representantes do Desporto Nacional.

QUADRO III - ORGANIZAÇÃO MINISTERIAL



Como se vê, a estrutura administrativa do Ministério do Esporte pressupõe a produção da política pública teoricamente representativa, desde os órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado, passando pelas Secretarias Nacionais ao Conselho Nacional de Esporte que representa a sociedade civil organizada. Essa configuração demonstra que o esporte é o carro-chefe das políticas públicas, haja vista sua presença em todas as secretarias, e mais, no Conselho, que é o Conselho Nacional de Esporte, enquanto as demais manifestações de lazer concentram-se na Secretaria Nacional de Esporte e Lazer.

Outra observação é que, como as políticas públicas são estratégias promovidas a partir do nível público, com o objetivo de desenvolver um determinado , modelo social. (BIANCHETTI 2005 Apud DURLI, 2008, P.88), sua construção só se justifica pela tensão entre as reivindicações sociais e o projeto de governo, numa relação de forças muitas vezes antagônicas, não só por seu princípio representativo e não participativo³⁵, como também pelos interesses panfletários de administrações e órgãos públicos.

A estrutura administrativa do Ministério do Esporte, que em última análise representa o pensar a política pública de esporte e lazer no Brasil, demonstra que o lazer é uma questão periférica de estado, mas que, ao se fazer presente na estrutura, demarca possibilidade histórica de ocupar um lugar de alteridade no cenário da cultura corporal, como objeto da política pública. A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer desempenha um papel estratégico nesse contexto.

A seguir, apresento as principais ações de cada Secretaria Nacional, bem como suas principais finalidades e seus símbolos. A primeira é Secretaria de Alto Rendimento

QUADRO IV – SECRETARIA DE ALTO RENDIMENTO

Ação/Programa	Finalidade	Símbolo
Descoberta de talentos esportivos	Identificar jovens e adolescentes matriculados na rede escolar, que apresentam <u>nível motor</u> compatível com a prática do esporte de alto rendimento.	 Descoberta do Talento Esportivo
Bolsa Atleta	Garantir a manutenção de atletas <u>sem patrocínio próprio</u> ; formar, manter e renovar, periodicamente,	 Bolsa Atleta

³⁵ Sem a intenção de aprofundamentos conceituais, o que quero dizer é que o modelo representativo não é capaz de dimensionar as necessidades dos representados, sobretudo em estruturas tão tradicionais como a do esporte nacional, em que, via de regra, imperam nichos políticos , interesses de grupos em detrimento dos interesses das pessoas nas comunidades que supostamente representam.

	gerações de atletas com potencial de representação olímpica.	
Jogos da Juventude ³⁶	<u>Deteccção de talentos</u> esportivos, sobretudo de modalidades Olímpicas, através de jogos entre seleções estaduais.	
Olimpíadas Universitárias - Jubs	Ação de <u>incentivo</u> ao Esporte Universitário	
Olimpíadas Escolares	Atender a jovens de 12 a 17 anos, buscando mobilizar a juventude e <u>detectar talentos esportivos.</u>	

³⁶ Apesar dos jogos serem anuais, a última edição data do ano de 2004.

<p>Calendário Esportivo Nacional</p>	<p>Visa organizar as <u>competições nacionais</u>, a fim de não permitir sobreposições de atividades esportivas.</p>	 <p><i>Calendário Esportivo Nacional</i></p>
<p>Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa</p>	<p>Têm o propósito de reforçar laços entre os países de língua portuguesa.</p>	
<p>Rede Cenesp</p>	<p>Desenvolver pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas olímpicos e paraolímpicos.</p>	

Os destaques que fiz, foi com a intenção de reforçar que as ações da Secretaria de Alto Rendimento, como política pública, destinam-se a poucas pessoas, uma vez que têm com principais critérios de incentivo, a promoção, formação e detecção de talentos esportivos. Ao passo em que considero importante ter políticas para a formação de pessoas no universo do alto rendimento, penso que a priorização deste objetivo em detrimento do direito de acesso ao esporte e ao lazer amplo é, antes de tudo, uma questão eminentemente ideológica, o que me lembra a definição “Período de Políticas Sociais sem Direitos” apresentado por (VIEIRA, 2002 Apud DURLI 2008). Construção a partir da constituição de 1988, que traz uma grande contradição, uma vez que o documento avança e reconhece direitos à educação, saúde, segurança, esporte e lazer, entre outros, materializa reivindicações democráticas oriundas da tensão entre os agentes formuladores das políticas, contudo nesses campos da vida social as mesmas políticas não se efetivam em sua plenitude, aumentando o fosso da inacessibilidade para a maioria da população.

Ao observar os interesses dos programas, verifiquei que há uma espécie de sobreposição dessa secretaria em relação às demais, na medida em que prevê detecção de talentos esportivos na escola, por exemplo. O Coletivo de Autores (1992, P. 70) diz que o esporte assume o aspecto (na escola) com os códigos, valores, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica – a sociedade capitalista. Assim, num âmbito educacional, assume características como:

Exigência de um máximo rendimento atlético, norma de comparação do rendimento que idealiza o princípio de sobrepular, regulamentação rígida (aceita no nível da competição máxima, as olimpíadas) e racionalização dos meios e técnicas- revelam que o processo educativo por ele provocado reproduz, inevitavelmente, as desigualdades sociais.

O que poderia ser perfeitamente compreensivo, até porque toda nação dispõe de potencial esportivo, pelo fato de a escola reunir um grande número de crianças e adolescentes, e disponibilizar uma mínima infra-estrutura, o que ocorre é que na prática social o direito dos estudantes ao esporte e ao lazer tem sido subordinado por essa lógica no contexto escolar e também porque apresenta uma contradição na relação entre secretarias que no gráfico ministerial aparecem em condição horizontalizada e não hierárquica.

QUADRO V – SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL

Ação/Programa	Finalidade	Símbolo
Programa Segundo Tempo	<u>Democratizar</u> o acesso ao Esporte Educacional de qualidade, como forma de <u>inclusão social</u> , ocupando o <u>tempo ocioso</u> de crianças e adolescentes em situação de <u>risco social</u> .	

Projetos Esportivos Sociais	Ampliar o atendimento sócio-esportivo, por meio de recursos incentivados (art.260, ECA).	
-----------------------------	--	--

Os grifos ratificam a contradição com os objetivos dos programas no campo educacional da Secretaria de Alto Rendimento. Enquanto lá se fala de detecção de talentos, aqui se fala em democratização, inclusão social. Como vimos, a lógica é incoerente e está na realidade posta como confrontante de perspectivas formativas, díspares dos estudantes. Essa tensão acontece no chão da escola, com hegemonia conceitual do rendimento em detrimento do direito.

Da mesma forma, percebo uma perspectiva funcionalista na disseminação do esporte educacional. Ocupar o “tempo ocioso” dos que correm “riscos sociais”, a princípio, não me parece garantia de direitos, entendimento de direito e nem um grande avanço em relação à perspectiva do esporte nos moldes apontados por Pinto (2008), como Políticas públicas elitistas para os meritosos e assistencialistas para os segmentos empobrecidos da população – característica predominante nos anos 60 e 70, e não emancipatória, como propõem as políticas do Ministério do Esporte, como um todo.

QUADRO VI – SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E LAZER

AÇÃO/PROGRAMA	FINALIDADE	SÍMBOLO
Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social	Reconhecimento científico, tecnológico e pedagógico, que contribui com o desenvolvimento de políticas públicas de Esporte e Lazer, e Inclusão Social.	

<p>Jogos dos Povos Indígenas</p>	<p>Promover a integração de povos de diferentes etnias, bem como visa valorizar a cultura da paz e incentivar a prática de esportes tradicionais dos povos indígenas.</p>	
<p>Rede CEDES</p>	<p>Visa fomentar e estimular a produção de conhecimento científico-tecnológico voltado para a gestão do esporte recreativo e do lazer, objetivando a formação continuada de gestores de políticas públicas; induz à produção e disseminação de conhecimento em Estados e Municípios.</p>	
<p>Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte</p>	<p>Centro dedicado a guardar as memórias da produção de conhecimento no âmbito do esporte.</p>	
<p>PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade</p>	<p>Visa suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daqueles que se encontram em</p>	

	situação de vulnerabilidade social.	
--	-------------------------------------	--

Diante do exposto, considero que a atual gestão tem demonstrado preocupação com o fenômeno esportivo para todos os segmentos, indo além das conquistas históricas legislativas³⁷, e aproximando-se da demanda comunitária de estados e municípios - descortinando em parte o próprio estado, demonstrando a lógica controversa. Destaca-se ainda a preocupação com produção científica, investimento em pesquisa, instrumentos fundamentais para o avanço das políticas em curso.

Por outro lado, recuperando VIEIRA (2002) e BONETI (2006), o distanciamento entre a política e o direito que se dá nas correlações de força, tem na classe dirigente do estado suas representações, seja no âmbito nacional, seja no âmbito global. Assim, avançar na política e no direito é, de fato, uma tarefa hercúlea para os setores da sociedade civil. Isso fica claro na organização do Ministério, quando da constatação dos investimentos orçamentários por secretaria e programa como demonstra o quadro a seguir.

QUADRO VII - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: MINISTÉRIO DO ESPORTE

Programa de Governo	Ano³⁸	Orçamento Atual	Valor Pago	Percentual Pagos (%)
Brasil no Esporte de Alto Rendimento	2005	53.756.000,00	5.801.337,55	10,79
Esporte e Lazer da Cidade	2005	365.848.600,00	10.179.691,95	2,78
Segundo Tempo	2005	159.086.737,00	50.703.328,46	31,87
Rumo ao Pan 2007	2005	57.390.000,00	5.722.831,76	9,97

³⁷ Formulação de diretrizes para a política nacional de esporte e de lazer, Estatuto do Torcedor, Timemania, Reestruturação do Conselho Nacional de Esporte, Lei Zico, Lei Pelé, Bolsa Atleta.

³⁸ O orçamento para o ano de 2009 ainda não se encontra disponível no site oficial do Governo, no link Transparência Brasil. Acesso em 23 de fevereiro de 2009.

Brasil no Esporte de Alto Rendimento	2006	22.889.000,00	8.061.579,00	35,22
Esporte e Lazer da Cidade	2006	377.272.325,00	27.382.897,98	7,26
Segundo Tempo	2006	136.838.841,00	54.232.796,14	39,63
Rumo ao Pan 2007	2006	423.957.488,00	123.773.796,14	29,19
Brasil no Esporte de Alto Rendimento	2007	72.340.319,00	6.296.922,16	8,70
Esporte e Lazer da Cidade	2007	531.105.000,00	18.066,807,12	3,40
Segundo Tempo	2007	129.622.500,00	28.406.664,98	21,91
Rumo ao Pan 2007	2007	775.280.000,00	653.227.05,51	84,26
Brasil no Esporte de Alto rendimento	2008	161.897.795,00	49.227.104,18	30,41
Esporte e Lazer da Cidade	2008	846.888.889,00	19.104.935,86	2,26
Segundo Tempo	2008	296.465.201,00	79.410.058,24	26,79
Rumo ao Pan 2007	2008	-	-	-

Concentrando a atenção no PELC, constatei que este programa está longe de ser uma prioridade, mesmo o programa prevendo o alcance mais generalista da política de governo.

A discrepância orçamentária entre os programas é visível, denotando que a característica do programa em estudo é explícita para o Ministério, o que me remeteu a uma metáfora à vida orçamentária dos lares da maioria dos brasileiros, onde, quando há estrangulamento no orçamento, é o lazer um dos primeiros itens a serem contingenciados. No caso do PELC, esse contingenciamento foi de natureza tal que o Ministério do Esporte (M.E).³⁹ divulgou a seguinte nota oficial:

³⁹ http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/projeto_social/como_participar.jsp Acesso em 24 de fevereiro de 2009 às 19:58h.

Considerando a redução do orçamento para 2009 e a demanda de pleitos selecionados e não pagos em 2008, por questões relacionadas à tramitação, não haverá abertura de edital para 2009⁴⁰.

Para melhor entender a origem e os primeiros passos do PELC, capaz de contextualizar o estancamento orçamentário, recorri ao seu principal formulador, Castellani Filho (2007:1) que afirmou:

O programa Esporte e Lazer da Cidade teve seu nascimento anunciado – para efeito de presença no plano plurianual 2003-2007 denominado “Brasil um País de Todos” – no último minuto da data limite estabelecida pelo Ministério do Planejamento para o encaminhamento, por parte dos distintos ministérios, de seus programas orçamentários. [...] o esforço feito para nascer foi apenas uma pequena amostra daquele que precisou se desenvolver para não sucumbir diante da vontade ministerial de dar vida a apenas um projeto social que viesse a demarcar, de forma inequívoca, a presença de uma determinada força política à frente do Ministério do Esporte que aquela responsável pela sua elaboração e execução⁴¹

Ainda sobre a questão orçamentária, Castellani Filho (2007) faz uma crítica: diz que conviveu ao longo dos três anos frente à Secretaria, diante do apoio ínfimo de recurso orçamentário-financeiro, afirmando ser vítima de uma brutal asfixia e que o Programa só não foi ferido de morte por causa de seu sentido inovador e do modelo conceitual, que estava baseado em experiências de administrações do campo popular e democrático.

Daí, então, revisei o site do Ministério do Esporte, para verificar o discurso oficial se à informação acima seria uma evidência para a pesquisa. Constatei que: na Secretaria de Alto Rendimento, o Programa Bolsa Atleta⁴² anunciava período de inscrições até 31 de março de 2009; a Secretaria de Esporte Educacional anunciava a contemplação de parceiros em todo o Brasil, para a participação no Projeto Recreio nas Férias⁴³; enquanto, como verificado, a Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer veiculava nota oficial, dando conta da suspensão de edital para concorrência de instalação de núcleos do PELC para o ano de 2009.

⁴⁰ Vale registrar que no período de revisão final da dissertação o sítio oficial do M.E divulga nota de encerramento da inscrição online de projetos nas chamadas públicas do PELC e Vida Saudável em 03 de março de 2009. Portanto houve conflito de informação por parte da SNDEL com a nota (ver data de acesso). Acesso em 08 de setembro de 2009, às 10:30.

⁴¹ A força política a que se refere é responsável pela elaboração e execução do Programa Segundo Tempo.

⁴² http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsa_atleta/

⁴³ Trata-se de um projeto que faz parte do Segundo Tempo e que visa oferecer a crianças e adolescentes atividades lúdico-esportivas durante o período de férias escolares. Para saber mais, acesse: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundotempo/recreioNasFerias/resultadosChamadaPublica.pdf>

Ora, isso não reflete contingenciamento, como resultado de uma medida conjuntural, até porque as demais secretarias não sofreram contenções, pelo contrário, mantiveram e até ampliaram seus programas. O que a situação sinaliza é a dificuldade de concepção ministerial, atenção orçamentária devida e o conseqüente desprestígio do PELC. Materializa, desta forma, uma grande contradição, à medida que os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios brasileiros⁴⁴ demonstram que o Brasil, aos poucos, avança e já se integra a um grupo eletrizado de países, no mundo, com excelentes IDHs. Ao mesmo tempo, denuncia a existência de, pelo menos, 5 Brasis dentro do Brasil, revelando uma perversa pobreza que assola o país, como elemento constituinte dos pressupostos neoliberais que mantêm desigualdades econômicas e de acesso à cultura e aos direitos sociais.

Nesse sentido, e sem querer entrar no mérito das necessidades para implementação de programas nas demais secretarias, é preciso ter claro que isso não acontece por acaso. A desigualdade refletida na política pública de esporte e lazer em estudo, que secundariza a ação da SNDEL diante do desenvolvimento de um programa com o alcance social do PELC, tem impacto direto na questão da acessibilidade e direitos à cidadania. Parafraseando SANTOS (2007, p.140), “As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade de valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive”. Ou seja, o princípio vale para todos, a prática social vale para alguns.

SUASSUNA (2007) reconhece que há um esforço no sentido de diminuir distâncias entre setores do governo, contudo o que ainda impera nessas políticas, a seu ver, é o caráter setorial, explicado pelo ranço do modelo de gestão imediatamente anterior, que defendia as ações setorializadas. Na questão posta, a dificuldade encontra-se dentro do próprio Ministério. A contradição, assim está configurada: de um lado, tem-

⁴⁴ O IDH Brasileiro segundo estudos da ONU, divide o país em 5 escalões: O primeiro contemplam os estados do Sul e mais os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, como melhores IDH; em seguida vêm os estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e ainda Minas Gerais, Goiás e Amapá; no terceiro “Brasil” aparecem os estados de Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima; no quarto escalão estão o Acre, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte e comparando-se a Blangladesh e Haiti temos ainda um Brasil formado por Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe e Paraíba. O IDH é medido pela ONU a partir de três áreas: Saúde, Educação e Padrão de Vida. Os dados da ONU são do ano de 2005 e podem ser encontrados nas páginas: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071120_idh_brasil_dg.shtml bem como no <http://www.onu-brasil.org.br/> e ainda no <http://www.brasile scola.com/brasil/o-idh-no-brasil.htm> todos acessado em 23 de fevereiro de 2009, por volta das 21:30h

se o aumento da necessidade orçamentária (nos últimos quatro anos) superando os 100%; do outro, a confirmação de uma tímida média de 3,92% da necessidade suprida.

Além disso, algo nos dados que me chamou bastante a atenção, foi o aumento significativo de recursos financeiros, no ano de 2006, destinados ao PELC: 7,6% do montante requerido - contrasta com a média nos quatro anos. A história política recente diz que o ano de 2006 foi um ano de sucessão executiva no Brasil. Isso me fez lembrar a forma de pensar e fazer política dos anos populistas de Getúlio Vargas.

4.3.3 REFERENCIA CONCEITUAL

Ao refletir sobre as políticas públicas, compreendidas por mim como um conjunto de princípios, diretrizes e ações estratégicas que visam atender a interesses públicos, na forma de bens e serviços à população, considero que a afirmação de tal direito é resultante da tensão histórica de classes e agrupamentos setorializados. Nesse sentido, concordo com BONETI (2006, p.9), quando diz que toda política pública é originada de uma idéia e esta, de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade. Juntando-se ao princípio, o autor assinala o contexto de “conjugação de interesses, as inserções ideológicas, as concepções científicas, as correlações de forças sociais”. No caso do PELC como uma ação da política pública governamental, ele surge com o propósito de atender de modo articulado com as demais políticas sociais a demandas populares. A esse respeito o próprio site do Ministério do Esporte aponta:

Todas as ações do Governo Federal na área do esporte seguem, hoje, uma Política Nacional de Esporte, algo inédito no Brasil. São conceitos e ações desenvolvidos pelo Ministério do Esporte. Eles abrangem todos os tipos de esporte, da recreação à competição, e **visam a beneficiar todos os brasileiros, em especial aqueles social e economicamente excluídos.**(negrito nosso)

A perspectiva de política inclusiva que aparece acima, primeiro denota o reconhecimento estatal das disparidades e desigualdade social do país, segundo, denota

um contraste de interesses quanto ao seu DNA, por mim relatado, a partir de BONETI (2006), quando afirma que uma política pública guarda, como aspectos relevantes, sua complexidade, operacionalização e seu “caráter”. No caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, a autonomia é de soberania relativa e é pouco provável que as teses dos desejos sobre políticas públicas sociais emancipatórias efetivem-se no cotidiano à revelia da lógica do capital global.

Como parte da epígrafe do documento de lançamento da Política Nacional de Esporte,⁴⁵ destaco que:

[...] com o lançamento da Política Nacional do Esporte ganham os atletas, os técnicos e a população brasileira [...] porque é um documento que nasceu de amplo debate nacional, algo inédito neste setor, (tendo sido) tema central da 1ª Conferência Nacional do Esporte, que mobilizou 83 mil pessoas em suas várias etapas, em todo o país, no primeiro semestre de 2004”. [...] A Política Nacional do Esporte, “forma aos anseios não apenas da comunidade esportiva, mas de toda a sociedade brasileira.

A palavra “oficial” do Ministério, neste mesmo documento, fala da importância da Política Nacional de Esporte:

por meio da sua efetiva implementação, despertar a consciência nacional para agir frente ao potencial do esporte como fator de desenvolvimento humano e de fortalecimento da nação”. E concluía: “É tornar o esporte uma política pública essencial, em sintonia com todos os setores, que transponha os limites de um governo e consolide-se como uma política de Estado.

A leitura crítica destas passagens me remete a pensar o PELC como um elemento da rede mais ampla e complexa de políticas públicas, com fins notórios de alteração da realidade social. Em sentido restrito, na mudança da realidade das políticas públicas no campo do esporte e do lazer recreativo. Por outro lado, BONETI (2006) é quem conceitua e caracteriza a idéia de sociedade em rede. Destacando a ofensiva das atuais políticas públicas, traz em seu bojo as quebras de fronteiras e valores culturais, o que significa, a meu ver, uma clara mostra de dependência direta das correlações de forças e, portanto, não linear, como pretende o discurso oficial.

Continuando, essa dimensão do esporte é prevista na Política Nacional de Esporte⁴⁶, como de responsabilidade da SNDEL, que através do PELC defende a

⁴⁵ Extraído do Texto: O Esporte Recreativo, O lazer, a saúde, a Ciência & Tecnologia no Âmbito da Política Nacional de Esporte no 1º Governo Lula – 2003 a 2006.

referencia conceitual em consonância com as expectativas do estado. Contudo, na experiência do PELC, foi preciso reconceituar o esporte e a configuração histórica hierarquizada, como relata Castellani Filho (2009, P. 3):

Intentava-se sinalizar, dessa forma, para a inversão da lógica da presença do Estado no cenário esportivo, atribuindo-lhe prioritariamente caráter subsidiador dotado, contudo, de outro sentido que não aquele reforçador do modelo concentrador representado graficamente pela estrutura piramidal, que traz em seu vértice o esporte de alto rendimento e em sua base e centro, respectivamente, o esporte recreativo e o escolar subordinados aos objetivos do “de cima”, mas sim o de implementador de um modelo exemplificado por círculos autônomos e ao mesmo tempo interdependentes onde o esporte recreativo, o escolar e o de alto rendimento sejam respeitados em suas especificidades e, ao mesmo tempo, possam manter canais de comunicação sinalizadores de um conceito de sistema esportivo construído em relações isonômicas e não hierarquizadas

Assim, a referencia conceitual que balizou a implementação do PELC pensa a idéia de estado, como a de estado ampliado, de política indutora de inclusão social, com participação popular, controle social e gestão democrática⁴⁷. Do meu ponto de vista, a intenção do documento é nobre, entretanto limitada, ante os próprios processos de sua implementação, já percorridos neste estudo, o que se configura como sua contradição.

Ainda que não seja a contradição o foco do presente estudo, importa trazer o estudo clássico que considera a contradição como categoria histórica pertencente a Lei da unidade e luta dos contrários em Karl Marx, onde “os contrários são os aspectos, as tendências e as forças internas dos objetos e dos fenômenos que excluem e ao mesmo tempo pressupõem a existência uns dos outros” (CAMPUS,1988, p.64).

Sendo assim, a questão posta diz respeito às contradições internas do PELC, na medida em que o programa defende uma interpretação do sentido de esporte e lazer desvinculado, ou, pelo menos, em tensão com o modelo conceitual, historicamente registrado no âmbito de políticas públicas centradas nas concepções de alto rendimento e de produto para a indústria do entretenimento. Romper com a

⁴⁶ O documento prevê a classificação do Esporte em quatro níveis: Esporte Social – como política específica de inclusão social; o Esporte Educacional – como complemento da atividade escolar; Esporte de Alto Rendimento - voltado para formação de atletas; e o Recreativo e o Lazer – O esporte como hábito do cotidiano, para todos os brasileiros. http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp . Acesso em 13 de abril de 2009 às 11:07h

⁴⁷ Extraído da entrevista de Lino Castellani Filho.

lógica de controle de corpos, sob a perspectiva produtiva e de consumo, é meta do PELC, que concebe o esporte recreativo como um elemento do campo do lazer e um direito social inalienável, merecedor de políticas públicas que garantam o acesso aos bens historicamente produzidos por homens e mulheres, com qualidade social, independentemente do poder aquisitivo da população⁴⁸.

4.3.4 DESDOBRAMENTOS CONCEITUAIS NA ESTRUTURA DO PELC

Concebendo o PELC como uma ação indutora que visa garantir acessibilidade ao esporte e ao lazer, como constitutivos do cotidiano nacional, o que significa atender aos anseios de milhões de pessoas, considerando os mais diversos tempos etários, diversidade cultural e necessidades de grupos historicamente minoritários, como os portadores de deficiências, prevê-se seus desdobramentos divididos didaticamente em ações que tomam duas direções: a primeira, no sentido de implementação das políticas junto à população, através de convênios municipais, com Organizações Não Governamentais e segmentos privados, para a celebração de parcerias e aberturas de núcleos. Atentando-se ainda para a variação do perfil do convênio, no tocante à demanda atendida, estes podem ser intergeracionais, através do próprio PELC ou do Núcleo Vida Saudável, ou, ainda, de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer⁴⁹; e a segunda, na direção da produção e do registro de conhecimentos científicos e tecnológicos⁵⁰ capazes de constatar, aferir e prover insumos teóricos que otimizem criticamente as próprias políticas públicas no campo do Esporte Recreativo e do Lazer.

Ao tomar a direção da formação dos núcleos, encontrei uma interrogação em relação às divisões do Vida Saudável e do PELC, fazendo-me refletir: o que justificaria duas ações diferentes, sendo uma exclusiva para pessoas com idade

⁴⁸ Ver Texto: O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência & Tecnologia no Âmbito da Política Nacional de Esporte no 1º Governo Lula – 2003 a 2006.p.25

⁴⁹ Trata-se do apoio da secretaria a projetos e eventos que contemplem a ocupação do tempo e do espaço de lazer, a partir de ações transversais que dêem conta de temas como meio ambiente, educação, cultura, saúde etc. - a estes também é prevista avaliação de proposta de parceria com destinação de recurso por parte do M.E. Esta ação está prevista institucionalmente sob o número 8473.

⁵⁰ Trata-se das redes CEDES e CEDIME.

acima dos 45 anos e idosos, e outra para atender a todos os públicos, desde crianças até os idosos? O fato é que existe a divisão, inclusive, desde o pleito para instalação dos núcleos. Recorrendo ao site, localizei definições para as ações que não se distinguem substancialmente em nenhum aspecto. Sobre o funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – PELC⁵¹, diz:

Esta ação é implementada através de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, garantindo o envolvimento direto de **todas as faixas etárias**, incluindo pessoas com deficiência, em atividades sistemáticas como: oficinas de esporte, danças, ginásticas, teatro, música, orientação de caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local e eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: **ruas de lazer**, festivais, encontros temáticos, seções de cinema e outros.(grifos meus)

Enquanto, ao definir a ação do Vida Saudável⁵², diz:

Esta ação é implementada através de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, buscando o envolvimento direto de pessoas adultas, **acima de 45 anos, idosas, incluindo pessoas com deficiência**, em atividades sistemáticas como: oficinas de artesanato, danças, ginásticas, teatro, música, orientação à caminhada, capoeira e outras dimensões a cultura local e eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: **encontros dançantes**, festivais, seções de cinema e encontros temáticos. (grifos meus)

Os destaques feitos por mim apontam as diferenças entre uma ação e outra, que a partir das análises desses pressupostos e da contextualização das políticas públicas não demonstra consistência teórico-pedagógica no sentido de justificar a divisão, uma vez que o PELC em si já garante intervenções junto a pessoas adultas e idosas no campo do esporte recreativo e do lazer, através das chamadas atividades sistemáticas que, como se percebe implicitamente, podem ser direcionadas a um determinado público na mesma medida em que podem envolver pessoas de gerações diferentes. Assim, não se trata de questão de acessibilidade, pelos motivos já expostos; parece a materialidade da demarcação politicamente correta.

Imaginando que ambas as ações constituem núcleos, atendendo a requisitos próprios, a possibilidade de pleito para o Vida Saudável, pode comprometer a

⁵¹ Ação programática 26670000. Encontrado no endereço: http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/projeto_social/orientacoes/apresentacao.jps acessado em 24 de fevereiro de 2009, às 00:57 h.

⁵² Vida Saudável – Funcionamento de Núcleos para pessoas adultas e idosas – ação programática 2c600000, encontrada no mesmo endereço da nota 14.

questão da intergeracionalidade, dificultando possibilidades de convivência com os conflitos e as aprendizagens resultantes destas relações, bem como o respeito à diversidade e isolamento de um grupo etário.

Além do mais, ambas as ações têm o mesmo objetivo, que é contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas e, portanto, seguem as mesmas diretrizes, quais sejam: a valorização da diversidade dos sujeitos, dos grupos e das culturas; intergeracionalidade; auto-organização dos sujeitos e grupos; trabalho coletivo e gestão participativa; intersetorialidade; ludicidade; ação educativa crítica e criativa para a formação de valores; promoção da cultura da paz (segurança, superação de violências, convivência ética); territorialidade, como veicula no site.

Tantas pretensões me levam a revisitar as experiências de formadores como Melo (2003) e Lazarroti (2007), que sinalizaram os entraves econômicos e políticos ao desenvolvimento de programas no campo do esporte e lazer, como resultado de política pública, com aspectos importantes que vão de encontro às ambições do PELC, sobretudo ao tomarmos como base o dispêndio econômico e a vontade política que um programa dessa magnitude exige.

Uma experiência do PELC que serve de referência e revela o seu alcance em relação aos grupos etários, pode ser vista em São Luis do Maranhão, nos Núcleos do PELC - Centro de Integração Dalva Campos (CIMDDCAMP⁵³). O documentário reunido num DVD/SLIDE mostra os diversos núcleos no Maranhão e as diversas atividades desenvolvidas nestes núcleos. Dentre as atividades, haviam algumas voltadas apenas a adultos e idosos, outras para apenas crianças e adolescentes e, ainda outras, que reuniam todos nas atividades.

Essa experiência reforça que as ações não se diferenciam substancialmente e podem acolher grupos etários diferentes e distintas possibilidades culturais. Trata-se, portanto de uma opção política.

Aprofundando as reflexões em torno do PELC, reconheço há hoje três formas para o estabelecimento de núcleos: 1) por edital público, 2) por recursos de emendas individuais de parlamentares, 3) tem caráter intersetorial, cuja parceria é estabelecida entre o Ministério do Esporte, através da SNDEL, e o Programa

⁵³ Esta experiência foi socializada na oportunidade da Reunião Regional Nordeste do PELC, realizada em Natal- RN, no período de 22 a 24 de outubro de 2008. Aqui registro meus agradecimentos sinceros à Sra. Liliane (Agente Social) por, gentilmente, me presentear com um DVD/SLIDE e assim contribuir com o presente trabalho.

Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)⁵⁴ do Ministério da Justiça, o chamado PELC-PRONASCI.

Sobre forma de edital publico, como vimos não houve abertura para o ano corrente, a segunda forma, através de emenda parlamentar é tímida devido as agendas de compromissos dos próprios parlamentares com suas bases e a terceira forma, a intersetorial, merece destaque pelo potencial que apresenta nos documentos oficiais, sobretudo cumprindo o papel de ação integradora de políticas públicas governamentais. Entretanto, se desacompanhada de outras políticas públicas que garantam condições de acesso ao Esporte e ao Lazer, como direito, corre-se o risco de reedificação da política de “pão e circo”⁵⁵.

O levantamento documental apontou um processo ainda muito embrionário, verificado sobretudo na fala de representantes do estado brasileiro, na II Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade⁵⁶. Tereza Cristina Nascimento Sousa, Ministra Interina da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) diz (2007, p. 23) admite:

O Lazer é uma temática que, para nós, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é nova, mas não deixa de ser importante porque é uma temática que entra de uma forma fundamental no uso do tempo pelas mulheres brasileiras. (...) o uso do tempo para o lazer não representa nem 1% do tempo que ela utiliza para o restante das suas atividades.

Já a Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sra. Matilde Ribeiro, fazia coro ao estranhamento da possibilidade de ações intersetoriais (2007, p. 25):

⁵⁴ O PRONASCI é um programa nacional que contempla 94 ações que visam, desde a valorização dos profissionais de segurança pública, passando pela qualificação dos mesmos, bem como objetiva a reestruturação do sistema carcerário, combate à corrupção policial, programa habitacional para os policiais, integração força policial e comunidades. Visa também a assistência a jovens, entre 18 e 24 anos, que estejam em conflito com a lei, egressos do sistema carcerário ou mesmo em situação de vulnerabilidade que potencialize a atração pelo crime. A relação com o PELC se dá na esfera da cultura do esporte recreativo e do lazer, como possibilidade de crítica e entretenimento. Para saber mais acesse: <http://www.mj.gov.br/pronasci> acesso em fev 2009.

⁵⁵ Expressão usada metaforicamente para a política dos Césares romanos, na antiguidade, que desviava a atenção da população para a difícil realidade romana, com oferecimento de diversão – lutas entre gladiadores – acompanhados da alimentação gratuita dos romanos, à base de pão.

⁵⁶ Vale aqui o registro de que a I Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade teve como principal foco a consolidação da identidade do Programa. Ver BRASIL. Ministério do Esporte. Brincar, jogar e viver: O Programa Esporte e Lazer da Cidade. Brasília: SNDEL/ME, 2007 V.1 e V.2

A nossa presença aqui tem a ver com a busca de compreender a possibilidade da vinculação entre esporte, lazer e igualdade racial, no campo das políticas públicas. Afirmando algum acúmulo da Secretaria na relação entre governo e sociedade civil admite que [...] esta área de esporte e lazer tem sido colocada nesse processo histórico, não em segundo plano, mas na fila de espera [...] Nós acabamos sempre esquecendo da palavra mágica “lazer”, que tem a ver com a qualidade de vida, além das políticas tradicionais, como trabalho, educação e saúde.

De forma objetiva pode-se afirmar que a ação intersetorial com nível de consistência dar-se com o Ministério da Justiça, através do PRONASCI e ainda assim considerando que não é foco desse estudo, os meandros das ações das secretarias ministeriais.

4.3.5 AGENTES DE MEDIAÇÃO DO PELC

O Ministério do Esporte disponibiliza uma série de informações sobre o processo de constituição dos núcleos em seu site oficial. Farei um esforço de síntese com a pretensão de trazer um panorama geral que permita a compreensão genérica do processo.

Até aqui foi possível esclarecer o que é o programa, a que órgão está vinculado, qual a demanda a que atende, que objetivos e diretrizes aponta, bem como as possibilidades de constituição de núcleos, e é a partir deste ponto que aprofundarei o debate sobre o programa. Tomando a lógica do Ministério do Esporte como referência, a estrutura do texto acompanhará o esquema disponibilizado pelo Ministério do Esporte, composta de: apresentação; orientação geral de funcionamento de núcleos; como participar; passo a passo para a apresentação do pleito no SICONV – Sistema de Convênio; acompanhamento e fiscalização e prestação de contas. Ao tempo em que respeitei esta organização lógica de apresentação, didaticamente optei por uma construção de texto corrido como resultado de minha síntese.

O programa PELC, para ser implantado, precisa atender às exigências da política de governo em: conceito, que privilegia o caráter pedagógico da ação política em comunidades, sobretudo de vulnerabilidade social - a temporalidade dessa relação é inicialmente de um ano, com prerrogativa de se estender por outros anos, o que demandará a cada final de convênio da apresentação e passagem

novamente de todas as etapas previstas em edital público, portanto não há renovação automática.

Quando se fala em vulnerabilidade social, fala-se de uma parte populacional que está na marginalidade, oprimida, impedida de se realizar como pessoa (FREIRE,2006) – assim, o PELC apresenta-se como programa redentor de mazelas, condicionando as populações de baixa renda limites para o acesso à política governamental.

A expectativa anunciada pelo Ministério é que a convivência financiada por um ano seja suficiente para que a comunidade possa se organizar e dar continuidade ao programa, inclusive com captação de recursos desvinculados do Ministério do Esporte. Para tanto, o Ministério, ao longo desse período, oferece aos núcleos assistência permanente de formação, orçamento para manutenção das despesas⁵⁷, como pagamento de coordenadores, agentes sociais, formadores, eventos, e oferece um kit de materiais básicos para o desenvolvimento das atividades práticas das oficinas.

Para que isso seja possível, o projeto deve atender às seguintes demandas: um número mínimo de pessoas inscritas nas atividades sistemáticas⁵⁸, a quantidade de núcleos depende da quantidade de habitantes do local⁵⁹, podendo haver mais de um núcleo e, ainda, para cada núcleo poderá haver subnúcleos. Os pleitos devem apresentar o **Grupo Gestor**⁶⁰, que tem a função de acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio. Deve apresentar também uma **Entidade de Controle Social**⁶¹ - deve ser uma organização legalmente constituída

⁵⁷ A contratação de agentes sociais na figura de coordenador geral equivale ao pagamento de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por um período de 14 meses; A função de Coordenador de Núcleo recebe R\$ 900,00 (novecentos reais) durante 12 meses; e os Bolsistas recebem R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por 12 meses; ainda se previsto um montante que equivale a 20% do valor solicitado para material de consumo e 10% do valor solicitado para material permanente, o mesmo percentual destinado para a Formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer.

⁵⁸ Refere-se a meta de referência que é de 400 inscritos nas atividades sistemáticas, envolvendo cerca de 4000 beneficiados entre inscritos e participantes. São contabilizadas a prestação de serviço por cada atendimento realizado;

⁵⁹ A depender do número de habitantes de um determinado município poderá funcionar mais de um núcleo, assim está previsto para municípios com população de até 50.000 habitantes (hab), 1 núcleo; entre 50001 e 100 000 hab, 2 núcleos; entre 100 001 a 200 000 hab, até 4 núcleos; entre 200 001 a 300 000 hab, até 6 núcleos; entre 300 001 a 400 000 hab, até 8 núcleos; entre 400 001 a 800 000, 10 núcleos e em municípios acima de 800 001 hab, até 15 núcleos. Além disso governos estaduais deverão atender a, no mínimo, 05 núcleos seguindo os mesmos critérios dos demais.

⁶⁰ Formado por representantes dos envolvidos no Núcleo a depender da realidade local (representantes de bolsistas, coordenadores de núcleo, controle social, dos participantes do projeto)

⁶¹ Pode ser uma Associação, um comitê ou um conselho etc.

para fazer o controle das ações do núcleo, prestando contas à comunidade e ao Ministério do Esporte através de relatórios semestrais.

Nos trechos acima, percebo um arcabouço todo engendrado, articulado, sistematizado para o desenvolvimento da participação social, entretanto, são intenções postas da política para a sociedade civil e não no sentido oposto. A reflexão de MARTINS (2002, P. 47) sobre a exclusão é análoga à perspectiva de estruturação do PELC, uma vez que o autor diz que o discurso sobre a exclusão “é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem”. Dificilmente se pode ver nele um discurso anticapitalista, embora ele certamente seja um discurso socialmente crítico. Essa lógica sinaliza uma exterioridade por parte dos sujeitos que efetivamente poderiam desenvolver a política pública social.

É requisito também a previsão de atividades de caráter sistemático - que estejam de acordo com as exigências mínimas de participação, através de oficinas permanentes, e que possibilitem a cada participante usufruir sistematicamente de, pelo menos, duas opções diferentes - além de atividades assistemáticas e, portanto, de caráter pontual, comemorativo, singular. Deve ainda prever o número de agentes sociais necessários. Em contrapartida, respeitando os limites legais⁶², o proponente pode optar por uma iniciativa de cunho **financeiro** - nesse caso, deve depositar na conta do convênio o valor aprovado no projeto básico e no plano de trabalho ou poderá disponibilizar pessoal do quadro à entidade, que cede horas de trabalho à mesma; materiais, cessão de espaços com seus valores mensurados e comprovados. Isso é chamado de contrapartida **economicamente mensurável**.

Acredito que o controle social dos programas devem ser sempre considerados, no entanto, a questão da contrapartida sugere um ponto de tensão, na medida em que numa sociedade de sobreposição econômica à política, como é o caso do Brasil, o nível de autonomia é relativizado no desenvolvimento de políticas públicas sociais em parceria, seja em nível internacional ou nacional, como discorre Boneti (2006, P.91)

⁶² Lei Nº 11.514/2007 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. No caso do pleito do PELC pode-se solicitar isenção de contrapartida às entidades de assistência social e saúde, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (Lei 11.178/2005, Art 36 Parágrafo Único), estando sujeito a sanção do Ministério de Esporte do Estado.

[...] as políticas públicas se constituem o resultado de uma correlação de forças sociais, conjugando interesses específicos e /ou de classes, em que os interesses das classes política e /ou economicamente têm prevalência, mas não unanimidade.

Na prática o que se verifica é um desordenamento entre os parceiros que alteram substancialmente ações, projetos e programas, descaracterizando muitas vezes a ideologia posta nos pressupostos teórico-metodológicos do motivo central do estabelecimento da parceira.

São freqüentes ingerências, demandadas por interesses econômicos e, sobretudo, político-partidários, desde os marcos do estabelecimento do convênio à montagem do grupo gestor (passando pelos trabalhadores do lazer). Óbvio que nesse contexto o processo de formação não passa imune, nem nas ações dos formadores que exercem e sofrem influências do contexto, nem na materialização do desenvolvimento dos trabalhos dos núcleos, no caso do PELC.

O Ministério, por sua vez, disponibiliza uma relação com os nomes de todos os formadores nacionais credenciados que devem ser contatados e cujas despesas ficam a cargo do orçamento aprovado e geridas pelo núcleo. A formatação metodológica prevê uma organização modular como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO VIII – FORMATAÇÃO METODOLOGICA DO PELC

Organização	Carga Horária	Ação
Modulo I – Introdutório	32 horas (deve acontecer em até dois meses de funcionamento, com a presença do formador do PELC)	A rigor discute conceitos e mediam a organização e planejamento para o funcionamento do núcleo. Conceitos como gestão democrática, acompanhamento público, co-responsabilidade na ação social; esporte recreativo e lazer, participam do processo de formação de equipes de trabalho, Fazem avaliação diagnostica da realidade do núcleo.

Módulo II – Aprofundamento	Não há previsão de Carga horária para a formação em serviço que inclua a participação de formador credenciado no PELC, O que há é a possibilidade de antecipação de até 16 horas previstas para o módulo III, para esse modulo.	A rigor trata-se de ações mais voltadas para o acompanhamento e deliberações dentro dos núcleos, que devem pensar a partir dos dados da realidade do desenvolvimento do programa e propor novas ações que potencializem o programa no núcleo, atendendo a princípios, diretrizes, conceitos, concepção e características apresentados no modulo I
Modulo III – Avaliação	32 horas (deve acontecer em até os dois últimos meses de convênio, com a presença do formador do PELC)	Momento de síntese das produções do núcleos que devem construir um evento de socialização da experiência. Formulação de proposta de continuidade da política publica. Elaborar e encaminhar relatório final à SNDEL.

Tomando o quadro metodológico como parâmetro, e concebendo como característica do tipo de processo educacional a que se propõe o PELC, como educação não-formal, a ausência do formador no modulo de aprofundamento, momento em que se dá agudamente o desenvolvimento de habilidades para o trabalho, consciência política dos direitos sociais, processo de auto-gestão coletiva etc, para mim, o programa diminui consideravelmente as possibilidades de êxito como política publica.

Esse sentimento é reforçado na interpretação do que argumenta GONH (2005, p. 98) sobre a educação. Diz que “a educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação” O processo descrito pela autora pressupõe acompanhamento contínuo, efetivo e no caso do PELC no módulo que teoricamente acontece o processo mais denso da formação, por ser este, de fato, em

serviço não se prevê tal garantia. Por outro lado, constatei também que em produções vinculadas ao PELC foi possível encontrar vozes alternativas ao caminho hegemônico observado nos documentos oficiais.

4.3.6 – REDE CEDES E CEDIME

A segunda direção de desdobramento da política contida no PELC concentra-se, exatamente, na rede de documentação e produção científica de conhecimentos, que vai ao encontro da demanda formativa de gestores públicos no campo do esporte recreativo e do lazer. É resultado de iniciativa do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DECTE), que atende aos princípios previstos na Constituição Federal⁶³, O Estatuto da Cidade⁶⁴ e o Plano Pluri Anual (PPA – 2004-2007)⁶⁵.

O centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (CEDES), juntamente com o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME), articula-se com instituições de ensino superior e sociedades científicas, grupos de pesquisa já consolidados⁶⁶, ou em consolidação⁶⁷, e pretende constituir um Sistema Federal de Informação e documentação esportiva, com vistas a democratizar o acesso às informações e documentos, bem como construir

⁶³ Art.217 e 218 que versam sobre o dever do estado em desenvolver práticas esportivas formais e não formais e de garantir e incentivar a produção do conhecimento científico, pesquisa e capacitação tecnológica, respectivamente.

⁶⁴ Lei nº 10257/01, Art. 43 inciso III – que garante a realização de conferências em níveis nacionais, estaduais, municipais sobre questões de interesses urbanos.

⁶⁵ Defende as políticas de esporte e lazer como questão de Estado, além de apontar para um conceito de gestão pública democrática, transparente, participativa, com controle social e atendimento à demanda dos cidadãos.

⁶⁶ Requisitos Cadastro no CNPq há mais de cinco anos; no mínimo cinco professores pesquisadores, sendo três doutores; produção científica compatível com o tempo de criação do grupo; produção científica de cada pesquisador com o tempo de titulação; ter tido aprovado e realizado, nos três últimos anos, no mínimo, dois projetos de pesquisa financiados por reconhecidas agências nacionais de fomento. Financiamentos internos à instituição de origem do grupo não eram considerados; possuir no grupo alunos com bolsa de iniciação científica ou PET; ter, pelo menos, 30% de seus membros envolvidos com programas de pós-graduação e comprovada orientação de dissertações e teses; ter participado, com apresentação de trabalho realizado pelo grupo nos últimos cinco anos, em pelo menos um evento internacional.

⁶⁷ Refere-se aos grupos que não preenchiam ou preenchiam parcialmente os critérios estabelecidos para grupos consolidados já mencionados.

diretrizes para uma política nacional de informação e documentação em Ciências do Esporte.

No Brasil, em 2009, a rede CEDES alcança 22 núcleos, com 20 projetos⁶⁸, estando presente em 9 estados da federação, mais o Distrito Federal, notadamente estados localizados nas regiões Sul e Sudeste - portanto, ausente em 16 estados situados, sobretudo na região Norte do país, e timidamente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. O site também apresenta dificuldades na divulgação dos projetos em andamento, na medida em que não os veicula⁶⁹.

Essa distorção, a princípio geográfica, faz jus aos estudos de FIALHO (2009), quando analisa criticamente a desigualdade na produção científica das universidades no território brasileiro e estabelece relações diretas com os conceitos de espaço/território, como preponderantes para a explicação das desigualdades.

Constatai a mesma lógica presente na produção científica do PELC, na medida em que há concentração de convênios da rede no Centro e Sul do país, em detrimento do Norte e do Nordeste. Isso reverbera como efeito cascata na realidade social, sofismando o alcance das populações ao seu propósito de ser um direito de todos.

Em última análise, reverbera na política de formação do programa. Dos 77 formadores oficiais do PELC, 50 estão concentrados no eixo Centro, Sul e Sudeste do país, enquanto apenas 27 encontram-se no Norte e no Nordeste do Brasil. Considerando que as necessidades mais significativas de políticas públicas sociais devam atender a todos, mas priorizar os mais desfavorecidos socioeconomicamente, como inclusive está previsto no PELC, é nos estados do Norte e do Nordeste que se encontra a maioria desses brasileiros, contrastando com o número de formadores e com o número de convênios da rede CEDES. As ações dos formadores são refletidas nessa tensão.

Buscando verificar o que se tem pesquisado na rede CEDES, constatai algumas contradições:

68 Acesso ao site oficial do M.E em 06.04.09 às 22:30

69 O site informa a existência de 20 projetos, mas divulga 21. E dos 22 núcleos, 12 não divulgam ou não estão produzindo pesquisa. O curioso é o alto número de núcleos CEDES sem produção ou divulgação de produção.

- Existem núcleos estabelecidos, mas sem pesquisas em andamentos ou não divulgadas⁷⁰;
- O foco de pesquisas, cujas características associam-se a outras secretarias, e, portanto, está distante à primeira vista da rede CEDES - nesse sentido me chamaram a atenção títulos de projetos como: Um Olhar sobre o Segundo Tempo em Rio Grande, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRG; Programa Segundo Tempo na Cidade de Pelotas; e Prevalências e Fatores Associados à Baixa Atividade Física em Adultos de Pelotas. Por um momento, parece que estes projetos deveriam estar vinculados às secretarias de Esporte Educacional e à Secretaria de Alto Rendimento, o que fere princípios da configuração da própria rede, que afirma ter “os estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais”, no campo da gestão política pública, esporte recreativo e lazer.

Aqui, cabe a discussão sobre dois aspectos: o primeiro diz respeito ao financiamento das pesquisas e o segundo é sobre a relação entre a Rede CEDES e as instituições de ensino superior, institutos e associações científicas.

Sobre o financiamento há clareza de que a Secretaria Nacional dispõe de poucos recursos, e no caso de financiamento de pesquisas nas quais os títulos sugerem interesses mais próximos dos de outras secretarias e indícios de sobreposição custeado pela SNDEL. Para se ter idéia do abismo de investimentos que separam a Rede CEDES de outras de fomento à pesquisa, como FINATEC⁷¹, destaco fala da Professora Dra. Dulce Suassuna⁷² durante realização da 60ª Reunião Anual da SBPC⁷³, com a mesa redonda de tema: Esporte Nacional - O desafio científico e tecnológico. A professora argumenta:

Sobre recursos financeiros, como pesquisadora quero lançar mão deste debate, porque eu estava numa reunião com gestores de projetos de pesquisa dentro da Universidade de Brasília e uma professora pesquisadora, coordenadora de um projeto de farmácia, questionando a posição da FINATEC – gestora atual dos recursos -, dizendo que tinha Hum milhão e meio de Reais para a pesquisa e que a FINATEC deveria

⁷⁰ No Sul: Rede CEDES/RS, CEDES/Pel, CEDES/UFSM; No Sudeste:CEDES/IMEP,CEDES/RJ, CEDES/UFU e CEDES/UF; Nordeste: CEDES/PE, UFPE,CEDES/CEFET/RN e CEDES/MA; Na região Centro Oeste: CEDES/UNB

⁷¹ Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

⁷² Professora Doutora da UNB, atuando no Curso de Educação Física desta Universidade e coordenadora de Grupo de pesquisa vinculada à rede CEDES.

⁷³ Sociedade Brasileira pro progresso da Ciencia.

resolver logo seus problemas internos, para poder dar início ao trabalho dela. E aí fiquei me questionando: ...hum milhão e meio de reais, claro a pesquisa dela era na área de farmácia, enquanto a gente da rede CEDES e rede CENESP disputando bem menos recursos.

A fala questionadora e reivindicatória da professora ficou sem resposta objetiva por parte dos participantes da mesa de discussão, mas, além de ratificar a desigualdade de investimento a partir da área de concentração de estudo (que a rede CEDES, que em princípio seria a principal fomentadora da formação na política pública em questão, não consegue atender à demanda nacional), ratifica a desigualdade no incentivo à produção de conhecimento no território nacional, como alertado por FIALHO (2009)

Investimento em pesquisa requer tempo de maturação do grupo com a temática, requer compromisso com o que faz e requer infra-estrutura econômica para a produção de conhecimento. Na configuração do PELC é ainda um aspecto muito questionável, que guarda nas entrelinhas as relações de embates políticos no sentido de ser possível financiar pesquisas cujas temáticas aproximam-se de outras secretarias e que não atendem aos requisitos para a produção que a rede CEDES exige - bem, coloca os pesquisadores e grupos de pesquisas em condições precárias de produção de conhecimento, justamente por não ser, na prática, prioridade ministerial.

Estas reflexões articulam a segunda discussão sobre a relação da rede de pesquisas nas condições de indução e semi-indução. Isso significa dizer que a autonomia das universidades é ferida? O site do Ministério propaga a demanda das pesquisas de títulos questionáveis - são frutos da anuência irrestrita da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL)?

Do meu ponto de vista, e tomando os estudos de FIALHO(2009), isso traduz interesses difusos e bem delimitados, no que se refere ao papel do financiamento de pesquisa e ao retorno que estas devem garantir ao órgão financiador, ao mesmo tempo é interessante perceber numa política pública a preocupação com produção de conhecimentos capazes de dialogar com a realidade objetiva, sistematizar as experiências e apresentar sínteses críticas para ampliação da própria política pública - esta não se dá de forma neutra, pelo contrário, demarca posturas ideológicas.

O que, de um lado, aproxima ou afasta grupos e instituições, a depender de congruências ou incongruências de níveis de interesses com o projeto, por outro lado, coloca a proposta de emancipação humana na berlinda, justamente por demandar uma relação instrumental, de causa e efeito, correndo o risco de cristalizar valores na política pública, que concorram contra seus próprios princípios e pressupostos teóricos.

Acredito que a construção acontece tanto nos consensos como nas contradições. O espaço da rede CEDES deve priorizar o debate crítico sobre a política pública, sem indução temática unilateral, ou seja, do interesse do Ministério para os núcleos do PELC e, sim, numa relação mais dialética de acompanhamento crítico, a partir da realidade do impacto da política nos diversos segmentos, seja no campo da formação dos gestores, dos agentes sociais, no controle social ou no processo de autonomia dos sujeitos das comunidades. Verifiquei, como principais questões da rede CEDES:

- **A diminuta produção científica que trate da formação dos agentes sociais de esporte recreativo e de lazer.**

Se, por um lado, verificamos pesquisas desfocadas, por outro, há falta de pesquisas, cujos objetos são centrais para o desenvolvimento da política pública, como é o caso da formação. Nunca é demais lembrar que a formação dos agentes sociais de esporte e lazer é compreendida como prioridade na proposta do PELC.

- **A idéia de rede está presente nos documentos oficiais significa avanços na produção e circulação de conhecimentos, via grupos de pesquisa, entretanto, não circula por dentro da rede CEDES.**

O que pode ser comprovado tomando por base os estudos BONALUME⁷⁴ (2008), quando constata que na rede CEDES não foi possível ainda visualizar a organização da circulação das produções e informações, especialmente no interior da própria rede e dela para os programas sociais do Ministério do Esporte, ou seja, a informação, de certo modo, concede pistas para a questão da ausência de

⁷⁴ Atual Diretora do Departamento de Políticas Sociais de esporte e Lazer da SNDEL

veiculação dos resultados de pesquisas da Rede CEDES e, do mesmo modo, aponta uma lacuna importante, que precisa ser fechada, não somente no que tange à circulação dentro da rede, como, e sobretudo, a inter-relação com os programas sociais em vigor.

- **Não é visível relação direta entre a pesquisa na rede CEDES e a formação dos trabalhadores do lazer.**

O que é notório são os registros de experiências formativas de grupos e pesquisadores que respeitam os princípios do PELC e alteram metodologias, como visto nas experiências trazidas por Lazzaroti Filho e o grupo NECON – UNB.

Importante se faz, entretanto, o registro, que à revelia das dificuldades formativas é honroso, lícito e esperado, que os gestores do PELC, representantes de uma política setorial, demonstrem preocupação no sentido de identificar lacunas no programa, num exercício de autocritica como procedimento fundamental para a superação das mesmas⁷⁵. O que não significa dizer que estão livres das contradições que a todo instante põem em xeque atitudes, deliberações e encaminhamentos da SNDEL.

4.4 A ENTREVISTA

Antes de falar da técnica e sua aplicabilidade ao estudo, devo situar os motivos e os contextos que me conduziram à escolha da entrevista como instrumento de pesquisa. No início do mestrado intensifiquei os estudos sobre o programa PELC, buscando, como já dito, compreender a política setorial de esporte e lazer, bem como entender sua reverberação na ação dos formadores dos trabalhadores do lazer.

O ano era 2007 e na Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer fazia pouco mais de um ano do afastamento do então Secretário da

⁷⁵ Um exemplo é a socialização de sínteses de experiências nos mais variados setores da política em estudo através do livro: *Brincar, Jogar, Viver – Lazer e Intersetorialidade com o PELC*. Ver referências bibliográficas.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, o professor Lino Castellani Filho (2003-2006) e da assunção ao cargo da professora Rejane Penna Rodrigues em 2006. Estes dois personagens são os principais responsáveis pela implantação e implementação da política pública em foco.

Para reunir as informações fundamentais relativas ao programa em estudo optei por aprofundar o dialogo com os dois principais protagonistas dessa política. Daí a entrevista como caminho mais pertinentes para levantar as informações.

Os momentos das interlocuções foram bem distintos e corresponderam também a contextos díspares. Assim, a entrevista realizada com o primeiro Secretário, Lino Castellani, deu-se ainda no ano de 2007, por ocasião do XV COMBRACE (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte) e II CONICE (Congresso Internacional de Ciências do Esporte⁷⁶). Já a segunda entrevista, com a atual gestora do PELC, a professora Rejane Penna Rodrigues, aconteceu no dia 25 de maio de 2009, por e-mail, após inúmeras tentativas de agendamento.

A estratégia de acesso aos gestores e formadores do PELC foi através da participação em eventos nacionais e regionais promovidos pela SNDEL⁷⁷. Foi assim que apliquei o questionário e era assim que vislumbrava a entrevista com a Secretária. Mas, diante da realidade objetiva houve alterações na técnica usada de coleta de dados, entretanto, na medida do possível, busquei manter o fio condutor e o roteiro básico

Posto isso, a orientação teórica para a escolha da técnica baseou-se nos estudos de TRIVIÑOS (1987 e 1999) e MOLINA NETO (org.1999), GIL (2008), YIN (2005), SEVERINO (2008). A respeito da entrevista como técnica, Yin (2005) reconhece considera ser fundamental na metodologia de estudo de caso, por permitir uma linha investigatória autônoma e ao mesmo tempo comprometida com formulações éticas que atendem às necessidades da linha de investigação traçada.

Outro motivo da utilização da técnica é sua presença nas ciências sociais que tratam de problemas humanos, não só para a coleta de dados como também para diagnosticar uma realidade e orientar a interpretação dos mesmos. Na visão de GIL(2008, p. 119), “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e

⁷⁶ Um evento científico de envergadura internacional no campo da Educação Física e Ciências do Esporte, realizado em Recife-PE, mais precisamente no dia 20 de setembro de 2007.

⁷⁷ Participei da 2ª Reunião Nacional de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, realizada em Brasília- DF no período de 07 a 10 de novembro de 2007; da Reunião de Formadores, Gestores e Agentes Sociais da Região Nordeste, realizada em Natal-RN, no período de 20 a 24 de outubro de 2008; e da Reunião de Formadores, Gestores e Agentes Sociais da Região Sudoeste, realizada em Niterói-RJ, em novembro de 2008.

lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação Essa foi a orientação principal notadamente para a entrevista com o prof. Lino Castellani Filho.

Sobre as vantagens de utilização da técnica, GIL (2008, p.110) destaca que a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas, oportunizando uma interação entre pesquisador e informante.

Enquanto MOLINA NETO e TRIVIÑOS (1999, p.77) destacam a responsabilidade de o “investigador explicar o propósito da pesquisa e, com isso, criar uma atmosfera agradável, favorecendo a confiabilidade das informações recolhidas”. As vantagens e características foram respeitadas por mim, na medida em que procedi tanto no sentido de explicitar que a utilização do conteúdo seria exclusivamente com fins acadêmicos, quanto no cuidado com a transcrição, evitando interpretações particulares e só usando o conteúdo depois da correção pelo entrevistado e seu aceno para utilização.

De certa forma, esse procedimento também foi garantido no diálogo com a Secretária e a intenção de uso. Esse procedimento permite-me identificar os entrevistados, considerando que respondem por uma política pública e que, portanto, terão preservadas suas integridades profissionais, apesar de, concordando com SEVERINO (2008), na condição de pesquisador, visar apreender o que os sujeitos da pesquisa pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

Diante do entrave no uso da técnica em procedimentos diferentes na realização das entrevistas, recuperei em (RUBIN & RUBIN, 1995 Apud YIN, 2005, p.116) a noção de fluidez permitida no Estudo de Casos, que a despeito da consistência da investigação, contempla lugar para o fluxo real de maneira tal a garantir a linha de investigação, atentando para os limites que considero éticos. Assim, fortaleci o procedimento, reforçado por Severino (2008, p.125), que classifica o tipo de entrevista como estruturada:

São aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretas, obtém, no universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

No caso da entrevista com a Secretária, apesar de reconhecer certa impessoalidade na forma, tenho convicção de que no conteúdo garanti os elementos que atendem ao instrumento usado.

Quanto à entrevista com o ex-Secretário, mantive um contato direto, garantindo o que MOLINA NETO e TRIVIÑOS (1999) definem como significado da palavra “entrevista”: encontro combinado, marcado entre pessoas, para ocorrer em lugar previamente determinado. Contudo, é importante esclarecer que a entrevista, como instrumento de coleta de dados, tem variações diversas na literatura. YIN (2008) classifica quanto à forma em:

QUADRO IX – CLASSIFICAÇÃO DA ENTREVISTA QUANTO A FORMA

Forma	Descrição
Espontânea	Forma que favorece a participação ativa do entrevistado no sentido de, além de fornecer ao pesquisador percepções e interpretações sob um assunto, pode também sugerir outras pessoas para serem entrevistadas e outras fontes de evidência.
Focada:	Forma mantém o caráter informal da espontânea, mas segue um certo conjunto de perguntas que se originam do protocolo de Estudo de Caso.
Levantamento Formal	Levantamento com o fim de produzir dados, como parte das evidências do Estudo de Caso.

Já para a secretária tomei as recomendações de TRIVIÑOS (1987) que classifica a entrevista em:

Forma	Descrição
Entrevista Estruturada	Quando o investigador segue a ordem estabelecida das perguntas e um conjunto específico de procedimentos
Entrevista Livre ou Aberta	Quando permite a realização de explorações e persegue pistas na tentativa de obter maior profundidade de informação

Entrevista Livre ou Aberta	<ul style="list-style-type: none"> • A Entrevista Livre ou Aberta Entrevista Semi-estruturada: Ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.
----------------------------------	--

Considerando as aproximações entre as definições, este estudo centra-se num recorte de entrevista do tipo semi-estruturada, porque, além do descrito acima, tem como característica o fato de partir de questões básicas e avançar em novas direções à medida que são recebidas as respostas do informante. A rigor, interessou-me a escuta aos gestores, pois era preciso ouvir o que pensavam para além do que estava grafado nos documentos oficiais. Basicamente as questões investiam em saber mais sobre a estrutura e funcionamento do programa, os critérios de convocação dos formadores para atuar no programa, a articulação com a rede CEDES, bem como sobre o referencial teórico-metodológico do PELC.

4.4.1 ENTRE(VISTAS) COM OS GESTORES DO PELC

As entrevistas buscaram aprofundar os caminhos teórico-metodológicos do programa. Como já anunciei foram ouvidos o secretário que implantou e a secretária que implementou o PELC. A primeira questão levantada foi em relação a concepção sobre o programa. Respondendo a essa questão a secretária afirma que o PELC “representa um conjunto de ações que têm lugar como política inovadora de inclusão social”. O primeiro Secretário, a esse respeito, diz ser: “uma ação de governo tem que ser, no meu modo de ver, uma ação indutora, principalmente de um governo que se construiu a partir da lógica da mudança, a mudança não cai do céu, a mudança tem que ser induzida”.

A partir destas falas sobre a referencia teorica do PELC, é possível destacar como compreensão conceitual de Política Pública Social, que para os gestores trata-se de uma ação indutora, com vistas a mudanças e destino à inclusão social, portanto demonstra fruto de um projeto governamental , posto, como sugere Durlin (2008, p.88),

apoiada em Bianchetti (2005): “são estratégias promovidas a partir do nível público com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social” - que pode ser ratificado na fala da Secretária quando afirma:

A relevância social do programa, no sentido amplo, envolvendo todas as suas ações, está no fato dele ser disseminar uma política de esporte e lazer, que pode ser desenvolvida nos diversos municípios brasileiros, beneficiando a toda a população.

Enquanto o ex-Secretário afirma que

[...] uma política indutora tem que estabelecer parâmetros indutores, diretrizes dessa indução, e a partir dessas diretrizes e desses princípios ampliar a possibilidade de uma participação protagônica da comunidade na construção da ocupação desse espaço.

Aqui, num tempo de continuidade consensual de alastramento da Política Pública Social, a fala da secretaria indica ausência de construção conjunta com a comunidade no protagonismo, enquanto na visão do Secretário é parte constituinte do que considera política indutora.

Em seguida busquei saber as respectivas opiniões sobre a abrangência do programa em nível nacional como ponto de análise. Verifiquei que tanto a idéia de inclusão social, como a de protagonismo é tímida e termina por reproduzir uma lógica de concentração de direitos no eixo sul e sudeste, em detrimento do norte e nordeste, territórios nacionais que concentram as maiores mazelas sociais, carência de políticas públicas sociais, destoando inclusive da anunciada prioridade.

A atual gestora ao afirmar ter no eixo centro, sul e sudeste do país um total de 103 convênios vigentes em 2008, contra apenas 22 convênios no eixo norte e nordeste, revela o distanciamento de materialização da política de indução do programa em questão.

Essa afirmação difere do anunciado pelo ex-Secretário, que afirma que as escolhas de implantação dos núcleos tiveram que associar a indicadores técnicos, como o IDH, por exemplo, aqueles também vinculados à idéia de vulnerabilidade social, população em situação de risco social como aquele que prioritariamente justificar a nossa chegada. Política pública, como resultado de medição de forças antagônicas que reproduzem interesses diversos, demonstra o poder de barganha de sujeitos do centro-sul do país sobre a capacidade política do norte e nordeste, onde a falta de garantia dos

direitos constitucionais é historicamente a regra. No entanto, sem os dados oficiais da política de implantação do PELC é limitada a confirmação de tal propósito.

Sobre a questão orçamentária, a Secretária não faz nenhuma alusão. Destaca apenas o incremento orçamentário destinado à parceria com PRONASCI/PELC, como ação intersetorial e interministerial, quando fala das principais ações do PELC, já textualizadas neste trabalho. Já o ex-Secretário faz duras críticas à questão orçamentária em vários momentos da entrevista, como é possível verificar a seguir:

O orçamento do Ministério do Esporte foi de pequena ordem e a distribuição interna não se pautou por critérios técnicos [...] Os recursos que chegaram para o esporte e lazer foram mínimos, o que no meu modo de ver inibe até a possibilidade de dizermos que, pela ordem, digamos, de “escala” brasileira, tenha alcançado de fato a dimensão de política pública, para um país com a dimensão do nosso.

Essa limitação, já identificada nos documentos oficiais do próprio Ministério, é aqui ratificada pelo ex-Secretário, pondo em xeque todo o arcabouço teórico e metodológico do programa, uma vez que a ausência de recursos inibe as possibilidades de ação dos sujeitos da política pública - gestores, formadores e agentes sociais de esporte e lazer – e em última análise questiona a validade do status como política pública.

Nesse contexto, as ações intersetoriais e interministeriais são fundamentais para a sobrevivência da política, tanto os documentos oficiais como as falas dos gestores valorizam a necessidade de ações conjuntas, como pode-se perceber. A secretária destaca a “Ação vinculada ao Ministério da Justiça, com o destaque orçamentário ao Ministério do Esporte” Sobre o PELC/PRONASCI”. Enquanto que o ex-secretário diz que “não dá para falar em lazer sem falar em política de trabalho, política de saúde, política educacional, política de desenvolvimento social – responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social, que articulava os programas sociais do governo.”

Por outro lado, a entrevista revelou a dificuldade de compreensão e vontade política em articular ações capazes de garantir uma política pública ampliada e não setorializada. Como afirma o ex-secretário:

Eles vinham para a reunião, mas falavam: “Olha, isso não é prioridade na minha agenda, isso não está na minha agenda, não está pautado no meu Ministério. É bom que vocês chamem isso e assumam o protagonismo disso,

mas não esperem resposta imediata nossa, porque nós estamos envolvidos com outras questões, que para nós são questões prioritárias.

O fato é que a ação intersetorial em que o esporte e o lazer estivessem articuladamente presentes, desde o lançamento do programa em 2003, aconteceu na segunda gestão da política na parceria com o Ministério da Justiça. O que é muito pouco para a afirmação de intenção pública de inclusão e acessibilidade social. Dessa forma, recupero o que PINTO (2008) fala sobre o perfil das políticas públicas sociais de esporte e lazer, a partir dos anos 90, quando admite distanciamento entre as formulações legais e a realidade objetiva das políticas sociais de lazer, chamando a atenção para: a falta de uma estrutura que dinamize e dê base concreta para a população vivenciar o lazer.

4.4.2 A RESPEITO DO REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste tópico destaco as argumentações dos entrevistados a respeito da formação, dos formadores e da Rede CEDES com o arcabouço teórico-metodológico do PELC. No que se refere ao referencial teórico da formação a Secretária diz:

Consideramos o referencial teórico muito bom, nossa avaliação é de que este precisa estar sendo constantemente atualizado, e o temos feito, porém responde muito positivamente às diretrizes do programa”, “[...] porque os conceitos que embasam as ações foram construídos a partir de gestões de governos populares e democráticos

Já o ex-Secretário...

Isso, provavelmente, vai estar sendo mudado agora, nesse segundo mandato, por essa outra equipe que não tem o Fernando Mascarenhas na referência conceitual e sim o Marcelino, que tem uma visão mais “cesquiiana⁷⁸”, de ação comunitária. A Rejane teve, lá em Porto Alegre, o Marcelino como suporte teórico para sua ação.

Destaquei estas duas falas por compreender que neste estudo há um dissenso conceitual no que tange ao referencial teórico.

Ao refletir sobre as mudanças da equipe gestora SNDEL, os motivos se diferem. A declaração da gestora considera que foi:

⁷⁸ Refere-se ao modelo de esporte e lazer desenvolvido no SESC – Serviço Social do Comércio

Um momento de transição, quando saíram algumas pessoas de cargos da SNDEL para concorrer. O Ministro Agnello saiu, Orlando assumiu, como Ministro, e passei a fazer parte da equipe em função da experiência como gestora Municipal da Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre.

JÁ o ex-Secretário apresenta distintas avaliação sobre a sua relação com os ministros e com sua equipe:

Nós tivemos um primeiro ministro que na verdade entra com um projeto político particular, não do partido dele. E do começo ao fim da presença dele à frente do Ministério isso ficou muito claro, muito evidente, não vou nem me estender nisso agora”. [...]Já aquele que o substituiu continuou mantendo a lógica política, a lógica de privilegiar a base de sustentação política, mas numa perspectiva mais republicana e mais configurada dentro da lógica partidária maior. [...]E eu tive às vezes mais dificuldades de lidar com pessoas da minha equipe, que jamais se colocaram como membros da minha equipe – pareciam “5ª coluna”, pareciam pessoas que na verdade passavam o tempo todo num debate interno por espaço político – [...] É uma lógica concreta, estou aqui dizendo aquilo que de fato aconteceu e continua acontecendo

Nestas falas há consonância no aspecto da mudança, que inclusive pareceu ser favorável à gestão do Secretário, mas não resistiu aos embates internos, revelando elementos para além do narrado pela gestora atual. Essa situação reforça mais uma vez as entrelinhas da política pública no campo social (MONTAÑO, 2007)

Ao recuperar que a amplitude conceitual do programa concebe a idéia de estado como estado ampliado, importando da educação a concepção de currículo ampliado, propõe ao PELC, processo de formação em ambiente não-formal, uma formação ampliada traduzida na fala da Secretária, como “ uma ferramenta pedagógica que atua no sentido de disseminar uma política pública de esporte e lazer que pode ser desenvolvida nos diversos municípios brasileiros, beneficiando toda a população”

Enquanto que o ex- Secretário informa “a construção do entendimento de básico tinha que ser feita por aquelas pessoas que vivenciassem a realidade daquele lugar, portanto, a competência local é que deveria nortear a construção desse básico e a partir daí o estabelecimento destes módulos.”

A junção destas falas complementa o que infere GONH (2005, p.3):

A partir da definição de necessidades básicas da aprendizagem, vistas como “ferramentas essenciais para a aprendizagem” e de seus novos “conteúdos básicos”, abrangendo, além dos conteúdos teóricos e práticos, valores e atitudes para viver e sobreviver, e a desenvolver a capacidade humana, os

documentos da conferência ampliam o campo da educação para outras dimensões além da escola.

Isto denota aproximações com o campo teórico, que discute educação em espaço não escolar, e certa justeza da política pública proposta.

A rede CEDES é considerada como ação integrante do desenvolvimento da política pública social materializada através do PELC. A esse respeito a Secretária diz que:

[...] É na rede cedes que são desenvolvidos os conhecimentos utilizados nas formações do PELC, junto às entidades conveniadas, e retorna com as avaliações e demandas que estes trazem à coordenação do programa, nos encontros semestrais, ou seja, a proposta de formação foi elaborada e é atualizada em constante processo de ação-reflexão-ação

Tomando como base, no sítio virtual do Ministério do Esporte⁷⁹, as pesquisas desenvolvidas na rede CEDES, onde atestei a ausência completa de conhecimento produzido, no que diz respeito à formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, há evidências de informações desconstruídas entre o que prevê a política pública e o que se veicula como resultado. Outro fator interessante ainda sobre a questão da formação, é a burla registrada nas experiências desenvolvidas em parceria entre o PELC e a Rede CEDES, quando os sujeitos da formação admitem alterações em concepção e método, destoando das orientações gerais do anunciado sistema de formação de agentes sociais.

4.5 QUESTIONÁRIO: A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO

Após consulta e análise de documentos oficiais e acesso aos gestores do PELC, via entrevista, a possibilidade de garantir a participação dos formadores - sujeitos centrais do desenvolvimento da política pública social de representação do estado e informantes preciosos para a pesquisa - só foi possível através da utilização de questionário.

Pelo fato dos formadores serem de diferentes localidades do país, me desloquei para alguns eventos, como já sinalizado anteriormente e consegui aplicar o questionário, em caráter de testagem, no Encontro de Formadores e Agentes Sociais do PELC,

⁷⁹ www.esporte.org.br

realizado na cidade de Natal-RN, no período de 22 a 24 de outubro de 2008. Participaram da amostra os formadores presentes no encontro.

O procedimento foi realizado em uma das reuniões de formadores, junto à coordenação pedagógica do PELC, a dinâmica previu devolução do instrumento após 24 horas, porém, devido ao clima de tensão entre os próprios formadores do encontro, à demanda intensa da programação e à disposição dos informantes em participar da pesquisa, recebi parte dos questionários no prazo combinado e muitas promessas de participação num outro momento, por e-mail.

Diante da situação, e de posse do único questionário devolvido, fiz uma reavaliação de enunciados e alternativas, procedendo com alterações no documento. Um elemento da avaliação mostrou que minha postura contribuiu com o resultado daquela investida, concluí que precisava ser mais incisivo na abordagem e deveria criar mecanismos de acompanhamento mais rigorosos junto àqueles formadores que se dispusessem a participar da pesquisa.

Documento revisado, avaliação discutida com o orientador e banca de qualificação realizada, fui ao encontro de formadores e agentes sociais da região Sudeste, realizado em Niterói-RJ, de 04 a 07 de novembro de 2008, com duas estratégias postas que favoreciam o registro do olhar dos formadores sobre a política pública em foco e os desdobramentos das políticas em suas ações.

Uma estratégia foi a manutenção do questionário; e a outra, foi a possibilidade de entrevistar dois formadores por região, conforme aprovado na pré-banca. O encontro foi *sui generis* nessa questão, momento em que vivi maior tensão, como pesquisador, devido às dificuldades que encontrei para a realização do trabalho. Como determinado, adotei uma postura mais incisiva na abordagem junto aos formadores, avaliando que a melhor alternativa naquele contexto seria a entrevista, pois teria condições de um contato mais próximo com o informante. Desejava construir um ambiente favorável, para que aqueles interessados em participar pudessem ajudar na indicação de outros formadores. Entretanto, a dinâmica do evento e os contratemplos que foram regra da minha estadia no campo, garantiram parcialmente o alcance do objetivo, de modo que a quantidade de entrevistas concedidas não dava conta, numericamente e geograficamente, da estratégia traçada para a utilização do instrumento.

Voltei praticamente à estaca zero, convencido de que não seria possível mais a entrevista, nem via *skipe*, por ter agendado inúmeras vezes com alguns formadores, sem sucesso. Voltei a apostar no questionário, aproveitando, para isso, a ida de meu

orientador a Brasília - para participar do encontro nacional dos pesquisadores da Rede CEDES, realizado em fevereiro de 2009. Com sua concordância e o gozo de notoriedade nacional no campo da Educação Física, Política Pública de Esporte e Lazer no Brasil, finalmente consegui o registro da participação dos formadores.

Dos questionários distribuídos, participaram 24 formadores, num universo de 77 listados no site do Ministério. O questionário foi composto por dez questões mistas, ou seja, com questões abertas, questões fechadas e questões com desdobramentos, e a participação dos informantes na pesquisa ocorreu por adesão espontânea. A utilização do instrumento está fundamentada no que diz Gil (2008, p.121):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Neste estudo, o interesse no questionário foi o de saber o ponto de vista dos formadores a respeito da política pública social traduzida no Programa Esporte e Lazer da Cidade; o olhar crítico de quem está entre a política e os sujeitos da ação comunitária. Por conta disso é que Gil (2008, p.121) considera que as questões “consistem basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa”. Recorrendo aos objetivos, reitero minha busca, a de levantar informações e analisar a política setorial do PELC, bem como compreender a repercussão das políticas sociais de esporte e lazer na ação dos formadores do PELC.

Segundo GIL (2008) As vantagens em utilizar o questionário, como recurso técnico de coleta de informações, possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam distantes, numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio.

No caso da presente pesquisa, essa possibilidade de abrangência foi favorecida pelo fato de encontrar os formadores reunidos em atividade comum do Ministério do Esporte, o que evitou o envio pelo correio.

Além disso, ainda segundo o autor, a lida com a técnica não exige treinamento dos pesquisadores, garante o anonimato das respostas, permite que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais conveniente, não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

As características acima se enquadram quase que integralmente na experiência em curso, pois, apesar da imposição de um dado tempo para responder - o tempo de duração do próprio evento (três dias), que considero razoável para a participação dos formadores – foi possível garantir a opção de anonimato dos informantes, dispensando a presença do pesquisador para a efetivação das respostas.

Baseadas ainda em GIL (2008), as questões elaboradas foram de caráter aberto (por precisar de respostas autônomas dos informantes), mescladas com questões fechadas (por conta do intuito da pesquisa, de uniformizar respostas para algumas categorias-chaves) e ainda questões que reuniram o caráter aberto e fechado ao mesmo tempo, exigindo do informante declarações livres adicionais. De modo geral, a forma de exposição das questões pode ser avaliada como interessante, uma vez que os informantes não apresentaram dificuldades de compreensão, o que pôde ser verificado nas respostas contextualizadas e não evasivas.

Crizotti (2009, p.56) é quem chama a atenção para a necessidade de clareza nas questões - que não permitam dúvidas ao informante, sob pena de distorções a respeito do que se quer saber - bem como advoga a obrigação do pesquisador de saber exatamente sobre o objetivo de cada questão formulada, o que impõe uma estrutura lógica ao instrumento. A esse respeito ele diz:

Estrutura lógica: seja progressiva (parta do simples e vá para o complexo), seja preciso (uma questão por vez) e coerentemente articulado (as questões centrais ou “filtros” eliminem as questões derivadas), e que questões e subquestões componham um todo lógico e ordenado (unidade de partes), linguagem com palavras simples, usuais, exatas e facilmente inteligíveis, sem termos técnicos, especializados ou eruditos. O sentido preciso deve evitar ambigüidades, dúvidas ou incompreensões, recusas e “não sei”, e produzir respostas curtas, rápidas e objetivas.

No questionário elaborado para este estudo primei por uma estrutura que assegurasse, além da possibilidade de estabelecer o perfil dos formadores que optaram por participar da pesquisa, traçar um caminho, desde o conhecimento da política pública em forma da ação do PELC, passando pelo processo de reflexão crítica sobre a estrutura e funcionamento da política, à reflexão sobre o projeto do programa e suas ações como formadores.

As questões, portanto, foi cuidadosamente construída com o interesse de arguir fatos, desde questões objetivas de perfil até nível de compreensão da política pública social, a clareza acerca do papel do formador no contexto da política, suas aspirações,

nível de participação na construção da política, crenças e críticas ao conjunto materializador das ações previstas no Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Essa perspectiva de construção das questões tem referências em GIL (2008), que ao discutir questionário, como instrumento de coleta de dados, destaca a necessidade do conteúdo das questões considerarem fatos, atitudes e crenças, comportamentos, sentimentos, padrões de ação e razões conscientes. A partir dessa lógica, as questões apresentam um padrão que valoriza, tanto o conhecimento inicial sobre a política e o nível de participação dos informantes quanto o que pensam sobre elas. Esse processo é intitulado por GIL (2008:127) como “técnica do funil”, ou seja, técnica que parte de dados e informações gerais e afunila para as questões centrais da pesquisa.

4.5.1 A PALAVRA DOS FORMADORES SOBRE O PELC

Ao socializar os dados do questionário, como terceira fonte de evidências para essa pesquisa, inicio apresentando o perfil dos informantes. Na primeira questão, trato de idade, gênero, formação acadêmica inicial e grau de titulação. Sobre a idade, 20 pessoas responderam, configurando o seguinte quadro: 4 pessoas de 25 a 35 anos, perfazendo um total de 20%; 11 pessoas de 36 a 45 anos, o que expressa uma parcela de 55%; e 5 pessoas de 46 a 55 anos, contabilizando 25%. Houve uma maioria de pessoas do sexo masculino, num total de 17, perfazendo 70,8%, enquanto as mulheres somaram 7 pessoas, compondo um total de 29,2%. Quando verificada a formação inicial, praticamente temos 100% dos informantes oriundos da Educação Física. Foram 22 pessoas com formação inicial exclusiva na Educação Física, correspondendo a 91,6%, e apenas 2 pessoas com formação inicial em outra área, além da Educação Física, ou seja, aproximadamente 8,4% dos informantes. Quanto ao nível de formação, foram: 7 especialistas, 29,1%; 14 mestres, o que equivale a 58,3% e 3 doutores, o que significa um total de 12,6%.

Estes dados demonstram que há no PELC uma concentração de formadores no campo da Educação Física, em detrimento de formadores que lidam com a cultura e o lazer, mas são oriundos de outras áreas, o que poderia potencializar a ação dos formadores e da própria política social, com sujeitos de diferentes formações e com maiores possibilidades de diálogos com outras expressões da cultura como teatro,

cinema, dança, arte circense etc. Na verdade está praticamente reduzida ao campo da educação física.

Por outro lado, os dados também apontam para um perfil de formadores com maturidade acadêmica e experiência profissional, o que em grande medida potencializa a ação do sujeito sobre a realidade objetiva.

A segunda questão foi aberta e buscou verificar as motivações que conduziram os formadores a se interessarem pela participação no PELC. Como toda questão aberta, as respostas foram bastante variadas e tiveram de ser agrupadas por ocorrências. São trazidas com destaque as mais frequentes. Em primeiro lugar, apareceu “o desejo de contribuir com as políticas públicas de esporte e lazer”, com 14 citações; em segundo lugar, com 5 citações, veio “o envolvimento acadêmico com o tema do esporte e lazer”, seguido de perto pelas argumentações de “identificação com os princípios do PELC” e “ações para inclusão social”, cada uma com 3 citações, acompanhadas por outras que foram citadas duas ou uma única vez, como: “contribuir com o projeto de educação para emancipação”; “contribuir com a democratização do esporte e do lazer”; “superação das desigualdades”, “trabalho coletivo” e até “por ser membro da SNDEL”.

Nota-se que os informantes, ao fundamentarem sobre o ingresso no programa, demonstram afinidade com os princípios anunciados pela política pública em foco e, em se considerando à formação e experiência configura-se como um aspecto importante para o desenvolvimento da mesma.

A questão de número três visou averiguar como os formadores tomaram conhecimento do processo seletivo do PELC. As respostas indicam que a maioria tomou conhecimento por via eletrônica, mais especificamente pelo site: foram 8 informantes que souberam nessa condição, totalizando 33,3%; seguido de “informações passadas por amigos”, sobretudo de grupos de estudos - foram 5 pessoas, 20,8%; 4 pessoas responderam que tomaram conhecimento via edital, esse número corresponde a 16,6%; “informados por integrantes da SNDEL”, foram 3 pessoas, total de 12,5% ; outras 3, por funcionários do Ministério do Esporte, sem especificar qual setor; e 2 informantes afirmaram terem sido convidados pela SNDEL, o que representa 8,3% do total de declarante.

Como sabido, a partir de 2007 houve uma mudança no processo de seleção de formadores do PELC - até aquele ano as pessoas eram convidadas por aproximação histórica com a proposta e com a temática. Passou-se então para o critério seletivo via

edital, o que não resolveu a questão dos convites, como sugerem as respostas de dois informantes. No entanto, deu um passo importante no trato da coisa pública.

A questão “quatro” traz duas subquestões, cujo objetivo foi mensurar o nível de participação dos formadores nos encontros promovidos pela SNDEL, seus pareceres e a quantidade de experiências na formação dos trabalhadores do lazer que esses formadores acumulam pelo PELC. As respostas foram as seguintes: quanto ao número de participação nas reuniões de formadores, todos os 24 informantes afirmaram ter participado, totalizando um percentual de 100%, sendo que: 4 pessoas participaram de 3 encontros, o que corresponde a 16,6 %; 3 pessoas afirmaram ter participado de pelo menos 10 encontros, total de 12,5%; 2 pessoas participaram de 4 encontros, total de 8,3%; 7 pessoas participaram de 1 encontro, correspondendo a 29,1%; e 8 pessoas participaram de 2 encontros, 33.3%.

Esses dados são conflituosos na medida em que demonstram claramente distorções no número de participação dos formadores no encontro, que tem como objetivo, segundo a gestão atual, ser um espaço de socialização, discussão e encaminhamento das ações que orientam o programa e a formação dos agentes sociais de esporte e lazer. Enquanto há formadores assíduos nos encontros, existem outros, compondo uma maioria, que sugerem participação diminuta.

Um outro fato relevante ao analisar esses dados é que durante o diálogo com formadores no processo de investigação, eles afirmavam que os custos de transporte e hospedagem para a participação das reuniões ficam a cargo do Ministério do Esporte.

Em contrapartida, não recebem especificamente para participar das reuniões, considerando que uma política pública que se pretende atualizada e constantemente avaliada, como anuncia a gestão, deve prescindir de encontros sistemáticos dos sujeitos estrategicamente pensados como elo entre o estado e a sociedade civil - os dados demonstram indícios de não ser, até aqui, o caso do PELC.

Averiguada, ainda nesta questão, a adjetivação atribuída pelos formadores aos encontros dos quais participam, percebi uma variedade muito grande de opiniões, a ponto de apenas serem repetidas por duas vezes as expressões “formação”, “informação” e “reflexão”. Foi possível verificar avaliações positivas dos encontros, expressas em palavras e expressões como: compromisso, alinhamento, discussões sobre concepções, socialização dos formadores, troca de experiências e diversidade.

Por outro lado, registraram-se também expressões que refletem críticas negativas aos encontros, como por exemplo: planejamento não-participativo, desmobilizador,

pouco produtivo, desfocado, frustração, repetitivo, inconsistente e falta de direcionamento. Constatei ainda expressões dúbias, como “divergência” e “conflituoso”, que não necessariamente expressam uma deficiência ou uma qualidade do encontro.

As respostas justificam-se na medida em que relacionadas à disparidade na participação nos encontros - não poderiam apontar para outro cenário que não o de extrema dificuldade na condução da política pública social. Apesar de compreender que olhares diferentes são salutares para uma política social, é nesse contexto indicio de descompasso na construção e entendimento da mesma, sobretudo nesse caso, em que teoricamente encontram-se os intelectuais do campo do esporte recreativo e do lazer do Brasil, para pensar e organizar o processo de disseminação da política.

A problemática interna no conjunto de participação dos encontros de formadores, produz representações que certamente manifestam-se também no momento de efetivamente atuarem na formação em campo, junto aos agentes sociais. Segundo os formadores participantes da pesquisa, 3 afirmaram não ter coordenado nenhuma formação, o que representa 12,5% do total; 5 formadores coordenaram uma formação, cerca de 20,8% do total; 2 formadores coordenaram duas formações, ou seja 8,3%; 3 formadores coordenaram três formações, 12,5%; entre quatro e oito formações registrou-se a experiência de 1 formador, o que equivale a 4,1% do total de formadores; 6 formadores alegaram ter participado de dez coordenações de formação, perfazendo um total de 25%, e 1 formador participou de 17 coordenações de formação.

Esse quadro sugere reinterpretar o que BONETI (2006) chama a atenção, quando afirma que as políticas públicas são configurações complexas de interesses externos e também nacionais. Os dados acima corroboram para a necessária reformulação do processo de seleção dos formadores, que se põe como público, mas por dentro apresenta um quadro de hipervalorização e recrutamento de uns, em detrimento de outros formadores, o que abre margem para interpretações como a do participante de questionário de número 9 que diz: Crítico a falta de critério e a concentração de formação de alguns “privilegiados”; ou do questionário 19 “Antes do processo seletivo 3, após o processo nenhuma”- denotando a correlação de forças que se impõem ao legalismo teórico do programa.

Um dado adicional que ratifica a necessidade de revisão da seleção de formadores, de modo a permitir que todos possam (na representação do estado) atuar efetivamente na política pública, é o numero de núcleos existentes no país e sua

dimensão geográfica. Some-se a isso ainda o fato de que os núcleos, a princípio, sequer conhecem os formadores, considerando a informação oficial de que só há uma lista com os nomes dos formadores à disposição.

Preocupado com a opinião dos informantes sobre o espaço territorial que defendem para atuação dos formadores, eles responderam na questão cinco: “apenas no estado em que está credenciado” - foi a opinião de 2 informantes, um total de 8,3%; já para 9 informantes “deveria ser na região onde está credenciado”, perfazendo um total de 37,5%; enquanto 12 formadores defenderam a atuação em todo o território nacional.

A questão solicita ainda justificativa para a resposta. Os que defenderam a estadualização da atuação justificaram sua posição com a necessidade de amadurecimento do programa e com motivos econômicos relacionados ao tempo e às despesas; os que defenderam a regionalização da atuação fundamentaram-se, em sua maioria, no conhecimento sobre a região, com quatro opiniões: Democratização da participação dos formadores, custo, deslocamento e, por fim, o número de formadores por região. Os formadores que defenderam a nacionalização da atuação justificaram-na com “a troca de conhecimento e diversidade” - cinco citações; “a unidade do programa” - três citações - e “autonomia dos gestores para escolher os formadores com um parecer favorável”.

Uma maneira apontada de democratização da participação dos formadores pode ser ilustrada pelos registros dos questionários 7 e 18. Dizem eles respectivamente: “... trabalhamos coletivamente na formação. [...]somos mais de 10” e [...] coordenamos, planejamos e trabalhamos juntos, cerca de 20 formadores.”

A partir dos dados é fundamental pensar na relação da atuação, considerando a preocupação com a democratização dos formadores e o maior nível de informação sobre os formadores para os gestores dos núcleos PELC; considerar também a questão dos custos, uma vez que o programa como um todo sofre de fragilidade orçamentária.

Nas sexta, sétima e oitava questões foquei a atenção sobre o suporte teórico e metodológico do programa, sendo a sétima e oitava questões passíveis de desdobramento, a depender da resposta do formador. Na sexta questão foi perguntado sobre o nível de conhecimento dos pressupostos teórico-metodológicos do PELC: 23 formadores responderam conhecer completamente, perfazendo um total de 95,8%; 1 formador admitiu não conhecer, 4,2%; e ninguém afirmou conhecer parcialmente o programa.

Esse dado reforça a princípio que os formadores sentem-se preparados para atuar na formação, por compreenderem em sua maioria os pressupostos que orientam a implementação da política por via da formação.

Perguntados, na questão sete, se nos encontros de formadores são discutidos os pressupostos teórico-metodológicos, 19 formadores afirmaram que sim, o que dá um total de 79,1%, enquanto 4 formadores alegaram não se discutir, representando 16,6%, e 1 formador não opinou, num total de 4,3%. Ao justificarem que se discute, disseram: 1) Relato e discussão de experiências - seis citações; 2) Discute-se, mas falta aprofundamento - citado por seis formadores; 3) Alinhamento dos procedimentos de trabalho - duas citações; 4) Visão de Marcelino como hegemônica - uma citação. Já entre os que afirmaram não haver discussão sobre os referenciais teórico-metodológicos, três disseram que há uma repetição e citação de conceitos. “Não há aprofundamento” foi a opinião de 2 formadores, enquanto para dois outros formadores a proposta é tecnicista e não permite avançar no trabalho coletivo.

Ao olhar os resultados dessa questão, verifiquei que nas respostas afirmativas não há destaque para “aprofundamento da discussão”. Há sim um esforço em assegurar um determinado alinhamento de procedimentos e ações, conteúdos de dimensão mais técnica do que teórica, inclusive na discussão da própria referência teórica atual.

De posse da opinião dos formadores a respeito do referencial teórico, parti para saber o nível de identificação que têm com os mesmos. A primeira parte da oitava pergunta assegura que: 66,6% identificam-se completamente, num total de 16 formadores, enquanto 4 formadores - 20,8% - declararam identificação parcial e 3 formadores, um total de 12,6%, afirmaram não ter identidade com os referenciais teórico-metodológicos do programa.

É notório tratar-se de uma política pública social, na qual os sujeitos responsáveis pela formação dos agentes sociais sentem-se integrados e identificados com os pressupostos teóricos, reconhecendo-os como pertinentes para suas intervenções, mesmo considerando que a afirmativa tem como limite a falta de aprofundamento de discussão.

Na segunda parte da oitava questão, solicitei que fossem citadas três referências teóricas que julgassem principais para sua prática pedagógica como formadores do PELC. Por ordem de frequência citaram: Nelson Carvalho Marcellino, com 10 citações; seguido por Paulo Freire, com 9 citações; Fernando Mascarenhas, com 7 citações;

Victor Melo, com 4 citações; Dermeval Saviane, com 3 citações, e ainda a educação popular, com 4 citações.

O que é possível analisar nessa questão é que a política pública em foco tem, na visão dos formadores, influência direta de autores do campo da educação. Em Dermeval Saviane e em Paulo Freire aproximações com a cultura popular. No campo do lazer os principais teóricos reconhecidos pelos formadores são Nelson Carvalho Marcellino, Fernando Mascarenhas e Victor Melo.

A partir desta constatação é possível afirmar que há um alinhamento entre a percepção dos formadores e os referenciais teóricos do PELC, que se anuncia crítico, reflexivo e a serviço da emancipação humana - assim reconheço os trabalhos de Paulo Freire e Dermeval Saviane. Bem como no ambiente mais restrito do lazer, as contribuições de Fernando Mascarenhas, Victor Melo e o Nelson Carvalho Marcellino, até porque todos participam da história do PELC como formador. Óbvio que as diferenças conceituais existem entre eles, mas há certa aproximação das bandeiras da democracia, da participação popular, em suas trajetórias.

Na nona questão busquei saber de críticas possíveis de serem atribuídas à política pública social materializada na ação do PELC, com centralidade na formação dos trabalhadores em lazer, que é o carro-chefe da política estudada e uma ambição minha. A questão foi de múltiplas escolhas, garantindo possibilidades de registro para além das alternativas por mim disponibilizadas, com a alternativa “outras”.

Nessa questão houve anotações em quase todos os questionários, de três indicações críticas, conforme solicitado, registrando também questionários com uma, duas e até quatro marcações. Considerei, para fim de apresentação e análise, a frequência das indicações de aspectos críticos do programa.

A alternativa mais assinalada foi a que trata dos critérios usados para designar os formadores para os locais de formação: foram 19 citações - um número elevadíssimo, que manifesta a insatisfação dos formadores. Nota-se que, apesar da concordância acerca da possibilidade de atuação em todo território brasileiro e dos formadores sentirem-se prontos para atuar, os critérios definidos pela SNDEL não satisfazem objetivamente à maioria e têm incidência direta sobre a ação dos formadores - seja pela sensação de empregabilidade estável, para alguns, seja pela escassez de atuação de outros.

Por uma questão lógica há de se considerar que contentes e descontentes, ao atuarem levam consigo seus contentamentos e descontentamentos, e estes

inevitavelmente se fazem presentes na formação, pois têm papel desempenhado no universo de crenças sobre a própria política à qual estão vinculados.

O segundo aspecto mais criticado pelos formadores, com 9 citações, foi a estrutura modular de formação, sobretudo no que se refere ao tempo de cada módulo. Essa observação é de ordem metodológica. A estrutura modular, como sabido, prevê participações pontuais dos formadores, ao longo do tempo do convênio, com participação obrigatória apenas em dois dos três módulos.

Se considerado que o processo formativo em ambiente escolar pressupõe contato diário com os sujeitos da formação, e a educação formal como política pública atravessa décadas, há de se esperar que no campo não formal, dentro das comunidades, a lógica da formação seja estabelecida em outros patamares. Entretanto, estes prescindem de tempo de contato entre os formadores e as lideranças, aqui tratadas como Agentes Sociais de Esporte e Lazer. Assim, a questão do tempo é um aspecto limitante na ação dos formadores do PELC.

O terceiro aspecto mais anotado foi “a ausência de diálogo entre os formadores de diversas regiões”, com 8 sinalizações. Abordar essa questão requer a compreensão da difícil tarefa de promover diálogo entre sujeitos oriundos das mais diversas regiões de um território tão continental como é o Brasil - um dos fatores pode ser constatado em uma outra crítica, assinalada 5 vezes pelos formadores, que diz respeito à não prioridade da discussão sobre o processo de formação dos agentes sociais do PELC, ou seja, diante de dificuldades objetivas de reuniões mais frequentes entre os formadores, os encontros agendados pela SNDEL deveriam dar prioridade para a discussão da formação.

Isso concorre para a sensação de falta de um projeto nacional de formação que leve em conta a complexidade da cultural brasileira, aspecto citado 4 vezes. Esse quadro reforça a sensação de inaplicabilidade teórica, ante a realidade objetiva - citado 3 vezes - o que, somado às dificuldades já citadas, tem também como elemento ampliador da problemática dos critérios de seleção se constitui na rotatividade de agentes sociais.

Em tese os sujeitos da prática da política pública social, questão que extrapola o controle da própria política, sendo, aliás, um elemento estruturante desta. Estes registros foram feitos na alternativa “outras”, que também afirma que as reuniões de formadores não possibilitam mudanças.

Soma-se ainda às críticas anteriores o registro de insatisfação quanto ao acompanhamento dos trabalhos dos formadores - para 5 deles há deficiências nesse quesito, o que contrasta com o arcabouço teórico do programam que prevê relatórios de

formação, tanto por parte dos formadores quanto por parte dos gestores de núcleos do PELC.

Na décima e última questão, por considerar passível de discussão na política pública social do Ministério do Esporte como um todo, busquei saber o posicionamento dos formadores a respeito da viabilidade de edificação de um Sistema Único de formação de agentes sociais, que envolvesse duas secretarias deste ministério, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer / SNDEL e a Secretaria Nacional de Esporte Educacional/SNEE, cujos carros-chefe são os programas Esporte e Lazer da Cidade e o Segundo Tempo respectivamente.

Programas que em abrangência e perfil de público possuem interfaces e apontam para a ambição de formação de uma cidadania plena e emancipadora. O que na verdade queria saber era sobre a perspectiva de um horizonte capaz de capitanear ações integradas dentro de um ministério com identidade democrática e de participação popular, sobretudo quando a política de governo sinaliza para a necessidade de ações intersetoriais. A esse respeito, 4 formadores sinalizaram pela plena viabilidade, cerca de 16,6% do total, enquanto 15 formadores consideraram parcialmente viável, representando a opinião de 62,5% e 4 formadores consideraram inviável, cerca de 16,6% do total.

Claro que essa sondagem não implica em uma compreensão de facilidades na articulação de projetos diferentes, pelo contrario potencializa o campo de disputa com a convicção de que na conjuntura atual esses projetos e essas secretarias são, antes de aliadas, concorrentes da hegemonia ministerial. Por outro lado, os formadores sinalizaram favorável à possibilidades de diálogo entre os programas, as secretarias e as políticas públicas sociais setoriais do próprio Ministério do Esporte.

5. DESAFIOS POLITICOS E FORMAÇÃO PÚBLICA EM ESPORTE E LAZER

“[...] Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.” (FREIRE, 1987:30)

Ao concluir o texto retomo o pensamento freiriano para melhor compreender a relevância e valia das políticas públicas sociais, pois, via de regra, num estado de direito, materializa-se anseios coletivos na forma de lei, cujo alcance deve estar comprometido com o processo de inclusão, respeito aos direitos constitucionais e correção de distorções sociais historicamente construídas pelos conflitos de interesses, manifestos em correlações de forças muitas vezes antagônicas e que determinam a dinâmica de ser mais ou menos humano.

Trazer as reflexões finais desse processo de investigação impõe-me considerar que ao avaliar o Programa Esporte e Lazer da Cidade, concebendo-o como Política Pública Social Setorial, tenho a clareza de que em última análise as políticas públicas potencializam humanização e desumanização, como sugerem as reflexões Freirianas.

Assim, após intenso investimento para me aproximar dos meandros que constituem uma política pública, através principalmente da literatura, de buscar compreender a lógica da educação em ambientes não escolares - considerados como espaços não formais - e, sobretudo, despender esforços em compreender um programa com as características do PELC - analisando os documentos oficiais que os anunciam e os não oficiais pelas reflexões críticas sobre o programa - bem como ter tido acesso ao posicionamento oficial dos principais gestores do programa, pelas entrevistas, e estabelecido uma interlocução com os formadores, via questionário, constituí um quadro de indícios capaz de autorizar-me ao desafio de uma síntese-propositiva como pesquisador que viveu intensamente toda a formação no mestrado em Educação e Contemporaneidade.

Nessa perspectiva, recupero mais uma vez o problema da pesquisa que buscou entender *Como as políticas públicas sociais de esporte e lazer repercutem na ação dos formadores do PELC?* e, a partir da bibliografia estudada, dos dados

levantados e da análise feita, caminho para as sínteses acerca das políticas de formação na ambiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

A respeito da política setorial, os dados da pesquisa demonstram que é incontestável o avanço das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, representadas neste estudo pelo PELC, seja em nível de concepção de programa, seja em nível de conceito de esporte e lazer, seja em metodologia de implementação e formação do programa. Em concepção, detectei o reconhecimento do direito social ao esporte e lazer de forma que, em caráter inédito na história política brasileira, constituiu-se um ministério com vistas a fomentar políticas públicas sociais nessa direção, sem estar diretamente e subordinadamente atrelado a outros ministérios ou secretarias isoladas.

Considero, portanto, um redimensionamento político, sobretudo se comparado à história de políticas funcionalistas, comportamentalistas e positivistas evidenciadas na história das políticas públicas do Brasil, como trataram os teóricos no capítulo 2 desta dissertação. A proposta oficial defende uma percepção de política a partir de referenciais democráticos, de participação coletiva e controle público. O PELC, nesse sentido pertence a uma rede mais ampla da ação governamental, não se constituindo a priori como ação isolada.

No quesito “conceito” há um claro redimensionamento do entendimento do direito ao esporte e principalmente à inclusão do lazer como setor de possibilidades de emancipação humana. Assim, o esporte ganha status de elemento da cultura vinculado ao lazer, assumindo características predominantemente lúdicas e desinteressadas, rompendo com a tradição esportiva, fragorosamente reduzida ao futebol, à competição exacerbada e à disseminação dos valores do esporte de alto-rendimento. Já o lazer supera a dimensão do consumo econômico e manifesta-se como possibilidade de entretenimento lúdico, gratuito e assegurado pelas relações pertencentes a cada comunidade.

No âmbito da metodologia, a SNDEL responsável pela articulação que viabiliza a construção da política setorial, desde o lançamento do Programa, em 2003, vem buscando dar solidez à política através de ações como as duas conferências nacionais de esporte e lazer, os encontros nacionais e regionais de formadores com os gestores e agentes sociais, incentivo à produção científica, como o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social e o lançamento de livros com as produções da rede CEDES.

Por outro lado, ainda de posse das argumentações dispostas nos capítulos 2 e 3, constatei que o PELC guarda as contradições que denunciam dificuldades de compreensão para uma política de esporte e lazer com tais características, principalmente dentro da estrutura governamental, cujos indícios concentram-se nos desníveis de investimento econômico, para a ação em relação aos demais programas de outras secretarias do próprio Ministério do Esporte.

Os dados também revelaram uma outra dificuldade, qual seja, a de articulação PELC com outros programas do governo. A parceira PELC-PRONASCI se constitui em uma iniciativa importante, porem insuficiente para afirmar que se tem uma política intersetorial. Tal caminho para dar consequência a sua política de inclusão social e emancipação humana necessita de ações integradas e estratégias em rede de intervenção pública, ou seja, ações articuladas em todos os setores fundamentais para a vida em sociedade, política de educação, saúde, trabalho e renda, segurança, esporte e lazer, etc. de intervenção pública, ou seja, ações articuladas em todos os setores fundamentais

Quando é fato que as ações fragmentam-se em secretarias ou, no máximo, em um ministério, a perspectiva de totalidade é ferida de morte, na medida em que tende a ser falaciosa. O PELC nesse sentido revelou-se uma proposta bem intencionada e que sofre de isolamento na estrutura das políticas gerais do estado na atualidade, mas guarda uma grande potencialidade de política social.

Sobre a repercussão da política publica na ação dos formadores, relatei acima as investidas da SNDEL no processo de implementação e construção da política setorial, destacando algumas ações da Secretaria, as quais considero pertinentes, de aspirações também democráticas, dados os encaminhamentos resultantes desses encontros, com a criação de um Sistema de Formação de Agentes Sociais. Contudo é válido lembrar que as entrevistas e o questionário indicaram haver agrupamentos internos na estrutura da SNDEL, de grupos com interesses distintos, que em grande medida impactam no processo de condução da própria política, refletindo nas ações dos formadores.

A princípio não há nenhuma novidade na constituição de grupos heterogêneos é, ao contrário, salutar na gestão pública. Entretanto, a heterogenia não combina com bairrismos, protecionismo e subordinação de interesses privados aos interesses públicos. Assim, os dados levantados na pesquisa, localizo duas questões dignas de nota: o financeiro e o referencial teórico-metodológico.

Quanto a questão financeira, ela não pode ser entendida fora da crise econômica mundial e conseqüentemente do contingenciamento em que o governo e especificamente o ministério do esporte foi submetido. Contudo, tal contexto, restringiu a ampliação do programa e praticamente o inviabilizou como programa nacional.

Quanto aos referenciais teóricos e metodológicos, a pesquisa revelou que a estrutura modular é frágil, considerando que a dimensão continental do país não contribui, as possibilidades de acompanhamento dos formadores são precárias, inclusive pelo distanciamento físico concreto entre os locais de origem dos formadores e os núcleos.

Apesar da constatação de que a maioria dos formadores acumula um nível de experiência interessante, muitos são professores universitários vinculados a grupos de estudos sérios e reconhecidos no Brasil, com experiência na educação em espaços comunitários. As condições objetivas de firmar conhecimento são reduzidas na medida em que um processo de ensino e aprendizagem pressupõe um determinado tempo necessário para a aprendizagem e este varia muito não só de pessoa para pessoa como também de grupo para grupo. Se a educação em ambiente escolar tem dado mostras de ineficiência e o contato entre professores e aprendizes é constante, ao ampliar o grau de dificuldade no processo formativo de um programa que nem o PELC, que lida com a comunidade como ela efetivamente é, e numa relação muito diferente do contexto escolar, a presença, o acompanhamento de perto, é imprescindível.

Uma das alternativas para de diminuir o abismo entre o desejo e a materialidade da formação, talvez resida nas experiências de grupos de pesquisa que se constituem como parceiros da REDE CEDES e que têm formadores no quadro da SNDEL, pois esses demonstraram que numa ação mais coletiva de formadores, a segurança de avanço na disseminação do esporte e do lazer como conquista e direito histórico pode ser otimizada. A estrutura modular é apresentada, parecendo que foi implementada como possível, mas efetivamente não se mostra viável para os anseios de emancipação da própria política.

Foi verificado que em grande medida há um alinhamento quanto ao referencial teórico que orienta a prática pedagógica dos formadores e o próprio PELC, mesmo havendo choque teórico entre estudos e consultores, como ficou evidente nas informações colhidas no questionário.

A formação do grupo de formadores e dos referenciais também expressa repercussão na ação dos formadores. Assim, o esporte e o lazer são práticas sociais com amplo debate conceitual e experiencial em curso. Tal abrangência se levar em consideração outros referenciais teóricos e de outros educadores do lazer, potencializaria a formação e o próprio programa.

Outro aspecto relevante é a necessária reavaliação da participação dos educadores do lazer nos encontros de formação regionais ou nacionais. Baseando-me nas idas a campo que fiz, percebi que os educadores do lazer figuravam lugar secundário na construção dos encontros, até porque na maior parte do tempo estavam ali na busca de conhecer o programa, portanto, assumiam uma postura muito mais passiva do que crítica, concorrendo contra o protagonismo da educação popular.

Como esses encontros envolvem um volume de recursos financeiros significativos e o quadro é de contingenciamento, os próprios eventos assumiam em meu olhar uma dimensão mais política do que pedagógica.

O lamentável é que mesmo com todos os avanços a sociedade civil toma lugar de periférica na política, não participando objetivamente da construção dos pressupostos teóricos, metodológicos, mas, pelo contrário, assumindo lugar de reprodutora, executora distante das decisões, servindo como procedimentos garantidos para manutenção da lógica do “Fazer concretamente a política”. Sem o enfrentamento dessa questão, não acredito em transformação.

Ao lado das duas questões levantadas importa, inspirado nos estudos de LEIRO (2001⁸⁰), propor reflexões que contribuam para superar procedimentos, ampliar o programa, avançar nas articulações de intersetorialidade e levar em consideração uma política de formação com as seguintes sínteses propositivas: escrever o PELC numa rede de políticas públicas setoriais com ações intramuros no ministério do esporte e intersetorial com outros programas públicos federais, estaduais e municipais; qualificar a comunicação pública; alargar o referencial teórico-metodológico de modo a acolher a diversidade formativa e as ações setoriais em esporte e lazer e por fim promover uma política de formação que dê conta da qualidade social (serviço público a serviço do cidadão) e formação permanente de educadores do lazer, articulado com grupos de estudos e pesquisa.

⁸⁰ Ver mais em Dissertação de mestrado em educação, intitulada: Lazer e Educação nos parques públicos de Salvador: encontro de sujeitos em espaços de cidadania. UFBA.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final do relato dessa pesquisa, vejo como que um filme passando em minha memória a trajetória que percorri, as escolhas que fiz, as decisões que tomei, as dificuldades teórico-metodológicas que desfrutei e a lembrança dos apoios incondicionais que tive do início ao final dessa jornada. Jornada que desejo continuar caminhando, avançando no universo da ciência, do conhecimento, da possibilidade de leitura cada vez mais crítica e sensível da realidade, continuando o processo de me constituir sujeito de meu tempo, como apontei no início, há dois anos e meio atrás.

Acredito que esta escrita é provisória, focal e dada a dinâmica da realidade certamente poderia ser observadas de outros pontos de vista. Trata-se de um estudo resultante de um compromisso acadêmico, e do anseio de contribuir para mudanças concretas e conseqüentemente dos sujeitos de menor renda.

A passagem do filme, a que me refiro, fez-me retornar à dialética de ser cuidado na infância, na juventude, na idade adulta, por pessoas que gratuitamente estenderam seus braços para me acolher, como meus familiares, minhas professoras primárias, secundárias, do ensino médio e da universidade; meus amigos de trabalho, de mestrado; meus queridos professores do PPGEDUC, meu orientador e vocês, membros da banca. O delicioso é saber que, enquanto tudo isso acontecia, dispunha-me com meus limites humanos e inacabamento perpétuo a acolhê-los.

Sobre esse trabalho, anseio que seja uma contribuição relevante para a discussão do processo de humanização, pela via das políticas públicas e formação de educadores. Ao socializá-la, assumo-a e divido-a, sabendo que não mais me pertence, exclusivamente - que então cumpra o seu papel de estimular a reflexão crítica e a ação de todos que se importa com a causa da vida e da educação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: Princípios, tipos e formas na vida e no trabalho.** Belo Horizonte: Autentica 2001. (Coleção Turismo, Culura e Lazer,1)200p.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (orgs.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações.** 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006. 408 p.

BOLAMUNE, Claudia Regina. **O programa esporte e lazer da cidade.** In: BRASIL. Ministério do Esporte. Brincar, jogar eviver: Lazer e intersetorialidade com o PELC, v. 1, n. 1, nov. 2008.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por Dentro.** – Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. 96 p.

_____. **As políticas públicas na contemporaneidade.** In: HETKOWSKI, Tânia Maria; LIMA Jr., Arnaud Soares, (orgs.). Educação e contemporaneidade: desafios para a pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

BRASIL, Ministério do Esporte. **Esporte, lazer e desenvolvimento humano:** documento final. 1ª Conferencia Nacional do Esporte. Brasilia,DF, 2004.

_____. **Construindo o sistema nacional de esporte e lazer.**documento final. II Conferencia Nacional do Esporte. Brasilia, DF, 2006.

CAMPOS, Bendicto de. **Introdução à Filosofia Marxista.** Ed. Alfa-Omega, Série 2ª V.43, São Paulo, 1988.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca de educação, série 1. Escola; v. 16).

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor)

DURLI, Zenilde. **As políticas educacionais no contexto das políticas sócias: uma introdução.** In: HETKOWKI, Tania Maria(org). Políticas Públicas e Inclusão Digital. Ed. EDUFBA. Salvador, 2008

ESTRUTURA DO MINISTERIO DO ESPORTE. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/institucional/organograma/organograma.jsp>. Acesso em 20 de dezembro de 2008

ESTUDO DA ONU SOBRE O IDH BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/> Acesso em fevereiro de 2009.

FIALHO, Nadia Hage. **Educação, pesquisa e pós-graduação nas regiões Norte e Nordeste: refletindo sobre a capacidade instalada e infra-estrutura acadêmica.** In: HETKOWSKI, Tânia Maria; LIMA Jr., Arnaud Soares, (orgs.). Educação e

contemporaneidade: desafios para a pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

_____. **A categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil.** In: HETKOWSKI, Tânia Maria; NASCIMENTO, Antonio Dias (orgs.). Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

FILHO, Lino Castellani (org.). **Projeto social esporte e lazer da cidade: Da elaboração conceitual à sua implementação.** In: Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007. – (Coleção educação física e esportes).

_____ et al. **O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência, & Tecnologia no âmbito da política pública nacional de esporte no 1º governo Lula – 2003 a 2006.** Disponível no endereço eletrônico: www.foromercosurlatino.blogspot.com. Acesso em jan 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FUNCIONAMENTO DE NUCLEO DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/projeto_social/orientacoes/apresentacao.jpg acessado em 24 de fevereiro de 2009.

GARCIA, Valéria Aroeira. **A educação não-formal no âmbito do poder público: Avanços e Limites.** In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes et al. Centro de Memória, Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v. 84)

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época, v. 71)

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (orgs.). **Dicionário Crítico da educação física.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 424 p. (Coleção educação física).

HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). **políticas públicas e formação de professores: Uma provocação aos espaços instituídos e instituintes.** In: _____ Políticas públicas e inclusão digital. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Dialética Interna: tecnologias da informação e comunicação e formação de professores.* HETKOWKI, Tania Maria. **Políticas Públicas e Inclusão Digital.** Ed. EDUFBA. Salvador, 2008

LEIRO, Augusto César Rios. **Lazer e educação nos parques públicos de Salvador: encontro de sujeitos em espaços de cidadania.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia.

_____. **Opinião.** *Jornal A TARDE*, Salvador, Jan. 2009

LAZAROTTI, Ari. **Formação para a ação: a experiência do esporte e lazer da cidade no “nortão” do Mato Grosso.** In: FILHO, Lino Castelanni (org). Campinas, São Paulo, 2007. (Coleção educação física e esportes)

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Políticas de Lazer: Mercadores ou Educadores? Os cínicos bobos da corte.** In *Lazer e esporte: políticas públicas.* Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação física e esportes).

_____. **A ação Profissional no Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar.** In: *Lazer: Formação e atuação profissional.* Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Fazer Lazer).

_____. **Estudos do lazer: uma introdução.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção educação física e esporte).

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. **Outro lazer é possível! Desafio para o Esporte e o Lazer da Cidade.** In: FILHO, Lino Castellani (org). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais.* Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007. (Coleção educação física e esportes)

_____. **Lazer e Utopia: Limites e possibilidades de ação política.** In: SUASSUNA, Dulce e AZEVEDO, Aldo Antonio (orgs). *Política e Lazer: interfaces e perspectivas.* Brasília: Thesaurus, 2007, 240p.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e Minorias Sociais.** São Paulo: IBRASA, 2003. 224 p. (Biblioteca Sociologia e Política, 47)

MINAYO, Cecília de Souza(org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 27ª edição. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, Leila Mirtes S. Magalhães et al. **O Lazer**. In: BRASIL. Ministério do Esporte. Brincar, jogar e viver: Lazer e intersectorialidade com o PELC, v. 1, n. 1, nov. 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE. Disponível no endereço: http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp . Acesso em 13 de abril de 2009.

POZZEBON, Paulo Moacir Godoy (org.). **Mínima metodológica**; colaboradores Germano Rigacci Júnior, João Miguel Teixeira de Godoy, Paulo André Anselmo Setti. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006

PROJETO RECREIO NAS FÉRIAS. Disponível no endereço <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundotempo/recreioNasFerias/resultadoChamadaPublica.pdf>. Acesso em jan, 2009.

PRONASCI. Disponível no endereço <http://www.mj.gov.br/pronasci> . Acesso em fev 2009

RODRIGUES, Rejane Penna. **O papel do estado nas políticas sociais: elementos para discussão sobre a gestão das políticas públicas de lazer no Brasil**. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). Políticas Públicas de Lazer. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008 (Coleção estudos do Lazer).

SAMPAIO, Juarez Oliveira et al. **Formação de Agentes Sociais: os núcleos de esporte e lazer do Distrito Federal e Entorno**. In: SUASSUNA, Dulce e AZEVEDO, Aldo Antonio de. (orgs.). Políticas e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007. 240 p.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176 p. (Coleção Milton Santos, 8).

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SUASSUNA, Dulce et al. **O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e o lazer**._____ AZEVEDO, Aldo Antonio de. (orgs.). Políticas e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007. 240 p.

TAFFAREL, Celi Nelsa Kulke et al. **Formação de Militantes Culturais e alternativas de desenvolvimento da cultura corporal, esporte e lazer em áreas de reforma agrária**. Disponível do endereço eletrônico http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/ acesso em 30 de junho de 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR, Salvador, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa e educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

____ NETO, Vicente Molina. **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas.** Porto Alegre: Ed.Univerisade/UFRGS/Sulina, 1999.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com os Gestores do PELC



Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade

Linha 2- Educação, Tecnologias intelectuais, Currículo e Formação do Educador

Ilma. Sr(a).

SECRETÁRIO (a) NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER

Estou desenvolvendo uma pesquisa em nível de mestrado que versa sobre o tema: *Política de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade: História, Poder e Desafios Estratégicos* e gostaria de contar com vossa estimada participação. O roteiro da entrevista semi-estruturada se constitui como instrumento de pesquisa fundamental para a compreensão do objeto de estudo e para a qualificação do relatório final. Assim, desde já lhe agradeço pela presteza.

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome:

Cargo que ocupa na SNDEL:

1 – MODELO CONCEITUAL

- Conjuntura de assunção do cargo de Secretária Nacional;
- O lugar do PELC na historia do Ministério do Esporte;
- Houve alterações no modelo conceitual do programa em sua gestão?

2 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

- Sobre a relevância social do programa: dados da abrangência no território nacional ;
- Principais entraves para a ampliação do PELC no Brasil;

3 – REFERENCIAL TEORICO-METODOLÓGICO DO PELC

- Avaliação da secretaria a respeito do referencial teórico metodológico apresentado no PELC;
- Participação dos formadores na construção dos referenciais teórico-metodologicos que orientam a formação no PELC. O que conta a experiência concreta de formação?
- Viabilidade de construção de sistema unificado de formação entre os principais programas das diferentes secretarias do M.E, em especial o SEGUNDO TEMPO, da Secretaria de Esporte Educacional;
- Contribuições da rede CEDES para o PELC

APÊNDICE B – Questionário aplicado junto aos formadores do PELC



Universidade do Estado da Bahia- UNEB

Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade

Linha 2: Educação, tecnologias intelectuais, currículo e formação do educador

Pesquisa: Política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade: História, Poder e desafios estratégicos

QUESTIONÁRIO

Caro formador(a) do PELC,

Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o processo que orienta a formação de agentes sociais de esporte e lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte e gostaria de contar com sua contribuição. O presente questionário visa dialogar com os formadores credenciados junto ao Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) com o objetivo de levantar informações imprescindíveis para o estudo. Sendo assim, solicito que responda com coerência de modo a qualificar e validar cientificamente a pesquisa. Desde já, agradeço pela colaboração.

Ubiratan Azevedo de Menezes
Mestrando da UNEB

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome completo (opcional):

Ano em que nasceu:

Sexo: Masculino () Feminino ()

Formação Acadêmica: Graduado(a) () Especialista () Mestre(a) () Doutor(a) ()

Área de Formação inicial:

() Antropologia

() Artes

() Educação Física

() Pedagogia

() Sociologia

() Turismo

() Outros:

2 - O que lhe motivou a participar do PELC como formador?

3. - Você tomou conhecimento do processo seletivo para formador do PELC de que maneira?

4 – Você participou de algum encontro de formação do PELC promovido pelo Ministério do Esporte ?

SIM () quantos? _____

NÃO ()

No caso de SIM, expresse três palavras que simbolize o encontro?

4.1 - Quantas formações dos agentes sociais de esporte e lazer do PELC você coordenou?

5 - Na sua opinião os formadores do PELC devem atuar:

- a) Apenas no estado em que está credenciado ()
- b) Nos estados da região em que está credenciado ()
- c) Em todo território nacional ()

Justifique?

6 – Você conhece os pressupostos teórico-metodológicos do PELC?

Completamente () Parcialmente () Não Conheço ()

7 – O encontro de formadores discute os pressupostos teórico-metodológicos do PELC?

SIM () NÃO ()

Explique:

8 – Você se identifica com os pressupostos teórico-metodológicos do PELC?

Totalmente () Parcialmente () Não se Identifica ()

8.1 – Cite três principais referências teóricas que norteia sua prática pedagógica como formador(a) do PELC.

9 – Marque com um (X) as três mais importantes críticas que você considere pertinentes à experiência formativa de agentes sociais de esporte e lazer do PELC?

- () A estrutura modular de formação sobretudo no que se refere ao tempo de cada módulo.
- () A inaplicabilidade dos referenciais teórico-metodológicos nas realidades comunitárias;
- () A falta de um projeto nacional de formação que leve em conta a diversidade e pluralidade cultural brasileira;
- () Os critérios usados para designar os formadores para os locais de formação;
- () A baixa remuneração dos formadores;
- () A ausência de diálogo entre formadores das diversas regiões;
- () a deficiência de rigor no acompanhamento do trabalho dos formadores;
- () A não prioridade da discussão sobre o próprio processo de formação dos agentes sociais do PELC.

(_____)Outras

() Não tenho críticas

10 – Considerando os programas “SEGUNDO TEMPO” e o “PELC” como os de maiores abrangências territoriais e de acessibilidade da população brasileira no campo do esporte e do lazer, você considera viável a construção de um Sistema Único de Formação dos Agentes Sociais ?

() Completamente viável

() Parcialmente Viável

() Inviável

() _____

Observação: A sua identidade será preservada e não fará parte do corpo da escrita.